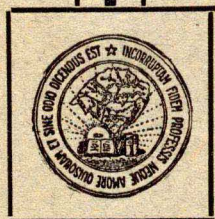


REVISTA DO



PORTO ALEGRE
RIO GR. DO SUL

II Trimestre
de 1944

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

INDICE

IV CONGRESSO SULRIOGRANDENSE	135
JOÃO CÂNDIDO MAIA — <i>Dr. Olinto Sanmartin</i>	141
ÁREAS CULTURAIS DO RIO GRANDE DO SUL — <i>Dr. Tales de Azevedo</i>	143
TRANSADORES E RETIRANTES — <i>Dr. Ma- nuel Duarte</i>	168
OS DOIS PADRÕES — <i>Dr. Manuel Duarte</i>	173
A MARGEM DA EDUCAÇÃO NACIONAL — <i>Alvaro O. Caetano</i>	176
VELHOS DOCUMENTOS RIOGRANDENSES — Copiados e anotados pelo <i>Dr. Manuel Duarte</i> ..	194
A FUNDAÇÃO DE SÃO GABRIEL — Nota	205
SECÇÃO DE ESTUDOS GENEALÓGICOS:	
O PATRIARCA DO RIO GRANDE DO SUL — <i>Dr. Jorge J. Felizardo e Prof. W. Spalding</i> ...	206
NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS	231

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO XXIII — II TRIMESTRE DE 1944 — N.º 94

IV Congresso Sulriograndense De História e Geografia

Transcorrendo a 1.º de março de 1945 o primeiro centenário da pacificação do Rio Grande do Sul, proclamada em Ponche Verde, mediante acôrdo honroso para os contendores pelo então Barão de Caxias, general das forças imperiais, e David Canabarro, comandante em chefe dos farroupilhas, o Governo do Estado, em ação conjunta com o Instituto Histórico e Geográfico, vai realizar solenes atos comemorativos da efeméride.

Entre essas comemorações está incluído um congresso de História e geografia, que será o IV organizado por este Instituto, e que se efetuará nesta capital, de 27 de fevereiro a 2 de março de 1945, nas condições estabelecidas no regulamento e regimento interno, que transcrevemos em seguida, para o conhecimento de todos os interessados.

REGULAMENTO DO

IV Congresso Sulriograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Art. 1 — O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul re-

alizará de 27 de fevereiro a 2 de março de 1945, um Congresso, comemorativo da pacificação da Província do Rio Grande do Sul.

Art. 2 — O Congresso será privativo dos sócios de todas as categorias, do Instituto do Rio Grande do Sul e demais congêneres do Brasil e terá lugar na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3 — Serão membros de honra do Congresso :

- a) o sr. Presidente da República;
- b) o sr. Interventor Federal no Estado;
- c) o sr. Comandante da 3.ª Região Militar;
- d) o sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre.

Art. 4 — Os trabalhos dos sócios inscritos, serão incluídos em volume especial, independente de censura, sendo os autores responsáveis exclusivos pelas opiniões que emitirem.

Art. 5 — Todos os inscritos, sócios do Instituto e Instituições Culturais, terão direito às publicações do Congresso e a participação em todos os atos que forem realizados.

§ Os sócios dos demais Institutos Históricos do Brasil só terão direito às publicações se contribuírem com trabalho que for aprovado, para o Congresso.

Art. 6 — Tôdas as contribuições, — estudos, memórias, teses, bem como adesões, — sómente serão recebidas até 15 de janeiro de 1945. Depois dessa data nada mais será aceito.

Art. 7 — Os temas a serem estudados e examinados pelo Congresso sómente versarão sobre assuntos diretamente relacionados com a revolução farroupilha, a paz de Ponche Verde e suas consequências, principalmente no que diz respeito a consolidação da unidade nacional.

Art. 8 — Os trabalhos do Congresso, ordem das respectivas sessões, forma de discussão e aprovação das teses apresentadas, organização dos anais, etc. serão regulados em regimento interno que será dado à publicidade, pelo menos, 90 dias antes da abertura do mesmo Congresso.

REGIMENTO INTERNO

Art. 1.º — Na conformidade do artigo 8.º do regulamento, já aprovado, os trabalhos do IV Congresso de história e geografia obedecerão ao programa neste regimento estabelecido.

Art. 2.º — A mesa efetiva do Congresso será constituída pela diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, na ordem prevista nos respectivos estatutos. Nas sessões solenes, de abertura e encerramento, os membros de honra terão assento á Mesa.

Art. 3.º — As sessões preparatórias e ordinárias realizar-se-ão na séde do Instituto. As solenes, em local, que a diretoria designará oportunamente.

Art. 4.º — As sessões realizar-se-ão na seguinte ordem :

a) no dia 27 de fevereiro, às 16 horas, sessão preparatória para organização da lista dos congressistas; verificação da presença dos mesmos; relação das teses e memórias apresentadas, e dos pareceres, das respectivas comissões;

b) às 21 horas, sessão solene de instalação do Congresso com discurso de abertura, pelo presidente do Instituto, e de saudação aos congressistas, pelo orador do mesmo Instituto;

c) nos dias 28 de fevereiro e 1.º de março, às 20 horas, sessões plenárias, para a leitura e votação de pareceres, propostas, etc.;

d) no dia 2 de março, às 21 horas, sessão solene de encerramento, com a leitura do relatório dos trabalhos do Congresso pelo secretário do Instituto e com o discurso do presidente, ou de orador por êle designado.

Art. 5.º — Encerrado o prazo para o recebimento de estudos, teses, memorias, etc. em 15 de janeiro de 1945, o presidente do Instituto, no dia seguinte, constituirá as comissões que sobre esses trabalhos devam emitir parecer, fixando-lhes prazo que, em nenhum caso, poderá exceder o dia 20 de fevereiro.

Art. 6.º — Essas comissões, constituídas de três sócios do Instituto, trabalharão sob a presidência daquele sócio que fôr designado como relator, e os seus pareceres serão sempre por escrito.

Art. 7.º — As teses, memórias, etc., redigidas em língua nacional, poderão ser impressas ou datilografadas, sendo de extensão não excedente a 30 páginas in 8.º, as primeiras, e 50 páginas as segundas. Deverão ser apresentadas em três exemplares, com a assinatura autógrafa do autor.

Art. 8.º — As sessões do Congresso serão sempre públicas, exceto as das comissões.

Art. 9.º — Na discussão das teses, pareceres, etc., os oradores falarão sómente uma vez, pelo tempo máximo de vinte minutos. Os relatores poderão falar mais uma vez, ao encerrar-se a discussão, durante dez minutos.

Art. 10.º — Nos pareceres, as comissões farão o exame detido dos trabalhos apresentados, quer realçando-lhes os méritos, quer criticando superiormente aquêles pontos em que entrem em discordância com os autores; a conclusão, porem, será sempre pura e simplesmente pela aprovação ou rejeição;

Art. 11.º — Os congressistas terão voto em tôdas as deliberações.
Cada corporação, representada no Congresso, disporá de um único voto, qualquer que seja o número de seus representantes. O presidente do Congresso só terá voto em caso de empate nas votações.

Art. 12.º — Todos os congressistas, exclusão feita dos sócios efetivos dêste Instituto, pagarão a taxa de inscrição de Cr\$ 30,00.

Art. 13.º — Ao volume a que se refere o artigo 4.º do regulamento, terão direito todos os congressistas. Sem embargo da publicação, nesse volume, é assegurada aos autores a propriedade literária dos trabalhos apresentados ao Congresso.

Art. 14.º — Quaisquer moções, propostas, etc., serão sempre apresentadas por escrito; e sómente submetidas á discussão e votação depois de examinadas e aprovadas pela mesa do Congresso.

Art. 15.º — Durante o Congresso, poderá ser feita, na séde do Instituto uma exposição de autógrafos, retratos, documentos e objetos relativos a vultos e fatos da revolução farroupilha; exposição essa aberta á visitação pública em dias e horas fixadas pela Mesa do Congresso, e nas quais haverá, sempre, no recinto, sócios do Instituto, previamente designados, para ministrarem aos visitantes informações e esclarecimentos.

Art. 16.º — As teses serão as seguintes :

I

Causas mediatas e immediatas da revolução farroupilha. Causas sociais, economicas e politicas.

II

Caxias na revolução de 1835.

- a) a sua ação militar;
- b) a sua ação política;
- c) a sua ação direta na pacificação.

III

O espírito de nacionalismo e de brasilidade nos revolucionários farroupilhas.

IV

A revolução rio-grandense e as suas ligações e afinidades com os movimentos de outros pontos do país :

- a) a revolução de 1824;
- b) o 7 de abril de 1831;
- c) a "sabinada", na Bahia, em 1837;
- d) as revoluções de 1842 em S. Paulo e Minas Gerais.

V

A tentativa de organização jurídica e social da República de Piratini :

- a) a constituição de 1842;
- b) as leis e decretos dos governos republicanos durante o decênio.

VI

A paz de Ponche Verde :

- a) as suas consequências sociais, políticas e econômicas na província;
- b) a sua significação nacional.

VII

A ata da paz de Ponche Verde.

Exame e crítica histórica da atitude dos chefes revolucionários.

VIII

O cléro na revolução farroupilha.

IX

A cooperação dos brasileiros de outras províncias na revolução:

- a) o fluminense João Manoel de Lima e Silva;
- b) o paulista Bento Manoel Ribeiro;
- c) os mineiros: Domingos José de Almeida, dr. Marciano Ribeiro, padre Antônio Ribeiro, José Pinheiro de Ulhôa Cintra, Modesto Franco;
- d) o carioca José Mariano de Mattos;
- e) o alagoano — padre José Antônio Caldas;
- f) os catarinenses José Manoel de Leão e Vicente José da Silva França.

X

Os elementos estrangeiros na revolução de 1835. Garibaldi, Tito Livio Zambecari, Rossetti, Natureza e limites da sua ação e influência.

XI

Perfis biográficos dos chefes farroupilhas e imperialistas.

XII

Condições do Rio Grande do Sul em 1845: população; meios de transporte e comunicação; indústria e comércio; produção; instrução e cultura.

Dando-vos ciência da realização do IV Congresso de História e Geografia, confio em que a êle não faltará a valiosissima colaboração da vossa inteligência e do vosso saber.

Saudações Cordiais.

Manoel Duarte — Presidente.

Tôda a correspondência deverá ser dirigida ao Secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, — IV Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul — Rua Riachuelo, 1307.

Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul.

JOÃO CÂNDIDO MÁIA

Dr. Olinto Sanmartin

Faleceu nesta capital, na noite de 6 de Maio de 1944, o Coronel João Candido Maia, ilustre homem de letras, membro de diversas instituições culturais do país e socio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sendo ainda fundador da Academia Riograndense de Letras, surgida em 1901 e da Academia de Letras do Rio Grande do Sul instituída no ano de 1910.

João Candido Máia nasceu no Triunfo, neste Estado, a 28 de Março de 1852, filho de João Máia e dona Maria Cândida Máia, tendo feito seus estudos primários em sua terra natal e os secundários em Porto Alegre, na Escola Noturna do eminente professor Hilário Ribeiro. Mais tarde, bacharelou-se pela Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro.

Entre inumeras funções que exerceu com raro brilho merecem especial destaque os cargos de auxiliar da Assembléia dos Representantes do nosso Estado; o de Inspetor da Setima Região Escolar do Estado do Rio Grande do Sul e o de Escrivão da Provedoria da Justiça Pública no qual foi aposentado. Sua inteligência, no entanto, arrastava-o para o labor das letras, tanto assim, que aos dezenove anos já se entregava ao jornalismo, fundando e dirigindo o jornal **O Pampa**, que circulou nesta capital. Fez ainda, parte, como redator, da **A Federação**, dirigindo posteriormente **A Gazeta** e **O Diário**, este de Carlos Penafiel na sua ultima fase.

A obra literária deixada em livros não é copiosa. Sua grande atividade, como escritor, exerceu-a pelas colunas dos jornais e na tribuna como conferencista. Em 1890 publicou o primeiro trabalho, **Adultera**, drama, pois o teatro bastante o empolgava. No entanto, sua característica literária mais profunda foi o da história. Seus temas na imprensa e conferências tiveram sempre o colorido histórico como elemento substancial predominante.

Em 1898 João Máia, que já era um nome vitorioso e acatado no domínio das letras riograndenses, publicou o livro que mereceu 19 edições, **História do Rio Grande do Sul**, destinado ao ensino cívico.

Na literatura de ficção de índole regionalista publicou, já setuagenário, em 1925, **Pampa**, contos, e em 1936 **André, o Farrapo**, romance histórico.

João Máia, pelo seu saber, criou ao redor do seu nome uma imagem de legítima estima admirativa. Ele era a figura tradicional de uma geração extinta, de um escritor que reunia todos os predicados de polígrafo, de sociólogo, de historiador apaixonado pelos temas, pondo em relevo o espírito de uma rígida imparcialidade.

Homem de idéias e de pensamento, nunca soube vasclar nas derivativas do seu mundo interior. Os conceitos que emitia representavam para o seu espírito preclaro, snetenças exatas das quais não se afastava, tal era a profundidade do acerto que conscienciosamente o deslumbrava. Encontrava uma figura de seriedade honesta nas análises que procedia em torno da física social ou nos fenômenos que, como corolário psicológico, classificava como forças de origens remotas a movimentar as coletividades contemporaneas. Suas tendências de observador sutil, trouxe-as do berço e instintivamente cultivou-as numa evolução paciente de aperfeiçoamento.

De João Máia, como de muitos outros escritores, podemos dizer que sua obra foi mais de expansão dialética que de cultura condensada em livros. Sua criação literária, quer ficcionista, histórica ou sociológica podia ter sido mais vasta e completa.

E' que a condição do intellectual não se plasma unicamente em brochuras impressas. A oratória, a mesa de conferências, a redação dos jornais e revistas, a cathedra, a banca do jurista e mais uma série de formulas profissionais com que o homem exercita a intelligência, podem ser condutos onde a cultura se expande e se generaliza. João Máia, inicialmente, soube impor-se como escritor, como escritor viveu sua fecunda maturidade e cercado desse mesmo clima de intellectualidade aprofundou-se na velhice até seus ultimos dias.

Todo o ideal de arte tem suas premissas embaladoras, suavemente coloridas sem imaginar os tropeços e anfractos que as conquistas espalham no caminho das realizações positivas.

A luta primora as esperanças enquanto não esgota as reservas da boa intelligência. Só os que trazem o brilho de um talento em relevo, podem resistir os embates do espírito e crescer diante das lutas que o cultivo das letras impõe. Ha limites onde ha fraquezas. As novas configurações que surgem desses choques de aperfeiçoamento são alentos, ânimo renovado num refinamento de sensibilidades.

João Máia, pela obra que deixou à posteridade, demonstrou ser um pensador antes de ser ficcionista, um homem de idéias de senso estético, antes de ser um criador de fantasias. Na própria história ele procurou ser o analista limitado a ser o narrador de facil verbalismo.

Com o desaparecimento dessa veneranda figura que soube resistir longamente ao esforço destruidor do tempo, perdem as letras do nosso Estado um vulto que indiscutivelmente, lhe deu fama e uma justa glorificação — João Máia, está ligado à nossa cultura mental e seu nome difficilmente desaparecerá da história.

ÁREAS CULTURAIS DO RIO GRANDE DO SUL

(Notas de antropologia social)

THALES DE AZEVEDO

Submetido o presente trabalho à crítica do nosso consócio, prof. Otelo Rosa, resolvemos publicá-lo com a nota do mesmo confrade como preliminar a um estudo que o mesmo fará, mais tarde.

Eis a nota:

Snr. Presidente, — restituindo-lhe a conferencia "Áreas culturais do Rio Grande do Sul", do snr. Thales de Azevedo, sou de parecer que ela poderá ser publicada na nossa Revista. Trata-se de um interessante ensaio ao qual, sem embargo das minhas discordancias, não se pôde negar valor. E a tentativa de classificação do Rio Grande do Sul em sub-áreas, do ponto de vista antro-po-sociológico, merece ser examinada, e talvez oportunamente comentada por nós, do Instituto. Julgo, entretanto, necessaria uma ressalva. A Revista, creio, não poderá anuir a certas afirmativas, como, por exemplo, a de que Sepé Tiarajú defendia o Rio Grande da invasão hespanhola, ou a da porcentagem elevada do indio na nossa formação etnica, que o autor, a meu ver, eleva demais. Proporia, assim, a publicação, com uma pequena nota inicial em que se diria que a Revista, acolhendo o trabalho com o apreço merecido, e divulgando-o, divergia do autor em alguns pontos, que seriam mais tarde analisados pela propria Revista.

OTHELO ROSA.

O trabalho que, com muita honra para a modéstia do seu autor, foi incluído na série de conferências da Faculdade de Filosofia da Bahia, é apenas um esboço — à guisa de nota prévia — de um ensaio em preparação.

A possibilidade da sua realização devemos-la à concessão do Sr. Interventor Landulfo Alves para que extendessemos ao Rio Grande do Sul uma viagem de estudos médicos à capital da República por designação do Sr. Secretário de Educação e Saúde e esclarecido fundador da Faculdade. Acolhendo, de maneira extraordinariamente cativante as credenciais que nos fornecera o chefe do Governo baiano, o Sr. Interventor Cordeiro de Farias ofereceu-nos todas as facilidades para conhecer a capital do seu Estado e vários trechos do Interior. Aos estímulos do Prof. Gilberto Freyre, pessoalmente e em artigo no "Correio da Manhã", do Rio, e na "A Tarde" desta cidade, devemos também o ânimo para levar adiante a preparação do ensaio mencionado. A diversas outras pessoas, cujos nomes referiremos oportunamente, os nossos mesmos agradecimentos pela sua cooperação.

* * *

Neste esboço, como se verá, apenas tocamos de leve os assuntos, apontando os seus dados principais; dado o seu caráter descritivo, de conformidade com o espírito da moderna antropologia social, evitamos os juízos de valor sobre as culturas estudadas e nos coibimos de toda veleidade literária como de qualquer expansão sentimental em torno às belezas naturais, ao admirável progresso, à magnífica aparelhagem educacional e sanitária, ao surpreendente surto industrial do Rio Grande do Sul. Fugimos, igualmente, tanto de comentários de ordem por bem dizer turística, quanto de afirmações prematuras sobre as causas, os êxitos, os efeitos de fenômenos socio-políticos ou etno-culturais ali verificados. Encarando aquele Estado pelo prisma exclusivamente da culturologia, deixamos de lado, do mesmo passo, os aspectos da antropologia física, isto é do caldeamento racial, que dariam para outros ensaios.

Longe ficamos, do mesmo modo, de abranger a variedade imensa de questões sugeridas pelo estudo antropológico do Rio Grande. Existem nesta nota prévia, e não faltarão no ensaio definitivo, lacunas e falhas que somos o primeiro a reconhecer. O seu escopo é unicamente responder àqueles que, em toda a parte, sabendo que alguém volta do sul, perguntam o que são verdadeiramente o rio-grandense e a sua terra. O escritor Wolfgang Harnisch, no seu recente livro "O Rio Grande do Sul", adianta essa resposta, dizendo que todas as vezes que vinha do Prata para cá, a chegada a P. Alegre convencia-o imediatamente de estar no Brasil, ao passo que, viajando em sen-

tido inverso, o Rio Grande, sem deixar de ser brasileiro, lhe dava uma impressão algo diversa das outras partes do país. Vamos tentar uma explicação dessas identidades e dissemelhanças, procurando mostrar quanta razão tinha o Prof. Adeodato, regressando em 1926 de uma visita ao sul, em dizer que nunca imaginára que o Rio Grande fosse tão baiano.

Para o brasileiro doutras regiões, acostumado a ouvir falar confusamente no separatismo e na influência estrangeira sobre o sul-riograndense não ha surpresa melhor nem descoberta de mais importância do que a fisionomia brasileira do Rio Grande do Sul. Visitar aquele Estado é uma experiência compensadora para os que estimam a unidade da nossa cultura e trabalham por uma civilização brasileira embasada nas características luso-cristãs da nossa tradição política e espiritual.

As distâncias enormes e as lutas políticas de um passado ainda bem próximo explicam que o Rio Grande continue a ser pouco e mal conhecido em todo o País. Daí, haver quem o julgue muito espanholado ou muito germanizado ou que apenas consente em ser brasileiro, mas a seu modo. "A crítica nacional que analisa a nossa literatura, diz o escritor riograndense Manoelito de Ornelas (1), desconhece tanto os nossos valores do passado como os nossos valores do presente... Parece até que falamos outra língua, porque todos nos desconhecem. E, quando nos descobrem, ou nos revelam como raridades de um mundo fantástico ou nos precipitam nos juízos mais dispares, não raramente injustos e suspeitos".

Verdadeiramente, só de perto podemos sentir que a realidade é bem diversa do que, de ordinário, se imagina. São os próprios riograndenses que fazem questão de afirmar que o seu Estado é bem brasileiro, o mais brasileiro de todos pelo papel que lhe tem cabido na defesa das nossas fronteiras ao sul e da nossa soberania, brasileiro porque o quer e o tem sempre querido ser. O episódio da sua história que lhe valeu a fama de separatista — a revolução farroupilha com a República Riograndense de 1835 — não visava cindir a unidade do Império mas forçá-lo a promulgar uma constituição para a monarquia (2). Os dirigentes desse grande movimento, Bento Gonçalves, David Canabarro e outros, nem só afirmavam a sua lealdade ao Brasil como se recusaram, por esse motivo, a aceitarem os auxílios da "castelhanada" para uma definitiva e inteira separação.

Esse sentimento é hoje o mesmo. "Quando pensamos na terra gaúcha, na grandeza moral do nosso povo, no caráter excepcional

(1) Tradições e símbolos, P. Alegre 1940.

(2) F. Contreiras Rodrigues, Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro, in Anais do 1.º Congr. de Hist. e Geogr. Sul Riogr., vol. I, P. Alegre 1936; João Maia, História do Rio Grande do Sul, Casa editora Selbach & Mayer, P. Aleger 1907.

na nossa gente — é ainda Manoelito de Ornelas quem fala — não limitamos esse pensamento a fronteiras de províncias. Ampliamo-lo por toda a vastidão territorial da nação. A História do Brasil é feita da História de seus Estados". E, recordando o primeiro que se bateu pela sua **querência**, o índio que em Santa Tecla resistiu à ocupação espanhola das Reduções, acrescenta: "Tiarajú, por exemplo, si lutou pelas divisas do Rio Grande, lutou pelas divisas do Brasil" (3).

Contudo é preciso reconhecer que o Rio Grande teve uma formação algo diversa da mor parte do Brasil e em consequência difere um tanto. A psicologia do seu povo reflete nitidamente as vicissitudes, em certo sentido felizes, da sua diferente evolução social. Saint Hilaire, no começo do século passado (4), admirava-se do desembaraço das mulheres rio-grandenses e do seu modo de vestir apurado em comparação com o das mineiras, referindo-se ainda à intensidade da vida mundana, ao movimento das ruas, ao gosto pela dança. Dos homens dizia que o impressionaram pelo "ar de liberdade de todos e a destreza de seus gestos, livres da languidez que caracteriza os habitantes do interior. Seus movimentos têm mais vivacidade e ha menos afabilidade em suas maneiras".

De fato a hospitalidade, o culto da liberdade e o vigor psicológico são as notas fortes do caráter gaúcho. E isso lhe vem da vida disciplinada e em constante atitude de defesa contra os bandeirantes, a que se habituaram os seus ascendentes indígenas; da convivência respeitosa, mas franca, de peões e patrões nas estâncias, afastados da família e das aglomerações urbanas, competindo na faina campesina em um regimen de liberdade sem vigilância de modo que "as estâncias eram, desta sorte, feudos democráticos", na expressão de Walter Spalding (5); da precoce industrialização da pecuária com o estabelecimento das charqueadas desde 1780; da luta civil por motivos ideológicos como em 35 e 93, e da guerra estrangeira; da distribuição da terra, iniciada em caráter paritário aos "casais" de açorianos e que hoje se continúa no assombroso número das pequenas propriedades territoriais, colocando o Estado numa situação de justiça social notória e de quasi inexistente pauperismo; da influência disciplinadora da doutrina positivista sobre muitos dos pró-homens da sua política, e da religião, ali tão pouco deturpada por surtos de fanatismo — que de resto não são religião — a ponto de J. Salis de Goulart (6), contra a opinião de outros estudiosos da

(3) Op. cit.

(4) **Viajem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**, Comp. Editora Nacional, 1939.

(5) **Pecuária, charque e charqueadas no Rio Grande do Sul**. Boletim do Ministério do Trabalho, n.º 67, ano VI, março 1940.

(6) **A formação do Rio Grande do Sul**, Livr. do Globo, P. Alegre 1933.

vida social e da psicologia do riograndense (7), falar numa "falta de religiosidade", quando a verdade é que se nota naquele Estado um grande movimento religioso católico e também protestante, em um ambiente de saudavel equilíbrio, resultante do espírito de responsabilidade dos individuos e credos diversos, acostumados a um convívio respeitoso; uma vida católica, aliás, muito esclarecida e ainda muito portugueza, com um gosto acentuado pelas igrejas muito enfeitadas, pelos fogos de artifício, pelas barraquinhas de doces em frente à igreja, pelas procissões — uma religião tambem muito mais doméstica do que a dos povos nórdicos. O meio geográfico, indubitavelmente, concorreu na formação dessa psicologia da hospitalidade, da coragem, da decisão, da confiança em si próprios, disso a que Gilberto Freyre, falando do entusiasmo dos gaúchos pelas suas coisas, chama de narcisismo (8).

Não compreenderá, porém, o Rio Grande do Sul quem o considere produto exclusivo de influência européa ou de formação apenas apulista ou mameluca, constituindo um todo já inteiramente homogêneo. Dalmo Belfort de Matos (9), referindo-se às culturas marginais do esquema de Joaquim Ribeiro sobre as areas e ciclos etnográficos do Brasil, apresenta a divisão em cultura platina ou gaucha, cultura litoral do sul e cultura rio-grandense das colônias, em que vamos encontrar as indicações para a classificação das subareas que constituem o Estado, do ponto de vista antroppo-sociológico. Essa divisão representa a sucessão dos ciclos de povoamento e formação da sociedade rio-grandense e, do mesmo passo, o seu **status presens**. De tal modo estão hoje imbricadas entre si essas subareas, mercê das facilidades de comunicação, do intercâmbio humano, dos interesses econômicos, da entrosagem administrativa e da expansão do imigrante e dos seus descendentes para fora das suas zonas iniciais de fixação, que os seus limites e até a contextura de cada uma, são bastante imprecisos. Contudo o esquema — para fins de estudo — nem é arbitrário nem fantástico. Pelo contrário: delimita as três culturas principais que ali se vão combinando, com lentidão que os sociólogos só podem considerar providencial, para criarem um tipo de homem e de civilização que, sendo um tanto

-
- (7) Dante de Laytano, **O Português dos Açores na consolidação moral do domínio lusitano no extremo sul do Brasil**, in Rev. do Ensino, P. Alegre, a. 2, n.º 15 a 18, nov. 940-fev. 941; João Maia, op. cit.; Fernando L. Osório, **A religiosidade e o sacerdócio dos Farrapos**, in Anais do 1.º Congr. de Hist. e Geogr. Sul-Riograndense, vol. I, P. Alegre 1936.
- (8) **Narcisismo gaúcho**, in Revista do Globo, a. XII, n.º 274, P. Alegre 11.5.40; **Região e tradição**, Rio 1941.
- (9) **Folclores regionais do país**, Rev. do Arquivo Municipal de S. Paulo, a. VI, vol. LXXI, out. 940.

diversos, não deixarão absolutamente de ser brasileiros como os do centro, do litoral, do norte do país.

Essas sub-areas, tomado o Estado separadamente do todo nacional, chama-las-emos de gaúcha, colonial e rio-grandense original.

Já num dos mapas anexos à memória editada pela Liga das Sociedades Alemãs em comemoração do centenário da colonização teuta são indicadas as zonas de distribuição das populações indígenas e portuguesa no começo do século XIX, faixas que coincidem aproximadamente com as sub-areas gaúcha e rio-grandense original (10). Lassance da Cunha e Hemeterio da Silveira, em seus livros "**O Rio Grande do Sul**" e "**As Missões Orientais e seus antigos domínios**", referindo-se a segunda metade do século passado, também já consideravam necessária ao estudo a classificação em zonas da serra e da fronteira. O próprio povo daquela província distingue como **gaúchos** aos naturais da fronteira, notadamente os que se dedicam ao pastoreio, como **rio-grandenses** aos demais naturais e como **colonos** aos campônios da região colonial, isto é, daquela em que se estabeleceram mais densamente os núcleos de imigrantes. Cada uma das sub-areas, como vamos ver, corresponde, com maior ou menor justeza, a um ciclo econômico-social e étnico: a sub-**area gaúcha** ao ciclo pastoril indo-hispânico das "reduções" e, posteriormente, das estâncias; a colonial ao ciclo agrícola-extrativo nórdico-mediterrâneo da pequena propriedade rural; a **rio-grandense original** ao ciclo costeiro indo-afro-luzo da pesca, pesca sobretudo nas grandes lagoas vizinhas do mar e, depois, da lavoura em larga escala nos **banhados** e da industrialização da pecuária com as charqueadas lembrando, pela sua organização social, o regime da monocultura patriarcal e latifuncária do açúcar e do café em Pernambuco, no reconcavo baiano, no vale do Paraíba e no norte de S. Paulo (G. Freyre). Mas esses ciclos sucedem-se e passam a coexistir, representando fases ou momentos da vida social, que se desenrolam em regiões diversas do território, quasi como se fossem estanques. Antes que a cultura litorânea brasileira se estabelecesse na sub-**area rio-grandense original**, a sub-**area gaúcha** estava plenamente constituída, com a sua civilização peculiar; aquela veio a surgir pela necessidade política de submeter a primeira ao império indisputável da soberania lusitana no Brasil; a colonial, doutro lado, si bem que organizada e muito dependente da rio-grandense original, teve bastante tempo inteira autonomia cultural, só recentemente vindo a entrosar-se na vida política e espiritual comum.

Contudo a hegenonia da sub-**area** propriamente brasileira sobre as duas outras é fato que passou em julgado, explicando que o

(10) **Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul**, Herausgegeben vom Verband Deutscher Vereine, P. Alegre 1924.

Rio Grande conserve e acentue, dia a dia, os traços da sua fisionomia brasileira.

Analisemos sucintamente essas divisões.

SUB-AREA GAUCHA

Quer na geografia ou nos aspetos humanos, a sub-area gaucha ou platina tem uma feição inconfundível.

Foi aí que se iniciou a história do Rio Grande. Desde 1530, quando Martim Afonso desceu até os campos do Rio da Prata, considerava-se Portugal senhor de região; mas somente em 1680 cuidou no estabelecimento de um baluarte militar da sua soberania, criando a Colônia do Sacramento à margem do grande estuário. Aproveitando a circunstância daquele abandono, a Corôa espanhola cometeu aos Jesuítas de Assunção (Paraguai), a catequese da região do Guairá e margem esquerda do Rio Uruguái, fundando em 1626 a primeira das "reduções" de índios, que em 1634 já somavam 34, estendendo-se até o rio Pardo. O domínio espanhol fez-se sentir até 1750, quando as Sete Missões passaram à soberania portuguesa e a Colônia do Sacramento à espanhola; a situação do estabelecimento da foz do Prata inverteu-se a seguir, em consequência do reflexo na América dos dissídios entre Espanha e Portugal, revertendo em 1801 à condição anterior, em que definitivamente se consolidou com a fixação dos limites da Capitania. A influência espanhola não foi, entretanto, exclusiva; desde 1554, missionários portugueses, enviados por Anchieta, catequisavam diversos grupos de indígenas cujas parcialidades de estendiam muito adentro do território rio-grandense (11).

Os índios **tape** (tapuias), que haviam sido anteriormente dominados pelos **guaraní**, adotando os costumes destes mas influenciando sobre a sua língua para diferenciá-la da dos **tupi** do norte, foram aldeados pelos Jesuítas paraguaios, fugindo, depois, à aproximação dos paulistas; em 1750 conseguiu Gomes Freyre que mais de duas mil de suas famílias se recolhessem para leste, adotando nomes portugueses e entrando no caldeamento étnico para a formação dos núcleos de Rio Pardo, Cachoeira e mais tarde da Aldeia dos Anjos (atual Gravataí). Foram os **tape** os primeiros vaqueiros do Rio Grande, assegura Aurelio Porto (12). Os **minuano**, do grupo dos **guaicuru** do sul, no último quartel do século XVII demoravam nas imediações da Lagoa Mirim, aproximando-se da vila do Rio Grande, fornecendo gado a Laguna e adotando nomes cristãos portugueses. Localisaram-se finalmente na serra do Caverá, dominando os cam-

(11) Aurelio Porto, **Prehistória do Rio Grande do Sul e Primitivos habitantes do Rio Grande do Sul**, in *Anais do 1.º Congr. de Hist. e Geogr. Sul Riogr.*, vol. I, P. Alegre 1936.

(12) *Op. cit.*

pos de Jaráu e Quarai, ai se processando a formação do **gaúcho do campo**, o peão dos grandes rebanhos, tipo semi-bárbaro do Pampa, cujos usos, costumes, indumentária e língua são patrimonio rio-grandense e só depois se difundiram no Prata.

As bandeiras de Raposo Tavares, André Fernandes, Fernão Dias, Domingos Cordeiro, Jeronimo Pedroso de Barros vararam o Rio Grande, atravez grande parte da sub-area gaúcha, entre 1636 e 1640, primeiras portadoras, sob certos aspetos, da civilização que se iniciava em Piratininga e S. Vicente.

• • •

A sub-area coincide com a região dos **campos dobrados da campanha**, visinhando com as Repúblicas do Uruguái e da Argentina, e compreende parte da depressão central, a vertente sul da serra do Sudeste e uma porção do território das Missões. A sua maior extensão corresponde aos **pampas**, onde a linha moderadamente arqueada das **coxilhas**, recobertas de gramíneas baixas e desprovidas de florestas, só é interrompida pelas **canhadas** ou baixios em que corre um que outro **arroio**, alimentando a vegetação mais robusta dos capões; aqui e acolá encontram-se **banhados** com os seus extensos alagadiços. Os **cêrros**, marcados pela erosão do mar de Xaraés, são as únicas elevações notórias. É uma região de pastos naturais, em que todas as condições favorecem a pecuária.

Na extensão imensa dos **pampas**, só o casario das estâncias ou o **ranch**o do peão, — coberto de **santa fé** ou **gerivá** e tapado de páu a pique embarreado (13), denuncia a presença humana. Apesar da coesão admirável do vizindário, em poucas partes do globo será a sociedade tão rarefeita. No entanto o apêgo do gaúcho ao seu **pago** é uma das suas características psicológicas, tanto que, tendo que emigrar, no século passado, por um complexo de causas económicas e políticas (14), procurou exactamente uma região de idênticas características geográficas ao sul de Mato Grosso, ainda que isso lhe custasse penosa travessia de uma faixa de território paraguaio. A dispersão humana na vastidão monótona dos pampas é um fator de individualismo, segregando "o Gaucho no rancho, em companhia, quando muito da china...". Porém "dai passa à venda, nos domingos para fazer figuração com o traje largado, os apêros ajustados ao pingo, e o bagoal bom de rédea; ou vái às carreiras mostrar co-

(13) Thales de Azevedo, **O ranchos dos gaúchos brasileiros e uruguayos**, in "Tarde", Bahia, 27.9.41; Gilberto Freyre, **O rancho do gaúcho**, in "Correio da Manhã", Rio, 15.10.41 e "A Tarde", Bahia 1.11.41.

(14) M. Lima Beck, **Nova querência**, Livr. Selbach, P. Alegre, 1935.

mo se mexem as patas do seu parceiro; ou vai ao jogo do osso; ou vai às rinhas bombear quem se anima a pisar-lhe no poncho, tirar uma dúvida a limpo, a ferro de facão, peleando como o galo, até cair exangue, perder tudo o que tem; ou vai à comilona polftica, ou vai ao fandango" (15).

* * *

Os filhos dessa região apelidam-se geralmente gaúchos, expressão pejorativa a princípio mas que ganhou nobreza com os lances de heroísmo nas lutas pela independência das nações platinas. O gaúcho, rigorosamente falando, é o peão, o vaqueiro das estâncias, com a sua veste peculiar, a sua língua entreverada de expressões espanholas e de termos tomados às atividades com o gado, as suas danças e música, os seus costumes peculiares e a sua alimentação baseada no **churrasco** e no uso do **mate**.

Os entrerrianos que visitavam S. Borja no 2.º decênio do século passado, vestiam-se, diz Saint Hilaire, como os habitantes dos campos de Montevideu, parecendo-lhe "vilões de melodrama": — "trazem os cabelos trançados e um lenço ao redor da cabeça; um outro lenço, a que dão um nó muito solto, serve-lhes de gravata; como arma exibem uma grande faca à cinta. Com calças brancas e franjadas, não uzam paletó; as mangas da camisa trazem arregaçadas, à moda dos nossos açougueiros". Depois daquela época, esses trajes se modificaram um tanto desaparecendo as tranças e menos vezes se vendo os lenços; surgiu, porém, o **sombrero** de feltro, com abas largas e barbicacho passando pelo queixo. O lenço do pescoço, esse conservou-se como uma das peças principais, uzada mesmo sem os outros elementos da indumentária nativa. E teve até, do lado do Brasil, o papel de emblema político na revolução de 1835, quando os farroupilhas adotaram um modo particular de atar o nó, que ficou conhecido como nó republicano; e em 93, quando os pica-paus ou republicanos uzavam lenço branco e os maragátos ou federalistas, lenço vermelho. A calça branca franjada, foi substituída pela bombacha de pano riscado ou de quadrados, ampla, larga, abotoada à altura dos tornozelos, onde se estreita formando um punho, pregueada ao longo das costuras laterais, que às vezes se ornam com botões de osso e até, em tempos idos, com moedinhas de prata. A bombacha, protegida quasi sempre pelo **cheripá**, cai sobre as botas russilhonas de couro, cujo cano se dobra como foles sobre os pés armados de vistosas **chilenas** de prata. A pistola, a faca de **carnear**

(15) F. Contreiras Rodrigues, **Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro**, Anais do 1.º Congr. do Hist. e Geogr. Sul Riogr., vol. I, P. Alegre 1936.

com as suas bonitas bainhas de prata, a **guampa** para a água de beber e a correia com as **boleadoras** para laçar o gado são, por assim dizer, acessórios da veste gaúcha, de algum modo fazendo parte dela, pois o peão não as abandona enquanto na faina campeзина; nas viagens leva sobre os ombros o **pala** e quando chove ou sopra, cortante, o **minuano**, abriga-se com o **poncho**, que Gösta Montell pensa provir da camisa sem mangas que os naturais do Chile usavam antes da Conquista, modificando-se com a introdução do cavalo; abriram-se as costuras laterais, a largura exagerada ao nível dos ombros perdeu a sua razão de ser, surgindo a forma retangular dessa peça de abrigo atual.

A universal utilização do couro em toda a ergologia gaúcha deu lugar a que se pudesse chamar a certa fase dessa civilização de "idade do couro"; a prata, como metal ornamental de largo emprego, ocupa igualmente destacada posição. Um complexo essencial a essa civilização é a associação do cavalo a todas as fases da atividade humana. Em viagem o peão "dorme sobre o arreiaume do seu cavalo. A **carona** serve de colchão e o **lombilho** de travesseiro. Sobre a carona põe o **pelego** e a chinha e deita-se sobre essa simples cama, envolto no poncho, com a cabeça descoberta" (Saint Hilaire) (Roy Nash, Hemetério da Silveira).

Etnicamente o gaúcho é um amálgama de índio, como vimos, de espanhol das repúblicas platinas, de português e mameluco. Parte, por exemplo, da população da Colônia do Sacramento, que era constituída na maioria de gente das margens do Rio S. Francisco e de Minas Gerais, estabeleceu-se na faixa de fronteiras quando a cidadela passou definitivamente ao poder dos espanhóis, influyendo de tal maneira que ainda recentemente foi possível colher numerosos termos do linguajar mineiro (16). Fatores de varia ordem, a que certamente não foram extranhos a disciplina política do Brasil colonial e do Império e a contribuição do temperamento lusitano, fizeram com que o gaúcho brasileiro sempre fosse menos turbulento e rebelde do que o "gaúcho malo" platino, acostumado a tropelias, a atitudes de provocação e a um desprezo teatral pela vida.

* * *

Características geográficas da vasta faixa de pampas em que se encontra

A cultura dessa sub-área estende-se aos países vizinhos, favorecida pela identidade da evolução econômico-política e pelas ca-

(16) J. Resende Silva, **Os mineiros no Rio Grande do Sul**, in *Anais do 1.º Congr. Hist. e Geogr. Sul Riogr.*, vol. I, P. Alegre 1936; — **A fronteira do Sul**, Imprensa Nacional, Rio 1922.

tram as divisas do Brasil, do Uruguai e da Argentina (17) e através as quais compartilham-se influências recíprocas. Os costumes, o folclore e a língua ou dialeto gauchêsco são o objeto duma literatura extraordinariamente rica e interessante ainda que pouco difundida, merecendo por isso um comentário particularizado em nossos cursos de letras e nos estudos de sociologia regional. Os trabalhos linguísticos e os vocabulários de Roque Callage, Pe. Teschauer, Cezimbra Jacques, Romagueira, Augusto Meyer, Dante de Laytano... Os contos de Simões Lopes Neto, Vargas Neto, Darcy Azambuja... os poemas de Ramiro Barcelos (Amaro Juvenal), Zeferino do Amaral, Assis Brasil, Vieira Pires... os ensaios de Alcides Maya, Aquiles Porto Alegre, Karl von Koseritz, Rubens Barcelos, Jorge Salis de Goulart, Walter Spalding, Aurelio Porto, Contreiras Rodrigues, Fernando Osorio... para citar apenas os autores mais conhecidos e especializados, são elementos indispensáveis ao conhecimento da pitoresca e forte civilização dos pampas.

SUB-AREA COLONIAL

No mapa, a sub-*area* colonial sobrepõe-se mais ou menos à chamada região colonial. Esta, exceção feita dalguns núcleos esparsos, compreende os planaltos médio e do nordeste, a encosta da serra e a parte norte das antigas Missões, o que não quer dizer que o imigrante não se tenha espalhado já por todo o Estado.

Como indicam as denominações das regiões fisiográficas por onde se estende, — é quasi toda montanhosa, ocupando os **campos de serra acima**, famosa pela sua riqueza em madeiras, pela sua fertilidade e pelos aspetos empolgantes de uma paisagem a que a **arau-cária** empresta feição *sui-generis*. Nos seus limites teve logar a localização de grandes grupos de imigrantes; os alemães a partir de 1824, os italianos desde 1875, os de outras etnias — austriacos, suíços, russos, poloneses, etc. — em massas menores em diversas ocasiões.

Muitos dos elementos materiais e espirituais da vida local são evidentemente importados e assinalam a diversa procedência dos habitantes da região; assim: as casas e igrejas de madeira com teto fortemente inclinado, os carroções com tolda de pano, tiradas por três e quatro parelhas de cavalos, o feno disposto em médias, os disticos em língua alemã e italiana nos vitrais de igrejas católicas e protestantes ou em monumentos públicos como no de S. Leopoldo, comemorativo do centenário da colonização alemã, e no de Caxias, referente ao cinquentenário da imigração italiana, e as cidades,

(17) Thales de Azevedo, *Notas duma viagem ao Uruguai*, in "Jornal do Comércio", Rio 8.3.42, e "A Tarde", 11.4.42.

as vilas, as estradas, as **picadas** que tiveram ou conservam nomes como Hamburgerberg, Neu Berlin, Neu Württemberg, Rosental, Ana Rech, Fritzenberg, Wallachei, Jammertal, Nova Trento, Treviso, Veneto, Korff, Kramer, Nova Bassano, Brochier, Jansen, Nova Sardenha, Nova Milão, Nova Pádua, Teutônia, Selbach..., certas festas, a dança, as sociedades de canto, etc.

As igrejas e a casa de madeira são elementos dominantes na paisagem local, prendendo a atenção pelas suas características arquitetônicas. Idênticas às que se veem em colônias alemãs do Estado do Espírito Santo, onde foram consideradas como completamente estranhas ao meio, copiadas de modelos existentes na Alemanha, julga Willems (18) que são um produto das condições locais, uma verdadeira invenção, talvez, no sentido socio-etnológico (19). Um complexo de características, constituído do material da construção, da forte inclinação do telhado e da relação entre o ângulo deste e da parte que cobre as dependências da casa, — faz-nos crer que esse tipo de habitação resulta ao menos da imitação de modelos vistos pelos imigrantes nos contrafortes alemães e italianos dos Alpes, donde muitos deles provinham e onde formaram os seus conceitos estéticos e criaram os juízos utilitários sobre a habitação humana. Contudo, essa asserção, com certo êxito discutida pelo citado autor, não passa até agora duma hipótese que merece novos estudos. Certo é que a casa do colono difere profundamente da nossa tradicional arquitetura portuguesa como da romano-mourisca, de que se encontram exemplares na região da fronteira (sub-área gaúcha).

* * *

Não ha, nessa sub-área, um tipo humano uniforme nem mesmo uma organização social homogênea. É isso resultante da mistura racial que, apesar da evidente endogamia de cada grupo étnico, a cada passo se verifica. O sistema de núcleos heterogeneos de imigrantes que se adotou em quasi todas as colônias, com a vantagem inestimável de evitar a formação de quistos etno-culturais de todo inassimiláveis, criou problemas interessantíssimos para o convívio humano ali e para a assimilação do elemento de origem européa. Isso se reflete hoje na vida econômica, no regime de trabalho, na organização da família, na religião, na moral, na língua, com a agravante da influência de ideais culturais e propagandas políticas, cuja

(18) Emilio Willems, **Assimilação e populações marginais no Brasil**, Cia. Editora Nacional — Coleção Brasileira — 1940.

(19) H. Baldus e E. Willems, **Dicionário de Etnologia e Sociologia**, Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1939.

ação se vai amortecendo com medidas prudentes e esclarecidas. Na análise mais aprofundada da matéria, coisa que caberá em trabalho mais extenso, dever-se-á considerar que, sem embargo daquele sistema de nucleação — chamado pelos sociólogos norte-americanos de *interspersed settling* — houve regiões em que se adensaram mais os teutos, outras em que dominam os italianos, e ainda outras em que se percebe um equilíbrio entre os componentes étnicos. Um dos mapas do volume "*Hundert Jahre Deutschtum*" assinala-o de modo preciso e minudente. Calcula-se que o número de descendentes dos imigrantes é de muitas centenas de milhares, grande porção vivendo num estado de marginalidade entre a cultura de origem e a nacional, apesar dos sinais numerosos de adaptação material no que tange ao traje — o uso da bombacha, por ex. —, a alimentação, ao uso do mate amargo, aos meios de transportes, etc. (20).

Alguns exemplos da idéia do que tem sido esse isolamento. Em cada cem casamentos contraídos em Ijuí, no período de 1899 a 1932 (21), uniram-se:

- a) 48 % de alemães com alemãs
- b) 8 % de alemães com italianas
- c) 17 % de alemãs com italianos
- d) 4,8 % de alemãs com polacos
- e) 6,6 % de alemães com polacas, e apenas
- f) 7,6 % de alemães com luso-brasileiras
- g) 8,0 % de alemãs com luso-brasileiros

Em Caxias, recentemente, 91,6% dos maiores contribuintes de impostos municipais (22) tinham nomes de família exclusivamente italianos e 8,4% nomes portugueses; aparentemente nenhum tinha nome misto!

Na língua ha fenomenos muito interessantes porque misturaram-se dialetos de várias partes da Alemanha e da Austria, ou de pontos diversos da Italia, deixando-se uns e outros, por sua vez, penetrar por numerosas expressões portuguezas. Numerosos desses vocabulos foram recolhidos por vários investigadores na língua dos teutos, isto é dos colonos de origem alemã.

Tivemos oportunidade de encontrar vários — sendo alguns ainda não assinalados em trabalhos anteriores — nos anúncios insertos

(20) E. Willems, op. cit.

(21) Rheinhardt Maack, Os alemães no sul do Brasil, in The Quart. Jl. of. Inter-American Relations, Jul. 1939, apud Rev. do Arquivo Municipal, S. Paulo, nov.-dez. 1939.

(22) "Diario de Notícias", P. Alegre 2.6.40.

em jornais de língua alemã em P. Alegre. Basta referir, a título de exemplo, os anúncios duma agência de empregos, que constantemente procurava pessoas para as profissões de: **Verkäuferin für Fazendageschäft**, **Balcãoverkäufer**, **Armazemgehilfe**, **Balcãolehrling**, **Capataz**, um **Chacareirohepaar**, etc.

Região de grande densidade demográfica, a sub-área colonial distingue-se pela sua diminuta cifra de nascimentos ilegítimos, por padrões de moralidade coletiva que variam de um para outro núcleo segundo a raça e a religião, por uma iniciativa privada com cifras de 80 a 90% de escolas particulares, as mais altas do Estado, por uma intensa e bem organizada vida religiosa, e, a não ser em casos particulares e condições especiais, revela influência e um espírito muito mais brasileiro do que pode supor quem a não conviveu. É mesmo notório o sentimento de confiança e orgulho pelo Rio Grande.

Foi particularmente pela condição do seu inteiro isolamento, em virtude de fatores complexos, que as populações dessa sub-área não se deixaram totalmente assimilar há mais tempo. Na história da imigração há fatos da seguinte natureza: algumas das famílias alemãs, de religião católica, dos primeiros grupos chegados do início do século passado, — encaminharam-se para a região missioneira na esperança de ainda encontrarem sacerdotes da sua nacionalidade nos antigos estabelecimentos jesuítas; frustrada essa esperança, misturaram-se com os luso-brasileiros e perderam "ihren deutschen Charakter", o seu caráter alemão, dizem os autores do volume comemorativo do centenário da imigração teuta (23). Desse grupo houve pessoas que traduziram os seus nomes de Schmidt para Ferreira, de Katzburgs para Krás Borges... Isso está coerente, aliás, com o que se viria a verificar nas pesquisas sociológicas de Willems e outros, segundo os quais os grupos de imigrantes nórdicos católicos, por não estarem ligados a igrejas nacionais jungidas à condição de fidelidade ao sentido racial e político dessa ou daquela cultura, se mostram os mais assimiláveis, deixando-se absorver com a aparência, não raro, de serem menos vigorosos na sua estrutura moral e social do que os protestantes. "Dois núcleos germânicos foram estabelecidos logo no início da colonização em região nitidamente portuguesa açoriana — os de Três Forquilhas e S. Pedro das Torres respetivamente em Conceição do Arroio e Torres — e se deixaram absorver pelo ilhéu ao envez de o dominarem" (24). E a modo do que sucedeu em Pernambuco, onde do holandês só ficou

(23) **Hundert Jahre Deutschum, in Rio Grande do Sul**, Herausgegeben von Verband Deutscher Vereine, P. Alegre 1924.

(24) Dante de Laytano, **Geografia de Torres**, in Anais do 1.º Congr. de Hist. e Geogr. Sul Riogr., vol I., P. Alegre 1936.

o vocábulo **brote**, nesses dois núcleos resta da língua daqueles imigrantes unicamente a expressão **schoene**, bonito.

Toda a região seria, pois, muito mais caldeada de sangue e espírito brasileiros, si ali houvessem os responsáveis localizado também agrupamentos de nacionais. Entretanto nos sítios em que se estabeleceram os núcleos coloniais existiam, havia bastante tempo, mas foram superados, habitantes e desbravadores brasileiros e portugueses. No Taquari, as sesmarias Desterro, Ubatuba e Conventos; no baixo Cai, as fazendas das famílias Feijó e Miranda; no alto Cai, a Fazenda Pirajá da família Peres. O ponto, à margem do rio dos Sinos, em que começaram a trabalhar os alemães, fôra, até pouco antes, a Feitoria do Canhamo, custeada pelo Governo para a cultura do linho.

"Alemães e italianos têm se congelado, é certo, num ou noutro ponto — comento Gilberto Freyre (25) — em resistência ao dominador tradicional da região, mas a grande maioria tem tomado o gesto, a voz, o ritmo do andar, alguma cousa do ritual de vida, muita cousa do caráter, do antigo senhor da terra".

SUB-AREA RIO-GRANDENSE

ORIGINAL

Por último, a sub-area a que preferimos chamar de rio-grandense original pelo fato de ser o denominador comum do Estado e por guardar, com admirável constância, a sua fidelidade aos padrões culturais ali estabelecidos desde a sua origem histórica.

Essa sub-area tem os caracteres da faixa costeira que se estende desde S. Vicente para o sul, sendo mesmo um prolongamento daquela, quer a consideremos na sua história, quer na sua constituição étnica e na fisionomia espiritual. Corresponde no terreno às regiões fisiográficas denominadas de litoral, serra do sudeste e parte da depressão central até pouco adiante de Cachoeira.

Situada entre duas civilizações diversas, tem que desenvolver certo esforço para não perder a sua fisionomia e para, ao contrário, fazer valer o espírito da sua cultura sobre o daquelas. Si de um lado isso lhe é fácil pela plasticidade própria à cultura luso-cristã, que se adapta mas não se deixa absorver, e pelo privilégio de deter o poder político, a organização judiciária, o sistema educacional, a aparelhagem econômico-financeira com uma forte rede bancária local, e as relações com o centro político do país, — doutro lado resulta penoso devido ao contínuo afluir de elementos das outras duas sub-areas, trazendo em muitos casos grandes possibilidades de faze-

(25) Loe, cit.

rem vencer os seus costumes, as suas técnicas, a sua organização de trabalho, o seu tipo de educação e de formação mental.

Na formação social e étnica dessa sub-área concorreram os mesmos contingentes que encontramos em todo o litoral, com semelhanças maiores no sul, e peculiaridades ligadas à sua evolução histórica. Cerca de duzentos anos esteve S. Pedro do Rio Grande do Sul desconhecido e descuidado dos governos da Colônia e da Metrópole, entregue aos incursionistas platinos e aos índios. Percorrido de passagem pelas expedições que demandavam a Colônia do Sacramento ou, esporadicamente, faziam sondagens para verificar até onde os espanhóis haviam penetrado com as suas “reduções”, o trecho de que ocupamos até o terceiro decênio do século XVIII não fôra regularmente povoado.

Esse povoamento, porém, veio a fazer-se de maneira muito semelhante à de todo o país.

O indígena foi representado pelos remanescentes das “reduções”, que Gomes Freyre conseguiu atrair; pelas tribus locais já em anteriores relações com Laguna e por prisioneiros tomados a Artigas e que, ao tempo de Saint Hilaire (26) constituíam parte dos habitantes do presídio de Torres no extremo norte do litoral. Os *ibiraiara*, do tronco tapuia, chamados de bilreiros pelos portugueses, e, ao que se supõe, descendentes dum grupo autoctone da região, tinham tribus desde o alto Uruguái às terras do alto Paraná, descendo para a sub-área de que nos ocupamos até Rio Pardo e Taquarí; desde 1554 eram catequizados por jesuitas enviados de Anchieta (27). Os *caágua*, ligados ao mesmo tronco, tinham as suas aldeias na Serra Geral, abrangendo a bacia do Caf e as montanhas do atual município de Caxias, aliás na zona colonial. Os minuano, dos guaicurú do sul, no último quartel do seiscentos demoravam pelas alturas da Lagôa Mirim, aproximando-se da vila do Rio Grande por ocasião da entrada de João de Magalhães; frequentavam igualmente Laguna. Desses “bugres” duraram ainda alguns até poucos decênios atrás, deixando mestiços e a lembrança dos seus idiomas na toponímia do Estado e na linguagem popular.

O africano desempenhou também importante papel. O Rio Grande possuiu um número de escravos que não foi insignificante. Quando se promovia o povoamento da Capitania, a Corôa lusitana, cogitando em assegurar a prosperidade e a fixação dos habitantes, teve o cuidado de distribuir as sesmarias de preferência àqueles que tivessem “maior número de escravos e gados”, de maneira que as primeiras lavouras e charqueadas eram trabalhadas pelos pretos. Cerca

(26) Op. cit.

(27) Aurelio Porto, loc. cit.

de 1819, afirmava Saint Hilaire (28) que era considerável o número de negros livres e escravos em S. José do Norte, Rio Grande e Porto Alegre. Nas charqueadas e cortumes os escravos tinham que ser tratados com severidade por isso que eram numerosos; nas estâncias havia também senzalas porém a vida nestas era para o escravo mais amena, os pretos comendo carne à vontade e galopando livremente pelos campos, enquanto a família branca dos estancieiros convivia com mucamas e meninos de recado como nas fazendas do norte e de Minas. Tão abundantes eram os escravos que deles se fazia grande contrabando para os campos de Montevidéu; em 1808 mais de 60 mil já haviam sido contrabandeados. Apesar disso, em 1820, o guarda alfandegário José Feliciano Fernandes Pinheiro, que então preparava uma "História da Capitania", informava a Saint Hilaire que a população rio-grandense compunha-se de 32 mil brancos, 5.399 homens de côr, livres, 20.611 homens de côr, escravos, e 8.655 índios, sendo que nas Missões viviam menos de mil brancos e três a seis mil índios. A mestiçagem, entretanto, era reduzida, embora Gilberto Freyre a não considere desprezível (29); todavia isso explica, talvez, que atualmente seja de pouco mais de 5% a proporção dos mestiços na população total. Comtudo, o descendente do africano é ainda numeroso. Nas noites de Reis **desfilavam** em P. Alegre "cordões" de pretos, cantando músicas carnavalescas ao som do violão; esses "cordões" partem da chamada Colônia Africana, que é um bairro nas proximidades da antiga Varzea, onde ha cem anos havia congos e eandomblés no Campo do Bomfim e dos quais iam os pretos para as festas de Natal e do Rosário na Matriz (30).

A 2 de fevereiro, anualmente, toda a população com mescla africana toma parte na procissão fluvial de Nossa Senhora dos Navegantes, rio Guaíba acima, levando da igreja do Rosário para a sua matriz a imagem da Virgem. A igreja do Rosário foi construída pelo tesoureiro da irmandade do Rosário quando o vigário José Inácio dos Santos proibiu as dansas dos escravos na Matriz, mas ao concluir-se, em 1827, havia desaparecido o costume dessas dansas.

A maior parte dos escravos do Rio Grande foram importados do Rio de Janeiro e pela natureza dos seus costumes devem ter sido de proveniência congoleza. A sua influência, ainda não conhecida em toda extensão, fez-se sentir particularmente na língua (31).

(28) Op. cit.

(29) Latifundio e escravidão, in "Correio da Manhã", Rio 16.1.41.

(30) Athos Damasceno Ferreira, *Imagens sentimentais da cidade*, Ed. Livraria do Globo, P. Alegre 1940.

(31) Dante de Laytano, *Os africanismos no dialeto gaúcho*, Livraria do Globo, P. Alegre 1936.

Investigações sobre essas influências estão sendo feitas atualmente.

Certo é que à vizinhança do Brasil atribúe Pereda Valdés a difusão de lendas africanas nos departamentos uruguaios da fronteira (32). De fato, as três lendas populares mais espalhadas no Rio Grande do Sul são a do **mboi-tatá**, de origem indígena; a do **negrinho do pastoreio**, possivelmente ligada a episódios da escravidão e o mito do **lo-bishomem**, de provável ascendência bantú com associações ameríndias e europeias.

O branco lusitano só em 1737, com a fundação do Forte de Jesus, Maria, José na Barra do Rio Grande, estabeleceu o seu domínio sobre o território rio-grandense. E fê-lo exatamente no ponto em que a gigantesca Lagôa dos Patos desemboca no Atlântico. A guarnição que Silva Páis levou consigo para essa empresa compunha-se de oficiais do Rio de Janeiro e da Bahia: bahianos eram os Capitães de Tropa Manuel do Vale Pereira e Domingos Borges de Barros, que ali demoraram apenas meses, e João Caetano de Barros, Francisco Muniz Barreto e Antonio da Silva, bem como o Alferes Antonio de Moraes. Noventa infantes eram do Rio e 59 da Bahia, além de 37 dragões e outros tantos artilheiros, marinheiros, avulsos e escravos doutros pontos da Colônia. As expedições que anteriormente visitaram o extremo sul, atingindo o Prata, foram contingentes de cavalários de São Paulo, destacamentos de Santos, recrutas de Paranaguá e Laguna, dragões de Minas e Pernambuco (33).

Em 1735, o Capitão Manuel Gonçalves Ribeiro localizava-se na passagem das Conchas, "nos Campos de Tremandy" em virtude de carta de sesmaria do Capitão-mor de S. Paulo com a rubrica de El Rey (34). Na área da estância de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, obtida por dadiwa régia em 1740, fundou-se o Porto dos Casais, a atual P. Alegre. Pela mesma época outros lusitanos estabeleciam-se nos campos de Itapoan, à margem do Gravataí e para os lados de Viamão. Nessa região teve lugar o acidentado ensaio de colonização por açorianos em pequenas propriedades agrícolas, os **casais**. Esses ilhéus, apesar das vicissitudes porque passaram com o irregular cumprimento das promessas da Corôa ao retirá-los das suas ilhas para as terras de S. Pedro do Rio Grande do Sul, vieram a constituir o cerne da civilização lusa em terras do Rio Grande, em associação com portugueses do Continente, idos de Laguna, e com brasileiros de todos os quadrantes. Muito antes da sua introdução, nos últimos anos do século XVII, abrindo caminho para a Colônia do Sa-

(32) **El negro rioplatense**, Claudio Garcia & Cia., Editores, Montevideu 1937.

(33) Dante de Laytano, **O português de Açores na Consolidação**, etc., cit., J. O. Pinto Soares, **Memórias históricas e comentários**, in *Anais do 1.º Congr. de Hist. e Geogr. Sul Riogr.*, I vol., P. Alegre 1936.

(34) W. Spalding, loc. cit.

eramento, fundara Francisco de Brito uma **vacaria** em campos situados mais ao norte e em 1719 João de Magalhães criava Conceição do Arrôio com 30 moradores de Laguna.

Assim é que em 1803 já o Rio Grande português vivia sem os auxílios da Metrópole (35), apesar das lutas sem trégua contra o invasor espanhol não deixarem folgas ao povo; havia então em Porto Alegre completa organização administrativa e judiciária, mistéres de vários officios, aula pública de gramática e duas escolas de ler e escrever; em Rio Grande, um consulado da Alfândega e uma legião de cavalaria comandada por um Marechal de campo; em Rio Pardo um regimento de dragões de cavalaria completo. Havia já onze paróquias e a Capitania rendia 300 mil cruzados estando extinta grande parte da dívida passiva “e toda a tropa da Capitania, folhas civis e eclesiásticas são muito bem pagas”, assegura um contemporâneo (36). As lavouras e saladeiros exportavam em 1816 mil e duzentos contos de seus produtos para portos do Brasil e do estrangeiro. Em 1808 tinham nomes portugueses todos os cento e trinta e seis comerciantes de P. Alegre, da vila de Rio Grande de S. Pedro do Sul e do Quartel do Povo do Rio Pardo, com exceção de Dionisio Maccart Irlandês e Miguel Fortuna Irlandês, do grupo daqueles mestres que, “apezar dos grandes ordenados e despêsas”, João Rodrigues Pereira de Almeida & Companhia haviam mandado vir da Irlanda, à sua custa, por volta de 1800, para as suas “fábricas de curtir e surrar couro”.

Pelotas crescia em torno da charqueada que, em 1780, fundara o cearense José Pinto Martins.

Naquele mesmo começo do século passado, as ruas, os bêcos, as praças, os caminhos, as praias de P. Alegre tinham nomes como: da Práia, do Cotovelo, da Ponte, do Riacho, do Portão, da Capela, do Rosário, do Hospital, do Arvoredo, da Cadeia, Direita, Bela, do Arrôio, do Ouvidor, da Azenha, da Olaria, do Couto, do Leite, do Barbosa, do Chico Pinto... As vielas, as travessas, as velhas estradas, tudo o que resta do antigo Porto dos Casáis, ainda hoje se chamam do Amorim, do Bandeira, Fumaça, do Sêbo, da Bôa Vista, do Carmo, do Cortume, da Fortaleza, do Pesqueiro, do Boqueirão, da Caixa d'Agua, da Cavalhada, do Chapéu de sol, do Forte, da Queimada, da Restinga, da Tamanca, da Vila Nova, Caminho Novo, etc.

Muito mais novos e resultantes de influências culturais mais recentes e da proeminência de certos imigrantes e seus descendentes na política, nas letras, no jornalismo, no sacerdócio, na medicina..., é que começaram a surgir nas placas indicativas os nomes de von Koseritz, Trein, Bordini, Rheingantz, Massot, Chartier, Ludwig, Fayet,

(35) J. O. Pinto Soares, loc. cit.

(36) Manuel Antonio de Magalhães, **Memorial a d. Fernando José de Portugal**, Boletim Municipal, a. II, n.º 5, vol. 3, P. Alegre 1940.

Lossio, Becker, Farnese, Mentz, Hasslocher, Müller, Bins, Wamosy ou Berlim, Hamburgo, Nova Trento, Teutonia, Genova...

O afluxo de brasileiros doutras províncias não cessava de nutrir a brasilidade no Rio Grande, marcadamente na zona que nos ocupa e que representava o poder central no sul.

Destacadas personalidades da Revolução Farroupilha (1835-1845) eram de Minas, Alagôas, S. Catarina, S. Paulo. Os primeiros vigários do Rio Grande foram nomeados pelo Arcebispo da Bahia, depois pelo Prelado do Rio de Janeiro e a seguir pelo Bispo de São Paulo; só em 1850 fundou-se a Diocese de S. Pedro do Rio Grande, com D. Feliciano Prates, um gaúcho da fronteira; porém o segundo e terceiro Bispos, D. Sebastião Dias Larangeira e D. Claudio José Ponce de Leão, eram bahianos.

Na guerra do Paraguai dezenas de milhares de milicianos doutras províncias, inclusive cerca de 20 mil da Bahia — a maior contribuição duma só província — estiveram em contato com o Rio Grande, radicando-se muitos entre o seu povo.

O emprego do vocábulo *bahiano* para designar a princípio todo aquele que monta mal a cavalo, e depois o soldado de infantaria e todo estranho à vida local originou-se — pensa Romagueira — do fato dos filhos do norte e especialmente os da Bahia, que mais abundavam no Estado, não saberem montar à gaúcha. Essa abundância de nortistas, si não estatisticamente verificada, ao menos é referida por toda a gente. Diz-se, mesmo, que já na República o mais alto tribunal de justiça rio-grandense, teve, em dado momento, maioria de juizes doutros Estados, mais da metade dos quais eram bahianos de nascimento.

Pode-se ter uma idéia de como permanece elevada, nessa sub-área, a proporção de descendentes de lusitanos, apesar da imigração, pela preponderância dos apelidos portugueses nos seus habitantes. Num total de seiscentas e noventa e quatro pessoas encontramos 70% de nomes portugueses, 19% de nomes estrangeiros e 11% de nomes mixtos. De como diferem as condições da miscegenação do visinho Estado de S. Catarina, basta atentar em que, em 398 nomes de pessoas de Curitiba, verificamos existirem 67% de nomes portugueses, 31% de nomes estrangeiros e menos de 2% de nomes mixtos, evidência de que neste caso, a mistura é praticamente desprezível ao passo que na área do Rio Grande, agora em questão, o caldeamento faz-se em proporção digna de nota conservando-se preponderante o elemento luso-brasileiro. E esse caldeamento concorre certamente para o domínio da cultura luso-cristã no meio, fazendo com que os alienigenas a vão aceitando gradativamente.

Nos tipos físicos da população e nos seus costumes e traços psicológicos, na fala, na arquitetura de muitos dos seus edifícios e igrejas revelam-se as origens luso-brasileiras.

Na linguagem ficou um habito pitoresco e delicado, que trái a influência profunda e duradoura do português mais que no Maranhão, no Pará, no Rio, para não falar dos pontos em que desapareceu esse traço do falar lusitano: o emprego habitual e generalizado do *tu* entre parentes, amigos, colegas, companheiros de trabalho. Em todo o Estado, o tratamento pela segunda pessoa do singular é como que obrigatório. Não se rompe a tradição nem na sub-área gaúcha, onde o brasileiríssimo *você*, aliás tão sem-cerimonioso embora menos afetivo, traduziria perfeitamente o *Usted* espanhol, nem siquer na colonial, em que o *Sie* do alemão e o *Voi* italiano seriam comodamente vertidos no mesmo *você*. Toda pessoa íntima é tratada por *tu*, como em Portugal!

Outro costume que mostra quão pouco a própria visinhança espanhola se traduz em influências capazes de sobrepujarem os estilos de vida portugueses, é esse das mulheres — na sua imensa maioria — frequentarem a igreja e comungarem com a cabeça descoberta, sem a mantilha siquer. Ora, nas antigas colônias espanholas, a mantilha continúa a testemunhar, principalmente na igreja, a filiação cultural hispano-árabe. Aliás, a brasileira guarda da moura, através o português, o costume de cobrir a cabeça na igreja com um véu (G. Freyre), só adotando o chapéu como imitação das européas da burguezia doutros países. Que a rio-grandense não conserva essa tradição virá, quem sabe?, da menor influência mourisca sobre os ilhéus açorianos, mas por outro lado colonizados por flamengos.

Na arquitetura ficaram outros sinais da formação lusa. Desde o começo do século último Saint Hilaire e Arsène Isabelle, em seus relatos de viagem, comparavam Montevideu e Porto Alegre: uma bem espano-mourisca lembrando, com suas casas baixas e alvas sotéas, as cidades do Libano; a outra, com os seus sobrados de sacada e cobertura de telhas, revelava a origem lusitana. No interior das casas até os moveis obedeciam ao estilo tradicional nas outras partes do Brasil (37). Atualmente, em P. Alegre, entre os prédios construidos sob inspiração nórdica, — austeros, massiços, com chaminé para a lareira e telhado muito ingreme, e os chalés igualmente copiados das montanhas centro-européas; em meio à profusão incaracterística da arquitetura “de confeitaria” e dos bangalôs dos catálogos americanos, — numerosos edificios guardam a memória da cidade inteiramente brasileira de cem a duzentos anos atraz, entre os quais, o solar que o Governador da Capitania ao tempo de Dom João VI, o Tenente General Dom Diogo de Souza, mandou construir para sua moradia no Caminho Novo, as casas da estrada para Viamão, e as igrejas barrocas, como a de Nossa Senhora das Dores ea do Rosário (sec. XIX), muito menos opulentas, é verdade, que as do Centro e do Norte, quer

(37) Athos Damasceno Ferreira, op. cit.

em obras de talha quer em dourados. O quadrado de casas que envolve a monumental igreja de Viamão, erguida por provisão de 1741 e visitada pelos dois imperadores parece-se extremamente com outros vilarejos brasileiros; do mesmo modo, os sobrados e casas terreas com "beirais de andorinha" na rua Moron e a matriz da cidade de Cachoeira; os casarões esparsos nos **banhados** dos arredores de Pelotas; a matriz de José do Norte; e velhos prédios esparsos em toda a sub-área. Nem sequer faltam, nos terrenos em que assentam muitas dessas casas, as tradicionais alamedas de palmeiras, motivo ornamental constante nas casas nobres das chácaras, nos sobrados recuados da rua, nas casas patriarcais das fazendas e até em frente das igrejas. Para Gilberto Freyre, os sobrados de Rio Pardo, Viamão, Pelotas, Rio Grande, P. Alegre: estão entre aqueles elementos da paisagem cultural brasileira que pouco ou nada variam de Norte a Sul; e que constituem o unitarismo ou unanimismo da mesma paisagem", (38) embora sobre certos de seus detalhes estruturais e ornamentais tenham se feito sentir o gosto e a tradição particular dos açorianos.

Sem embargo de terem sido criadas e edificadas por portugueses e brasileiros, Rio Grande em 1737 quando o Brigadeiro José da Silva Paes ali fundou o presídio de Jesus, Maria, José, passando a vila em 1751, e Pelotas pouco depois daquela, por influência, entre outros, da charqueada do cearense José Pinto Martins, — essas duas cidades, como várias da fronteira, revelam no seu traçado e na arquitetura dos seus edifícios a influência do Prata: as casas são geralmente baixas, dum só piso, algumas com pátio central e sótão ladrilhado, em lugar de telhado. Esses prédios, ao envez de terem beirais de telhas, como todos os do Brasil colonial, rematam as fachadas com platibandas, e dispõem-se regularmente em quadras que compõem ruas sempre retas, em quadriculado; o contrário, exatamente, dos arruados portugueses, tortuosos, displcentes, submissos aos acidentes do terreno. E' preciso não esquecer que, além da proximidade da fronteira uruguaia, a cidade do Rio Grande esteve, no século XVIII, quatorze anos sob domínio militar espanhol, enquanto S. José do Norte, Viamão, Rio Pardo, P. Alegre, capitais da Capitania e da Província em várias oportunidades, por motivos de guerra e da revolução dos Farrapos, eram os baluartes da dominação e da civilização lusa e brasileira. Cabe, todavia, uma ressalva em relação ao traçado quadricular das cidades: à primeira vista isso resulta, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (39), do sistema urbano-centrípeto da colonização espanhola. Ha porém no caso vertente duas considerações a acrescentar

(38) **Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado do Rio Grande do Sul**, separata dos Anais do III.º Congr. de Hist. e Geogr. Sul Riogr., P. Alegre 1940.

(39) **Raízes do Brasil**, Livr. José Olympio Ed., Rio 1936.

à discussão, inda em curso do assunto: as cartas régias sobre a colonização açoriana fixavam já certas normas para a edificação dos futuros núcleos urbanos, não sendo para duvidar que instruções complementares detalhassem a maneira de traçar as praças e ruas; ademais o açoriano, que, segundo Dante de Laytano (40) imprimiu certas características à arquitetura do Rio Grande, já havia recebido influências urbanizantes dos flamengos, povo de vida citadina, a cujo influxo atribúe Gilberto Freyre (41) certos aspectos de Recife.

A distribuição dos grupos étnicos na sub-área aparentemente é a seguinte: na camada proletária distinguem-se o grupo brasileiro original, constituído de brancos de ascendência luzitana, pretos, mulatos e caboclos, e a massa dos descendentes de estrangeiros e dos elementos cosmopolitas, sendo diminuto o caldeamento entre as duas parcialidades. No estrato médio — do funcionalismo público e da pequena burguesia — é que começa a fusão, timidamente em consequência do caráter conservador dessas classes; do instintivo retraimento em face de culturas tidas como superiores; da diferença de religião e de língua; da diversidade de ideais, — de um lado o imigrante aspirando à prosperidade pecuniária pelo amanho da terra e pelos officios, — de outro o funcionário, o comerciante, o bacharel desdenhado das atividades manuais e considerando sempre mais nobres os títulos intelectuais; uns movidos pelo espírito de aventura e ousadia, outros arraigados à terra e mais ou menos estabilizados em situações sociais e econômicas modestas, mas sem ambições. “O horror ao estrangeiro preocupou, orientou a colonização portuguesa e espanhola da América, desde o seu início até a Independência, diz Pedro Calmon. O estrangeiro era o indesejável religioso, porque pertencia a países de pouca, ou diferente fé; o indesejável econômico, porque “atravessava” as mercadorias ou lhes alterava o preço; o indesejável político, porque, revelando as riquezas da colônia, para elas atraía a cobiça de suas nações, a audácia dos ladrões do mar... A família colonial herdou ao primitivo “clan” vicentino ou olindense a repugnância instintiva pelo forasteiros, que se agrava onde quer que ele apareceu, a insinuar-se com o retraimento medroso da mulher”.

De fato, dos cento e vinte e quatro colonos alemães chegados em 1824, eram 108 protestantes, 15 católicos e um israelita, e em 1924 os seus descendentes eram 46 % católicos e 54 % protestantes.

Rheinhardt Haack atribue à “relutância da mulher brasileira em dispor-se ao trabalho físico” a endogamia dos filhos de colonos alemães no Brasil. Não ha dúvida que essa tem sido uma causa frequente. Mas em verdade, não é uma repugnância pelo trabalho físico em si, de que se trata, sinão dum conceito de família — inhe-

(40) **O Português de Açores na consolidação, etc., cit.**

(41) **Sobrados e mocambos.**

rente à nossa civilização luitana, com muito de católico e algo de mouro — segundo o qual o lugar da mulher é na intimidade do lar, embora labutando arduamente na criação dos filhos, nos cuidados da casa, na cosinha... O trabalho de ordem profissional, ômbro a ômbro com o homem, fóra do lar, no eito, na oficina, esse é que não se coaduna com a sua condição privilegiada de esposa. Do português e do espanhol nos vinha um como instinto de que “o trabalho manual e mecânico visa um fim exterior ao homem e pretende conseguir a perfeição de uma obra distinta dele” por isso mesmo que “a ação sobre as coisas, sobre o universo material, implica submissão a um objeto exterior, a aceitação de uma lei extranha ao indivíduo. Ela não é exigida por Deus, nada acrescenta à sua glória e não aumenta a nossa própria dignidade” (Sergio Buarque Holanda) (42). No homem da Europa central o calvinismo já havia substituído essa mentalidade por um como utilitarismo, que explica a sua “representação da vida” e a natureza das suas ambições. Aquelas desconfianças e esses conceitos tenderiam certamente a reduzir os contatos e a interpenetração dos grupos, sem impedir inteiramente as uniões individuais. Contudo, “só quando o imigrante se eleva na sociedade é que vemos casar-se nas famílias brasileiras” (Ribeiro Couto). Os colonos que prosperaram, esses não encontraram, por certo, muitos obstáculos ao casamento na sociedade neo-burguesa da Província, a não ser uma certa resistência nos preconceitos de casta das famílias de doutores, de burocratas, de chefes políticos, de titulares do Império, ainda mais desdenhosos em relação às profissões manuais e mais reacionários e conservadores. Hoje, a finança, o comércio, a indústria, a medicina, um pouco o ensino, estão em mãos de louros de olhos azúis e nomes arrevezados, e às vezes de sotáque estrangeiro, que ainda guardam algo dos seus ascendentes estrangeiros embora estes, quando deixavam as suas etnias para casar nas famílias brasileiras dos sobrados citadino, trouxessem, naturalmente, certa disposição para transigir com os hábitos, com os padrões de vida e os ideais da sua nova sociedade. O casamento e a vida nas cidades têm sido os instrumentos do abrasilairamento do colono, ficando o campo, particularmente as zonas agrícolas e das pequenas indústrias para-agrárias e domésticas, para os agrupamentos ainda inassimilados. A primazia dessa função integradora coube sempre a Porto Alegre. “Na verdade, a não ser a Capital, outro ponto de contato não havia — afirma Jacques Lambert referindo-se a um período já remoto — entre a população alemã e a população luso-brasileira, cuja atividade se desenvolvia em outras ocupações ao sul do Estado, ao redor das cidades de Pelotas e Bagé”.

Essa sub-area rege sem violência, pois não é do seu caráter a

(42) Op. cit.

imposição à força dos seus modos de ser, as duas outras áreas e as vão fundindo nos seus moldes, em virtude exatamente da conhecida plasticidade da cultura luso-brasileira.

E' igualmente sugestiva e rica a literatura sobre o Rio Grande luso-brasileiro; além de nomes antes referidos e dos quais merece particular relevo o de Aquiles Porto Alegre, deveremos ajuntar os de Souza Doca, Nestor Erickssen, Moysés Velinho, Renato Costa, Mons. Balem, Borges Fortes, De Paranhos Antunes, Alfredo Varela...

Em conclusão: o Rio Grande do Sul nem só compartilha da formação e do espírito brasileiros como tem participado intensamente na vida nacional, sobretudo na vida política de todo o Império e marcadamente da República.

Magistrados, professores, desbravadores, médicos, sacerdotes e particularmente militares revesaram-se, em todos os duzentos anos da história do Rio Grande, das outras províncias para lá e de lá, tão brasileiros como nós outros, para o resto do Brasil forjando as identidades e tecendo a unidade na direção da cultura lusa que é, na visão de André Sigfried, o destino da mistura de raças e civilizações em nossa Pátria.

Tomado isoladamente, o Rio Grande não constitue também um mosaico, com partes indiferentes e somente juxtapostas; ao contrário, é, mais que qualquer das demais províncias antro-po-sociais do Brasil, um gigantesco laboratório de aculturação, em que a nossa cultura tradicional e basica, luso-católica, experimenta uma das provas decisivas da sua vitalidade, podendo-se prever, com muita margem de segurança, que se enriquecerá de apreciaveis aquisições espirituais, técnicas e materiais sem perda dos magníficos valores de que se compõe a trama invisível da sua essência intelectual, ética e psicológica.

(Conferencia pronunciada no salão do Ginásio da Bahia, em 2. Junho. 1942 na serie da Fac. Filosofia da Bahia).

TRANSADORES E RETIRANTES

(Nordéste missioneiro)

Manuél Duarte

III

Francisco Pinto Bandeira. Foi a estirpe Pinto Bandeira a prodigiosa célula de bravos autênticos e predestinados nûmes tutelares da nacionalidade, no ciclo épico de povoamento e defesa do "Continente do Rio de Sam Pedro do Sul", para onde se expandia a brasilidade, na centúria XVIII.

Genuínos heróis, na hora do perigo, e homens práticos, nos meteóricos instantes de bonança, iriam sendo justamente premiados os consagrados valôres militares, em cujo escol culminam os Pinto Bandeira, com largas concessões de térras devolutas, nas despovoadas campinas riograndenses. Seria, de feito meio hábilíssimo de impulsionar e convergir tímidas corrente povoantistas, através do agressivo deserto gaúcho, a doação de sesmarias a veteranos vultos guerreiros, cujo prestígio inspiraria confiança e animação colonista. Esse destino, de corajosos desbravadores sertanistas e coordenadores de núcleos estancieiros, coube, ainda, aos homens de espada e, pois, à próle Pinto Bandeira.

Certo, nos primeiros súrtos de expansão colonizadora, no Rio-grande do Sul, seriam militares, milicianos ou simples praças os titulares de sesmarias, cujos domínios prosperariam, graças ao serviço de apoio e defesa dos Destacamentos distritais. Daí, automaticamente se transformarem em — transadores e retirantes — êsses primitivos defensores da estabilidade povoantista, nos tempos remotos.

Fôram os Pinto Bandeira altamente aquinhoados com grandiosas concessões de térras, de que se tornariam famosos negociastas e animadores do movimento de irradiação possessória.

Assim que, vaqueano conhecedor do Continente de Sam Pedro, o patriárca Francisco Pinto Bandeira escolheria o "Distrito do Pinhais" e fundaria latifúndio pastorício em Cima da Sérra, para onde, súbito, começaria grande procura de sólo reiúno, cujos pretendentes transpunham a ingreme Sérra Geral, vinham de Laguna, ou desciam dos

“Campos Gerais”, às ilhargas dos imponentes “Aparados”, pelo vetústo caminho dos “Tropeiros”. De jeito que a Francisco Pinto Bandeira, que já “ha mais de dezaseis annos povoara hua fazenda em Sapocaya, em que ao presente tinha mais de tres mil Rezes...” lhe foi, ainda, concedida sesmaria, a 20 de maio de 1752, “que haveria dez annos povoara em Sima da Serra de Viamão hua fazenda com mil e duzentas Egoas com seus pastores, e quinhentas Cabeças de Gado Vacum cujos campos partião pela banda do norte com o Capitão Pedro da Silva Chaves, e pelo Sudeste com Carlos Gonçalves Braga ficando a frente para a estrada geral, que seguem as Tropas, e os fundos para o matto da Serra, cuja fazenda teria de cumprido tres legoas, e de Largo hua...” Concedeu-a Gomes Freire de Andrada. (Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano XXIII, 1929, p. 464).

Essa mesma sesmaria, já com o apelativo de “Fazenda da Cria”, seria logo depois vendida, por Pinto Bandeira ao lindeiro, capitão Pedro da Silva Chaves, pois que, no recenseamento de 1785, “os herdeiros do capitão Pedro Chaves possuem uma fazenda denominada a Cria, que tem tres leguas por uma e a houve o dito capitão por compra a Francisco Pinto Bandeira a quem havia concedido pelo C. de Bobadella no anno de 1752 e confirmada por Sua Magestade no anno de 1754 cuja sesmaria presentemente pára em poder dos ditos herdeiros sem clareza alguma de cessão ou traspasse”.

Bartholomeu de Sequeira Cordovil. Posseiro desidentificado, ainda. Apenas a situação dessa sesmaria é plenamente reconhecida: fica entre os rios dos Touros e o do Inferno (Pelotas). Da sua topografia se determina o destino da possessão Cordovil: declarada ausente a personagem que obtivera sesmaria, nessa Paragem, fôram os respectivos campos postos em Praça Pública e arrematados pelo capitão Antônio da Costa Ribeiro, em 1770, juntamente com as fazendas anteriormente possuídas pelos povoadores Francisco Carvalho e Miguel Felix de Oliveira, cujos domínios, após o falecimento dos respectivos titulares, fôram declarados “vacantes”, ou, mais propriamente, — derelitos.

Entretanto, a importancia da localização da pósse territorial de Cordovil está, precisamente, em dilucidar vélha dúvida, senão que monótona teimosia entre cronistas e historiógrafos gaúchos. Segundo desenganadamente se afirma, a vetústa verêda dos Tropeiros passaria pelo moderno Registo de Santa Vitória, abaixo, pois, da confluência dos rios das Pelotas e dos Touros, cujo trânsito, em verdade, foi rasgado, já no ocáso da centúria XVIII.

De feito, enuncia a concessão da sesmaria Cordovil: — “Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem que havendo Respeito a me Representar por sua petição Bartholomeu de Sequeira Cordovil, que elle queria povoar nos Campos da Vacaria huas terras que se achavão devolutas seguindo a estrada velha das Tropas do Ribe-

ção chamado dos Touros até o Rio chamado do Inferno, cruzando das suas cabeceiras da cuitação de Miguel Feiz até d'onde o Rio dos Touros faz barra no do Inferno, em distancia de tres Legoa pouco mais ou menos..." Ora, sabido que a situação (pósse) de Miguél Félix era parte integrante da futura colossalidade territorial dos "Auzentes", isto é, das cabeceiras dos Touros, para o Nascente e Nordéste; sabido que essa "estrada velha das Trópas" transpunha o "Ribeirão chamado dos Touros", e que, dessa altura, frechava para o Nórte, à procura do passo do Inferno, no rio cujo nome se generalizaria, — "Rio do Inferno", — identificado fica definitivamente o antigo Itinerário das Tropas, que transita muito ao Oriente do futuro caminho de Santa Vitória. Cruza pela frente oeste dos Auzentes, adentra-se na sérra e vadeia o rio das Pelótas, no primitivo "Passo do Inferno" e avança pelo chapadão montanhoso do mediterrâneo formado entre os rios do "Inferno", hoje, das "Pelótas", e, das Pelótas, atual, do "Lavatudo".

José de Barros Pereira. No primeiro ciclo de conquista e povoamento das térras do Nordéste serrano riograndense, nota-se a exclusividade preferéncia dos pretendentes latifundistas pelos campos que ficam em âmbos os flâncos da primitiva estrada dos "Trapeiros" de S. Paulo. Duas razões irrecusaveis atuariam no ânimo solértes daqueles remótos povoadôres para essa escôlha preponderante. A mais forte causa de retraimento inicial desses desabalados pretensôres territoriais e consequente desadentramento no interior e "Fundos de Baqueria de los Piñares", à procura de lárgas pósses, está, precisamente, no contínuo perigo de penetração desgarrada para as hostilíssimas vizinhanças com o gentio missioneiro. Em verdade, fôram cruelmente castigadas as mais temerárias tentativas de avançamento e possessão naquella rechã, longamente inacessível à dominação lusitana. O segundo e mais prático motivo de geral alojamento migrantista às vizinhanças do velho "Itinerário dos Fronteiros paulistanos", está, seguramente, na tranquila facilidade de procura e condução das cavalgadúras, cujo mercadêjo constituia a única atividade lucrativa, nos primeiros tempos. De modo que era absolutamente desérta de habitantes portugueses a parte cêntro e poente de "Baqueria de los Piñares", quando, entretanto, já se tinha formado densidade populativa de fazendistas sobre o Levante da vasta região missioneira, que abrangia os territórios dos atuais Municípios de Cima de Sérra e Bom Jezus, ao longo do memoravel caminho das Trópas.

De feito, só depois de policiamento volante, para impedir o contrabando na cobrança dos insaciaveis "Dízimos Reais", é que tímidamente se iria irradiando, para o Ocáso, lento comêço de expropriação e acantonamento possessório.

De feição que, meada a centúria XVIII, já se achava ocupada de concessionários fazendeiros a campanha às fraldas da Sérra Geral e da Sérra das Antas, das márgens do rio do Inferno, em linha réta que

parte da embocadura dos Touros a rúmo Sul, a entestar no perfil imponente da Sérra Geral, que limita os campos de Cima da Sérra com o antigo "Campo dos Bugres".

Nesse largo e sossegado quadrante, cêdo se fundariam imênsos latifúndios, lançados pelos famosos "Fronteiros". Aí, o lugar escolhido, para a formação das "Paragens", "Paradas" ou "Freguesias" dos mercadôres intrépidos de alimárias.

Aí, a sesmaria de José de Barros Pereira, consagrado tropeiro e, provavelmente, irmão de Manuel de Barros Pereira, cuja vizinhança buscou, para levantar a sua pósse, em Cima da Sérra. Identificia-o, até, o hábito inveterado e previdente, êntre esses antiquíssimos tropeiros e agentes de radicação possessiva nos Sertões, — a aparição do preposto residente na "Paragem". Em verdade, na suplicação expõe o tropeiro José de Barros Pereira: — "que ele tinha povoado huns campos em sima da Serra de Viamão com gado vacum, e Cavallar como também escravatura, cujos campos se compunhão de tres Rincoens e poderião ter todos, tres Legoas pouco mais, ou menos partindo pelo Rumo do Norte com a Serra do mar, pelo Sul com o Rio das Camizas, pelo Rumo de Leste com as cabeceiras do ditto Rio e pelo de Oeste com um arroyo, que nasce da Serra do mar..." Tem a respectiva concessão a data de 26 de outubro de 1755. (Rev. do Arq. Pub. Mineiro, Ano XXIV, de 1933, p. 216-218).

A respeito da probabilidade de serem irmãos Manuel e José de Barros Pereira, ha, ainda, esta coincidência sugestiva: ambas as concessões de sesmaria, a de Manuel, sobre a Lagôa da lingoeta, e a de José, em sima da Sérra, fôram despachadas a vinte e seis de Outubro de mil settecentos, cincoenta e cinco. Tudo indica, pois, que requereram âmbos, ao mesmo tempo.

Frutuoso de Araujo e Silva. Transador e retirante absolutamente desidentificado, ainda. Foi-lhe concedida sesmaria, em 1752: — "... que elle hera senhor e possuidor de huns Campos, de que lhe tinha feito Cessão e traspasso Rodrigo Antonio da Silva Pereira, os quaes herão sitios em Sima da serra de Viãmão, e principiavão na paragem chamada Capão Ralo, correndo Rumo direito ao poente athé o Rio de Santa Cruz e paço do Capitam Francisco Pereira Gomes, servindo lhe de ataque o mesmo Rio da mão direita, e da esquerda a mesma Serra os quaes Campos poderião ter de testada hum quarto de Legoa e de cumprido duas, em que tinha Cazas, Curral e gado Vacum..." (Rev. do Arq. Pub. Mineiro, Ano XXIII, 1929, p. 467).

Quer o transador Rodrigo Antonio da Silva Pereira, quer este concessionário, são âmbos desidentificados, ainda. Certo, serão eles "Fronteiros", pois fôram os primeiros possessôres na vasta região de Cima da Serra de Viamão consumados tropeiros e precursôres intrépidos da futura corrente migrantista, que havia de povoar os domínios de "Baqueria de los Piñares", cuja fronteira norte partia do rio das Canôas.

João Damasceno de Córdova. Estranha figura de... retirante, a deste antigo habitante de Vacaria. Ali viveu longamente Damasceno de Córdova. Estabeleceu residência à margem esquerda do rio "Ventura", posteriormente, rio "Santana", como agregado de José de Campos Brandenburg. Deixaria o nome eternamente ligado ao sitio, onde viveu largos anos, — Fazenda do Damasceno, ou, simplesmente, — Mascena, como é universalmente conhecido aquele vasto quadrante nordestino. Afinal, nos primeiros albos da centúria XIX, faleceria Brandenburg, cuja grande fortuna pertencia à filha única, Clára Jorge da Silva, c/c o lagunense Manuel Rodrigues de Jesus e antigo povoador planaltense.

Foi nesse longinquo interim que apparecia suposto testamento attribuido a Brandenburg, pelo qual instituiria herdeiro universal a João Damasceno de Córdova. Seguiu-se interminavel queréla, promovida por Manuel Rodrigues de Jesus, a qual lhe deu inteiro ganho de causa e julgou apócrifa semelhante disposição de última vontade.

Nesse entremêntes, retirou-se João Damasceno de Córdova para Lages, onde passou a residir, definitivamente. De feição que no imtante recenseamento de Lages, 1798-1802, se diz o seguinte, a respeito desse vetústo retirante:

"João Damasceno de Córdova, 56 anos de idade, casado, branco, e natural da Villa de Santos. Sargento-mór das ordenanças desta Villa de Lages. Sua mulher D. Maria de S. Boaventura do Amaral tem 47 anos de idade e é natural da cidade de S. Paulo Tem duas Fazendas húa no districto desta Villa e a outra no da Freguesia de N. S. da Oliveira de Vaccaria, que ainda está litigiosa e nellas cria animaes vaccuns, cavallares, moares e asnares que produzirão no presente anno — Vaccuns... 300; Cavallares, 24; moares, 12 e asnares, 8. Tem rebanha de ovelhas n'húa e n'outra Fazenda".

Do casal Córdova-Amaral, em 1801, os seguintes filhos:

1) Maria Jacinta, 19 anos, c/c Bento Ribeiro de Córdova; 2) Antônio, com 15 anos; 3) Maria do Nascimento, com 13 anos; 4) José, com 11 anos; 5) Ana, com 9 anos de idade.

OS DOIS PADRÕES

na conquista das duas ultimas Baquerias

Manuel Duarte

As mãos me veio o recorte de certo jornal, creio que, de Curitiba, no qual se assinala, a lapis, o trêcho seguinte:

"Finalmente, assunto do Sul. No artigo "A Irrupção de 1779" (Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul, 4.º semestre de 1940) "revive o autor têmea insolúvel, cujo destrinçamento nos mergulha, "ainda, na interrogação e dúvida sôbre coisas passadas. Foi o Mestre-de-Campo, Manuel Dias da Silva, famoso sertanista, que levantou o "padrão, em Banqueria riograndense, ano de 1735, no qual gravára o "marco intencional da dominação portuguêsã, como tranquilamente "lhe reconhece a História nacional? Foi o Sargento-Mór Francisco "de Souza e Faria, segundo quere, enfim, a investigação gaúcha, o "herói do evento possessório, como nos diz o autor? A incertêza permanece, pois que já hoje, apenas êste ponto é liquido: — o padrão "duma das Baqueiras foi levantado em 1735. O outro, que se desven-" "da fôra erguido nos sertões riograndenses, teria sido em 1729, seis "anos antes. E' êste o ponto nucleal da controvérsia. Verdade é que "a *Noticia Pratica* de Souza e Faria o relata e consigna o ano, — 1729 "— . Penso que não poderia ser outro o autor daquela façanha naciona-" "lista. Contudo, em se tratando de acontecimento da mais fremente "magnitude, é estranho que se esquecesse Souza e Faria, de fixar o "dia do abatimento e substituição de símbolos, no deserto sul-americano.

"De fato, na "Uzurpação de Portugueses", do Padre Burriel, con-" "signa, provàvelmente, a mesma ocorrência, nos sertões riogranden-" "ses; refere dia e ano, — 10 de julho de 1729, mas não dá o nome do Rei, "nem esclarece o nome da personagem lusitana, que arreou, ali, o pa-" "drão espanhol, e içou o marco da suresania lusa.

"Tratar-se-á do mesmo acontecimento, já que do confronto entre "a *Noticia*, de Faria, e o relato do Padre Burriel, ressalta diferença "em ponto capital?

"Diga, porém, a revisão futura a ultima palavra da História, sô-" "bre esta minúcia da formação territorial da nacionalidade..."

Afastada da controvérsia a hipótese de se atribuir a Manuel Dias da Silva a autoria do padrão lusitano, em campos do Riogrande do Sul,

já muito é, porque a ação dêsse famoso sertanista fica circunscrita nos sertões matogrossenses, onde efetivamente ocorreu ela, em 1735, quando “Baqueria de los Piñares”, ha seis anos, se ligava a S. Paulo, pelo caminho aberto por Souza e Faria.

Já agora resta (minudência quase doméstica, localista) identificar o celebrado feito do Sargento-Mór, Francisco de Souza e Faria, ao galgar a campanha de “los Piñares”, na abertura do memorável caminho.

De feito, confere o Padre Burriel esta legenda no padrão devantado:

Viva el Rey de Portugal, A 10 de julho de 1729, pelos Portuguezes, ou, em suas proprias palavras: “pero año de 1729, entraron los Portuguezes, abrieron caminos, saquearon las baquerias, dejando em un palo este letrero: Viva el Rey de Portugal, a 10 de julio de 1729”.

Já Souza e Faria assim relata a ação que praticára:

“Destes campos segui viagem arrumado sempre a serra do mar, e “a pouco mais de 7 legoas de caminho achei uma grande cruz de um “pinheiro e este letreiro nella Maries 16 de Dezembro anno de 1727 “pipe Capitolo Marco Omopo. Descida a Cruz e adorada com toda a “veneração, lhe mandei tirar o titulo, e lhe puz este I.N.R.J. e junto “à mesma cruz em um bom padrão de pau este outro — Viva El Rei “de Portugal D. João o 5.º, — anno 1729”.

Como se vê, é mínima a discordância, entre as duas narrativas históricas: — na do Padre Burriel, faltam os vocábulos, — **D. João o 5.º**. Na de Souza e Faria, falta o termo, — **10 de julho** —, e aparece — anno 1729.

Entretanto, ambas as narrações se referem ao mesmíssimo acontecimento, ocorrido no Planalto riograndense, Disto não ha dúvida, pois que o Padre Burriel explica a circunstância decisiva de que na região que “llaman Piñares pusieron los Indios Guaranies año 1709, unas Baquerias de 100 \$ bacas sueltas, sin temor de Porqueses, como en tierras proprias; pero año de 1729, entraron los Portuguezes (a expedição de Souza e Faria, sem contestação alguma) abrieron caminos, saquearon las baquerias, dejando en un palo este letrero: Viva el Rey de Portugal, A 10 de Julio de 1729; por el mismo camino han sacado millones de cabezas de todo ganado, y caballos y mulas...” (Teschauer, Historia do Rio Grande do Sul, vol. III, p. 69).

Cumpre, de carreira, observar que o douto historiador patricio só não dilucidou, à luz da preciosa Cédula de Burriel êsse adentramento lusitano, e dissertou, confusamente, sôbre a conquista dos portuguezes em Baqueria de los Piñares, primeiro, porque não manuseára as Notícias Práticas de Souza e Faria e Cristóvão de Abreu, e, em segundo lugar, porque se sentiu embaraçado, diante do engano divulgado pelo grande S. Leopoldo, que attribuiu a Manuel Dias da Silva a invasão aquelles domínios pastorícios dos Jesuitas espanhóis.

Entretanto, para de todo em todo se deslindar que foi Souza e Fa-

ria, e, não, Manuel Dias da Silva, o conquistador de "Baqueria de los Piñares", resta acompanhar a penosa marcha de Souza e Faria, na sua grandiosa missão de ligar o Riogrande a S. Paulo. Desta diligência se verificará que, efetivamente, o padrão que Faria levantou, é precisamente o marco inicial da dominação lusitana, em "Baqueria de los Piñares", em 1729, e, por igual, afastada fica a hipótese de haver Manuel Dias aprumado padrão português, naquelas paragens, em 1735, em verdade, ali não andou o famoso Mestre-de-Campo.

De feito, relata Faria e Souza, em sua "Noticia Pratica":

"Neste sitio, e em 11 de fevereiro de 1728 dei principio ao ca-
"minho rompendo mattos fechados, e dando a pouco mais d'uma
"legoa com um pantano..."

Ao depois, prossegue:

"Entre os morros achei um espigão por onde subi com toda
"a tropa, depois de 11 mezes de continuo trabalho, fazendo o ca-
"minho a talho aberto, e é o unico por onde se pode subir a
"serra..."

Vencida a ingreme serrania, sai o valoroso sertanista na campanha:

"Nestes campos me demorei seis mezes esperando por nova
"recluta, que tinha pedido a S. Paulo..."

Finalmente:

"Destes campos segui viagem arrumado sempre a serra do
"mar..."

Do sítio de seus trabalhos iniciais, começados aos 11 de fevereiro de 1728, à orla da Serra-Geral, gastou Faria 11 meses. Logo, chegou nos campos de "los Piñares, em janeiro de 1729". "Nestes campos me demorei seis mezes", — adverte Faria e Souza. Portanto, nos campos planaltanos se ficou seis meses aquele sertanista, quando, vigente o mês de julho, "segui viagem arrumado sempre a serra do mar..."

Em suma, em julho de 1729, quando "e a pouco mais de 7 legoas de caminho achei uma grande cruz de um pinheiro e este le-
"treiro nella" alteou Souza e Faria, "em um padrão de páu", o marco da dominação lusitana, cuja ocorrência se daria aos 10 de julho de 1729, como esclarece o Padre Burriel.

Consequentemente, Dias da Silva levantára, em 1735, seu padrão, em Baqueria do Mato Grosso. Aos 10 dias de julho de 1729, alçara Faria e Souza o tradicional padrão possessório, em "Baqueria de los Piñares", na aurora da formação territorial do Riogrande do Sul, cujos destinos se vinculariam aos da nacionalidade, através do grande caminho providencialmente aberto, por onde se iniciaria o ciclo dos Fronteíros e desceria a corrente migratória, que iria colonizá-lo, em crescente miscibilidade entre paulistanos, lagunenses e açoritas.

A MARGEM DA EDUCAÇÃO NACIONAL

ÁLVARO O. CAETANO

O presente trabalho do Sr. Alvaro O. Caetano foi apresentado ao Concurso realizado em Santa Maria, pela União dos Funcionários Municipais, tendo sido classificado em 1.º lugar, conforme se vê da Portaria n.º 20, do Sr. Dr. Prefeito Municipal de Pôrto Alegre:

"O Prefeito Municipal de Pôrto Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei, determina seja inserido um voto de mérito na ficha do funcionário ALVARO ÓSIMO CAETANO, por ter sido o trabalho de sua autoria — "À Margem da Educação Nacional" — classificado em primeiro lugar no "Grande Concurso Estimulo", instituído pela U.F.M. do Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal de Pôrto Alegre, 20 de Janeiro de 1944. — (ass.) A. Brochado da Rocha — Prefeito".

O Sr. Alvaro O. Caetano é um grande estudioso e se tem dedicado, com especialidade a trabalhos de caráter geográfico.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul divulgando o presente trabalho presta sua homenagem ao modesto e estudioso autor da presente monografia. — N. R.

Resumo histórico.

Desde a antiguidade clássica que o pensamento europeu se preocupou com terras existentes deste lado do oceano. No principio foi a lenda da Atlântida, continente "fabuloso, coberto de abundantes flo-

restas, cortado por caudalosos rios, e sombreado de montanhas intransponíveis, onde os metais preciosos e as pedrarias raras se confundiam com o esplendor magnífico de uma flora maravilhosa e uma fauna desconhecida", mas que desaparecera em uma noite e um dia imerso em terrível inundação.

É, porém, no século dos descobrimentos, período tão remarcado na história de Portugal, que a lenda se faz realidade e o Brasil é revelado ao mundo pelo gênio extraordinário de Cabral.

Terra virgem, emergindo em luz, recortada de rios, semeada de flôres,

"Mil árvores ao céu estão subindo,
com pomos odoríferos e belos...

onde o gorgueio dos pássaros encanta o navegador e a frescura das suas florestas convida ao repouso, desde o português, que vem lançar, com a cruz, o primeiro marco, para a pátria futura, ao aventureiro navegador, em busca de espaçosos vales e enseadas seguras.

* * *

Com a chegada ao Brasil, dos padres da Companhia de Jesús, em 1549, estão lançados os primeiros elementos da educação nacional, que vão encontrar núcleos de povoação na costa de Pernambuco a São Vicente.

Com os jesuitas vem, para a então colônia, o elemento moral, pois os padres da Companhia são inflexíveis nos seus costumes e, têm, desde logo, de lutar contra a selvageria reinante: índios devorando uns aos outros, em plena antropofogia; colônos maltratando e escravizando indígenas, tratando-os como animais enfim.

No decurso de 210 anos, quando attingidos pelo ato do marquês do Pombal, expulsando-os de Portugal e suas colônias, foram êles os educadores da nossa terra.

Os jesuitas estudam a língua dos naturais, na qual traduzem sermões e orações para servir na catequese; fundam escolas para o ensino da leitura e são também os primeiros bandeirantes, penetrando em vasto raio do sertão.

Entre êles ha um que vem ter, indiscutivelmente, uma larga projecção em nossa vida histórica — o padre José de Anchieta.

Não cabe, porém, na índole deste trabalho, a análise de sua obra, no desbravamento espiritual da nossa Pátria. Citâmo-lo apenas, em ligeiros traços, como uma homenagem à sua alma de eleito, à doçura de seu apostolado na selva, espécie de S. Paulo, entre o gentio do Brasil, Anchieta domina pela brandura o elemento indígena:

Aves pela inocência, onças ferozes
Pela bruteza na floresta escura.

no dizer de Bilac, dedicando-lhe belissimo e inspirado soneto.

Ao sair das mãos dos jesuitas, o ensino passou a ser ministrado pelas escolas régias, criadas pelo governo.

Com a Independência, em 1822, já a nossa primeira assembléia legislativa se preocupa com a educação nacional, sendo objeto de atenção especial por parte do legislador imperial. Torna-se, assim, assunto de vital interesse o ensino popular — singularidade que talvez tivesse concorrido para mau êxito — como faz notar o ilustre pedagogo dr. Afrânio Peixoto.

Apesar de dissolvida a Constituinte outorga a corôa o estatuto constitucional, conferindo o ensino primário gratuito a todos os cidadãos brasileiros.

D. Pedro II tem também o seu interesse pela educação, manifestando o desejo de que a dignidade dos brasileiros fôsse manifestada pela iniciativa dêles em bem do ensino público.

Ê, entretanto, em 1882 que se levanta a figura inconjundível e extraordinária de Rui Barbosa, para implacavelmente analisar o mal público constituído pelo analfabetismo, e, em longo e patriótico movimento, próprio do seu grande espírito, apresenta um relatório de notável erudição, pugnando pelo ensino primário obrigatório, a liberdade do mesmo, bem como laicidade da escola.

Rui Barbosa, entretanto, não para aí; a sua visão de sociólogo dos mais eminentes vai além: definiu a educação primária, estabelecendo que os professores seriam formados pelas escolas complementares; cria institutos pedagógicos interprovinciais e internacionais de prestação de serviços; inspetorias de educação; um conselho supremo de instrução nacional; o fundo escolar; a vigilância do povo caracterizada pela maior aproximação dos interessados junto às escolas (hoje Círculo de Pais e Mestres) e, finalmente, a higiene e a estatística da instrução.

Essa maravilha de ciência e de consciência — diz ainda o dr. Afrânio Peixoto — não teve eco: admiraram-na, mas não a compreenderam, e, mesmo, a atenderam.

Perreira Viana, também conselheiro do império, então no crepúsculo da monarquia, confessa aceitar o dever de defender o ensino primário, com a formação de professores de conhecimentos científicos e profissionais.

Se teve intenção a monarquia de cuidar do grande problema nacional relacionado com a instrução pública, talvez se lhe não deparasse tempo para realizá-lo: o 15 de novembro de 1889 banii-a para sempre do sólo brasileiro...

Poucos meses depois a República vai entregar às mãos de Benjamin Constant Botelho de Magalhães o ministério da educação, de que se havia feito precursora a palavra profética de Rui Barbosa.

Com a República, não pensamos já estar resolvido, em definitivo:

acreditamos, porém, que nos encontramos a meio caminho de seu objetivo.

A partir de 10 de novembro de 1937, com a outorga do novo Estatuto constitucional ao povo brasileiro, novo horizonte desponta na vida educacional do país: é que o Governo que se libertára das peias armadas pelos partidos políticos, tem uma "política educacional". Já não é mais o partido que credencia o professor pela retribuição do voto, atendendo às circunstâncias locais e ocasionais: mas é o Governo que nomeia a seu critério, que é o critério da técnica. E, dessa forma, o professorado está livre do maior mal, e que tanto prejudicou a educação popular — a intromissão da política de campanário, na formação do magistério.

Ha ainda uma outra circunstância que releva notar; é que o ensino, além dos entraves que recebia dos fatos acima apontados, não penetrava fundo nas camadas do nosso sub-sólo social, isto é, no vasto meio rural.

Superficialíssimo na cidade, tornou-se o ensino inexistente no campo; daí o apêgo do homem, ou melhor, a sua escravidão aos partidos, tabú da honradez e do caráter...

Com o advento, porém, do Estado Novo já se pôde assinalar no Rio Grande do Sul um fato de relevância, na vida educacional riograndense: a nomeação, em 1938, de 384 professoras por concurso de títulos, entre 2.213 candidatas, nomeação essa efetuada com a rigorosa ordem de classificação das titulares. Releva notar que esse corpo do magistério riograndense não fica circunscrito aos estreitos limites da vida urbana, não. Aproveita-o também o campo, nas suas zonas mais populosas, constituídas de bons brasileiros, sequiosos do sopro vivificador da instrução. Esse cometimento, realizou-o o Dr. Coelho de Sousa, ilustre Secretário da Educação e Cultura do Estado, ao par de muitos outros que lhe grangearão o eterno agradecimento da Pátria — da Pátria, porque o Rio Grande do Sul vive para o Brasil.

Sem querermos demora neste assunto — que aliás é sedutor para nós que somos apaixonadamente brasileiros — não podemos omitir mais um fato educacional a cuja frente se encontra ainda o Dr. Coelho de Sousa — o da nacionalização do ensino. Certamente, sua excelência encontrar-se-á confortado cada vez mais, ao palmilhar os primeiros resultados do seu empreendimento, embora a tarefa seja árdua e difícil.

Partidários que somos de uma nacionalização integral do Brasil, olhamos com simpatia viva a nacionalização do ensino, principalmente nesta hora suprema dos destinos da Pátria ligada aos destinos da humanidade.

Com verdadeira tristeza viamos sempre o desinteresse político pela educação, dando lugar a que potências estrangeiras viessem fazer dos brasileiros súditos dos seus países!

A obra nacionalista do Dr. Coelho de Sousa, paladino da nacionalização do ensino, que equivale a dizer da formação de uma consciência brasileira, para o bem e para a grandeza do futuro, o nosso caloroso aplauso e a nossa simpatia firme.

A educação nacional atinge hoje a um desenvolvimento altamente satisfatório, em especial no que se relaciona com a instrução primária.

De ano a ano, o índice de alfabetização apresenta um coeficiente animador, em face dos centros de instrução, que se vão disseminando até mesmo nas zonas mais remotas, levados pelos poderes oficiais, e, pelas iniciativas, privadas, como a "Campanha do tostão", visando ao fim altamente patriótico de extirpar o analfabetismo do nosso organismo social.

De 1930 para cá, acentua-se, incontestavelmente, uma nova fase na vida escolar brasileira, em que a percentagem, em frequência, nas escolas sobe a 25 %, elevando-se a 80 % a da matrícula. Esse fato bem demonstra a visão administrativa dos poderes públicos, que encontraram tudo por fazer no setor educacional.

Hoje o Brasil possui 43.103 escolas primárias, frequentadas por 3.463.087 alunos; 2.024 escolas profissionais com a matrícula de 301.998 alunos; 750 estabelecimentos secundários com a frequência de 62.099 alunos, além das instituições de ensino doméstico, industriais, artísticos, e 4 universidades, somando uma população aproximada ou superior a 4.000.000 de educandos.

Por esse caminho o Brasil irá para a frente. E com ele iremos nós, brasileiros de todos os quadrantes do continente, irmanados no nosso grande ideal de progresso e de paz, para honra da Pátria, que nos herdou o sangue generoso de Tiradentes.

Constituímos hoje uma nação de mais de 40.000.000 de habitantes, com uma Pátria unida e forte. Nela impera um regime democrático por excelência; a liberdade tem sido o galardão de nossas instituições políticas. Não temos lutas de classes, nem privilégios de castas; odiosidades religiosas, conflitos de interesses econômicos, que tanto tem perturbado a vida política do velho mundo.

Fronteiras abertas às imigrações de todos os elementos humanos, a nossa etnia plasmou-se na síntese de todas as raças, e, por isso, somos a terra de todos os povos — a esperança de todas as almas.

A ESCOLA NOVA

O "ensino mútuo", ou sistema de monitores, também chamado Lencasteriano, importado da Índia para a Europa, que constitui a escola tradicional, cedeu lugar à Escola Nova, com a qual se verificou fenômeno inverso: partindo da Europa, na Inglaterra, espalhou-se pelo ocidente e oriente.

O "sistema mútuo" tinha como fundamento a economia do ensino, pois os discípulos mais adiantados ensinavam os mais atrasados, a quem lecionavam por delegação do professor. Lencaster dele fez uso, tendo uma escola grandemente frequentada, nos arredores de Londres, da qual lhe proveio vasta fama. Entendia aquele educacionista que um só professor poderia ensinar 500 alunos da mesma forma que um general comandava 500 soldados.

A respeito, porém, do sistema Lencasteriano a desilusão se não fez esperar, e provado ficou que o "ensino mútuo" estaria condenado a inevitável fracasso. A economia era proveitosa, mas o ensino não. Ensinar não é só ilustrar, desenvolver, melhorar as faculdades intelectuais do aluno, mas também ganhar tempo, e o "ensino mútuo" que rendia com relação à economia, constituída pelo professor barato, os próprios alunos se entreensinando, prejudicava relativamente ao tempo perdido nos bancos escolares, sem o necessário proveito individual ou coletivo.

A "Escola Nova", "Escola Ativa" ou "Progressiva", tem uma outra orientação: é uma escola de métodos, tem fins a realizar, que é a educação pela educação, sistema americano, para maior rendimento do homem, no meio social de que faz parte e é inseparável. A escola é um fato social, e como tal deve ter como consequência um resultado eminentemente social, que é a mais perfeita possível integração do homem na sociedade pelo seu maior rendimento físico e moral. Assim pensou a antiguidade grega e romana e pensam agora os americanos.

Certamente não será sem forte reação por parte do setarismo tradicional, que a Escola Nova devia se impôr, ou melhor se impôs, de fato, bastando para isso assinalar a existência, entre nós, de pedagogos como Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que abriram à nossa infância as portas da "Escola Nova".

Na verdade, todas as formas do pensamento científico sempre sofreram reação por parte do antagonismo do meio e do tempo em que se formaram, mas a ciência evolucionou e progrediu sempre, rasgando, cada vez mais, novos horizontes, até chegarmos, afinal, ao estado de civilização em que nos encontramos. Para comprovarmos essa afirmação seria bastante lembrarmos que da alquímia de Tícho Brahe, temos a química de Lavoiser; da medicina de Hipócrates, a vacinoterapia de hoje; do balão de Bartolomeu de Gusmão, o mais pesado que o ar, com o aereoplano de Santos Dumont.

E, assim, em definitivo, vencerá a "Escola Nova", que não é um capítulo das ciências biológicas, mas uma nova concepção científica da educação baseada, sim, nos progressos das ciências biológicas, qualquer que seja a interpretação mais adversa, e que "deram ao homem outra concepção do universo e da natureza, sem ilusões ou prejuízos,

pela filosofia científica que explica a vida não mais apenas pelos fenômenos físico-químicos, mas por uma dinâmica funcional, donde uma fisiologia, uma psicologia e, portanto, uma ética, a elas concicionados; pela civilização que se transforma, com o maquinismo industrial, com a economia do trabalho, com o advento da democracia técnica e real..." (Afrânio Peixoto).

A Escola Nova, Escola Socializante, que eria o homogêneo social, integrando pela educação as classes mais antagônicas, nos mais são princípios de solidariedade entre os homens, na direção uniforme da vida,

A Escola Ativa, de liberdade psíquica, que faz o enriquecimento da personalidade humana. Escola cujos métodos não se excluem, mas se completam, como entende Claparède, está firmada definitivamente na instrução do Brasil.

O ESTADO E A EDUCAÇÃO

Partindo do postulado Durkheimiano, da educação como uma "causa social", é natural que ao Estado caiba a orientação e execução dessa "causa", que terá um alto grau de influência no seio da coletividade.

Em face da sociologia positiva, a criança hoje ao nascer já é portadora de direitos educacionais, que lhe serão ministrados à proporção do desenvolvimento da sua personalidade. Se a criança é titular de um direito, do qual lhe dependerá todo o futuro ou pelo menos, ser-lhe-á de uma influência inconteste, de quem e deve ela reclamá-lo? Parece-nos indiscutível a doutrina de que esse direito, como o de subsistir, o de alimentar-se em casos extremos, só pode ser reclamado do Estado, cujo objetivo é o de zelar pelo bem comum. Na verdade, a educação terá uma fase doméstica, em que os pais ministrarão aos seus filhos os primeiros elementos de educação moral, reservando à escola as normas técnicas da instrução. Mas isto se verifica em face do fenômeno complexo da vida social, além do que esses mesmos pais já receberam a educação, que lhes chegou através dos preceitos estabelecidos pelo Estado. A ação doméstica não é mais do que um período intermediário, na vida educacional da criança, que desde a idade mais tenra vai bebendo os ensinamentos bases da instrução; tanto mais desenvolvidos, tanto mais adiantado o meio em que ela se encontra. É natural que uma criança, por exemplo, vinda de um meio rural, não poderia apresentar os progressos de uma educação que outra da capital, em igualdade de condições, o faria.

Uma educação com sentido exclusivamente doméstico, sobre ser deficiente, sem expressão na coletividade, apresentaria até mesmo um perigo político contra o próprio Estado. Num país como o Brasil, cuja população se compõe de tão diversos matizes raciais, a educação do-

méstica terá que ser rigorosamente tradicionalista. O filho do colôno fala a língua de seus pais, conhece-lhes a pátria de origem criando-se e vivendo como que à parte, menosprezando, muitas vezes, a terra que os acolheu generosamente. Tal aconteceu em nossa Pátria, é exemplo de casa, do momento, que não precisamos procurar; acha-se aí ao conhecimento de quem o quiser.

Ao desencadear-se o drama tremendo que hoje assola o mundo, em especial a Europa, levado num requinte de perversidade pelas hordas germânicas, de comparsa com as ítalo-nipônicas, foi o nosso País atingido pela penetração teuta, principalmente.

E qual o veículo dessa penetração? A vida doméstica que encontrou, na tradição, o meio propício ao seu desenvolvimento.

Da tradição à escola, e desta, finalmente, aos demais setores da vida cultural: sociedades desportivas, beneficentes, recreativas, artísticas, enfim, uma ameaça de um estado alemão dentro do Estado — a traição organizada, o crime de lesa Pátria, friamente arquitetado, pensado, deliberado, em vias de execução, pelo racismo teuto. Assim nó-lo declara o Dr. José Coelho de Sousa, ilustre titular da Secretaria da Educação e Cultura deste Estado, em sua notável conferência realizada na Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro. É que o Estado anterior a 1930, havia tomado uma posição negativa, no tocante à educação. Facilitando a imigração, deixou o colôno na sua tradição absoluta, a mercê de circunstâncias ocasionais, sem assistência de qualquer espécie, sem traçar-lhe normas de conduta, para com as próprias instituições políticas.

Cremos, pois, que a educação deverá ser obra do Estado, em toda sua plenitude, criando e dirigindo estabelecimentos de ensino; orientando a educação e a cultura com a aplicação dos sistemas educativos; proporcionando facilidades às iniciativas particulares, mas sempre debaixo da sua fiscalização.

Dessa forma, andou sábiamente o legislador do Estado Novo, quando ao dispôr as normas da organização nacional, estabeleceu a competência da União para fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude; legislar sobre as diretrizes da educação nacional; normas fundamentais da defesa e proteção da saúde, especialmente da criança; a liberdade de associação, desde que os seus fins não sejam contrários à lei penal e aos bons costumes; determinando que a educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais, mas que o Estado não será estranho a esse dever principal ou subsidiariamente, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências ou lacunas da educação particular.

A educação da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais — diz o Estatuto, que estamos comentando. Mas quando este di-

reito está sendo desvirtuado, deve o Estado continuar indiferente à incompreensão ou, em alguns casos, à ignorância dos pais?

É lógico que não. E é isso justamente que acontece principalmente no Rio Grande do Sul. Quando as escolas particulares, portanto, criadas pelos pais, falseiam a sua finalidade, o Estado, pela Secretaria da Educação se não tornou estranho: fechou aquelas que impatrioticamente obedeciam à orientação estrangeira e criou escolas nacionalizadas; escolas formadoras de espíritos brasileiros, para hoje, para amanhã, para o futuro da Pátria.

A Constituição de 10 de novembro de 1937, foi sem dúvida cuidadosa ao outorgar os preceitos culturais do povo brasileiro, o que vem, mais uma vez, afirmar a larga visão política do preclaro estadista, dr. Getúlio Vargas, colocando-o mais do que na alta investidura de chefe supremo da administração pública do País, mas o sociólogo sem par, descortino amplo, e sobretudo, o patrióta incomparável, que soube viver este momento supremo do Brasil e da Humanidade.

A educação pelo Estado é tese hoje que se não discute — conquista imperecível da Revolução Francesa.

A EDUCAÇÃO

Não nos parece indiscutível a doutrina de que a educação seja o único problema a resolver em nosso país. Acreditamos, porém, que seja a educação um entre os maiores e mais urgentes, ao par de objetivos econômicos, militares, sociais e administrativos. No complexo dos fenômenos que apresentam as sociedades modernas, com os crescentes e múltiplos aspectos das atividades humanas, seria uma visão unilateral da vida social atribuir à educação o único fator do desenvolvimento de um povo, quando este depende de causas bem diversas, para realização da vida em comum.

Mas não podemos negar que a educação seja um fator objetivo na formação das nacionalidades, e como tal encara-la-emos no desenvolvimento deste trabalho.

Os povos mais remotos da história chegaram até nós através do grau de cultura, isto é, da educação que possuíram, no decurso de uma existência assinaladora de acontecimentos inapagáveis. Assim, conhecemos o povo hebreu através da cosmogonia mosaica; egípcios pela obra monumental de suas pirâmides, desafiando o perpassar dos séculos; assírios e babilônios pela criação do alfabeto e dos números; os gregos por seus sábios e filósofos; enfim, os próprios portugueses que trazem, com a língua maravilhosa de Camões, ao âmago da selva americana, a cultura e a civilização.

É, pois, com esse Portugal, tão cheio de episódios épicos na sua longa vida; tão grande no seu patriotismo; tão maravilhoso na sua literatura, tão extraordinário no gênio de sua gente que nos vem o pri-

meiro homem, para povoar o sólo pátrio, e com ele os primeiros ensinamentos da ciência, os primeiros elementos da educação, para hoje sermos o grande povo, que somos, no concerto da civilização universal.

* * *

Emílio Durkheim, eminente pedagogo e notável sociólogo francês, dedicou grande parte da sua vida ao estudo da educação, em especial ao ensino primário na sua pátria.

Começa o preclaro pensador por examinar o significado da palavra educação, notando-lhe o sentido demasiadamente amplo com que sempre havia sido empregado. E, assim, contesta o postulado de "uma educação perfeita, ideal, apropriada a todos os homens", que tem sido a teoria geralmente usada para aceitar e defender a tese de que a educação tem variado, segundo o tempo e o espaço. E, em apóio de suas afirmações, cita a educação na Idade Média, que obedecia aos princípios cristãos, em primeiro lugar; na Renascença com um caráter leigo e literário; científico nos tempos modernos.

Para o insigne pensador, pois, o conceito de educação está intimamente ligado à vida social de um povo, em determinado momento de sua existência. Estabelecendo esses princípios é que Durkheim chega a defini-la:

"A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina".

Pela definição, que acima citamos, vê-se que a mesma tem por objetivo integrar a criança no meio social, metodizando-lhe a formação física, intelectual e moral. Para Durkheim, portanto, a educação é um "fato social" e, conseqüentemente, o seu escopo é desenvolver, na criança, as condições para dupla existência de ser individual e coletivo.

Os sistemas educativos têm variado consideravelmente no tempo e no espaço, obedecendo sempre a determinados preceitos da civilização, em que eles se tem verificado. Só depois do progresso das ciências positivas é que eles tendem a se universalizarem, baseando-se no princípio da observação e experimentação.

"A educação é a ação exercida pelas gerações adultas, pelas gerações que se não encontram ainda preparadas para a vida social".

Pelo nascimento todo indivíduo já é portador de um lastro de elementos psíquico-físicos formadores do ser social que vai constituir.

É natural que encontre um meio já formado com normas de viver, costumes, tradições, grau de cultura, que lhe vá modelar o desenvolvimento da sua personalidade, nas circunstâncias em que esse meio natural possa influir e atuar.

“As transformações do meio — diz o dr. Anísio Teixeira, incontestavelmente, um dos preclaros pedagogos de nossa Pátria — acarretam uma série de transformações no indivíduo. Entre ambos processa-se um reajustamento contínuo em interdependência dinâmica que só cessa com a morte”. Pois bem, fazer chegar ao espírito da infância — as gerações que ainda não estão preparadas para a vida social — esse reajustamento contínuo de interdependência, o conhecimento de normas de viver, de costumes, tradições e cultura da sociedade, eis o papel da educação que será levado pelas gerações adultas, na definição do insigne pensador francês. É o papel a que se propõe a educação, nos moldes traçados pela pedagogia.

“Tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, e pelo meio especial a que, particularmente, se destina”.

Fazer suscitar, isto é, dar origem, fazer aparecer, desenvolver em suas faculdades perceptivas, condições físicas, intelectuais e morais que venham servir ao desenvolvimento da sociedade politicamente existente.

“e pelo meio social a que, particularmente, se destina”.

Com a divisão do trabalho, além da função política que o homem tem dentro da comunidade, cooperando para a sua manutenção, ainda lhe cabe um fim especial, que é o da sua atividade mental, caracterizada pelas diversas formas da vida social.

Eis, pois, as linhas mestras da conceituação de Durkheim no tocante à educação como fenômeno eminentemente social.

Firmado o princípio geral da doutrina de Durkheim — educação como fenômeno social — afigura-se-nos que é John Dewey, notável professor, pensador e filósofo americano, a sua confirmação, alcançando, assim, o ideal da educação. A sua escola é pensamento e ação. “O verdadeiro e o útil, é o eficaz”. Conhecimento é a forma da ação”. Para comprová-lo criou um laboratório junto à cátedra”. O homem não é feito para contemplar o mundo, mas para dar-lhe uma forma, continuando conscientemente a obra da natureza”. “Só a ação ensina verdadeiramente, adaptando o mundo às nossas necessidades, apropriando nossos esforços à situação que devemos vencer”.

“A escola não prepara para a vida, senão que é a própria vida: deve, pois, ser uma pequena sociedade, cuja atividade reflita a grande sociedade, fator de progresso social, adaptando-se à sociedade adulta”.

Não ha negar que a pedagogia integral em nosso País, se orienta no sentido desse pensamento — ação, de que nos fala o proeminente filósofo americano, que registra, em nosso meio discípulos como Anísio Teixeira, realizador de um vasto surto de progresso na educação do Distrito Federal.

EDUCAÇÃO NA UNIDADE NACIONAL

Se a educação é um fáto social, tal o entende Durkheim, para desenvolvimento do homem, é natural que o interêsse do Estado cada vez mais se accentue, para que a sua realização repouse em métodos eficazes e sólidos principios. Entre os fins em que a educação se objectiva ressaltam os da unidade nacional, fins políticos, portanto, em que o Estado vai encontrar a sua solidez mais completa, indo como que enraizar-se na consciência popular.

O eminente jurista, dr. Euzébio de Queiroz Lima, no seu belo livro “Principios de Sociologia Jurídica”, assim se expressa: “Múltiplos são os factores que concorrem para a formação de uma nacionalidade: identidade de raça, de língua e religião, limites naturais do território, unidade política, uniformidades de usos e costumes, etc. Mas o elemento essencial da unidade nacional repousa na comunidade de tradições, aspirações e necessidades que encontram nesses laços especiais se solidariedade o meio apropriado de satisfação”.

Já Renan, em famosa conferência pronunciada na Sorbone, em 1882, dizia: “A lembrança das lutas empreendidas, dos triunfos alcançados e, sobretudo, das derrotas sofridas em comum, tem poderosamente contribuido para a criação e desenvolvimento da solidariedade nacional — do patriotismo”.

A unificação de uma nacionalidade fechada nos limites estreitos dos factores língua e raça peca pelo seu exclusivismo e exagero. Se tal acontecesse o Brasil seria ainda uma colônia lusitana; a grande nação dos Estados Unidos da América do Norte encontrar-se-ia ainda na simples situação de uma colônia Inglesa e, finalmente, a América espanhola continuaria um conglomerado de colônias da velha Espanha. E, assim, todos os povos que povoam o continente americano ficariam eternamente escravizados ao seu determinismo de origem.

Na própria Europa o fenómeno de diversidade linguística não é estranho. Três línguas officiais tem a Suíça, povo de perfeita unidade nacional. A Espanha (esta racista, já se vê, mas que não deve aspirar à sua desintegração) com o catalão e o provençal, fazendo ambos literaturas próprias. Em dialetos é fértil a Itália.

A França, essa França de dôr e de glória, essa França centro de cultura universal; de escritores, poetas, gênios, sábios e filósofos; essa França de contrastes como Napoleão e Vichy; de 14 de julho e Santa Helena; essa França que, com a Convenção atingiu o alteroso píncaro da história; — a França, diz Lamartine, não é mais do que uma mistura de raça, de sangue, de línguas, de costumes, de legislações, de cultos, que funde tudo que ha de mais diverso numa lenta e laboriosa unidade.

A idéia de uma nacionalidade baseada numa raça pura por excelência, que teve a sua origem com o conde Gaubinau, após o desastre francês de 70, não é indiscutível à luz dos fatos mais positivos.

Frisante é o exemplo brasileiro: quando as correntes "arianas" pisaram o nosso sólo — em busca de interesses econômicos — definida estava já a unificação nacional. De forma que, se elemento teu-to, um pouco mais persistente nos seus fatores etnológicos, não foi, de pronto, assimilado, é porque faltou aos governos dessas épocas, uma "política de imigração" bem orientada; uma "política de educação"; consequentemente uma "política de assimilação", como a que hoje se faz sentir por parte do poder público.

Verdade é que também não estavam tão em voga as idéias racistas, com as quais se pretende justificar os crimes mais execrandos.

Fernando de Azevedo, em página admirável, assim nos descreve o episódio heroico com que os brasileiros consolidaram a sua unidade de pátria: "Mas a maior, a mais grave e a mais longa de todas as crises para a unidade nacional, ameaçada ao norte por franceses, ingleses e holandeses, e ao sul pelas incursões dos piratas franceses e pela expansão violenta do castelhano, foi a invasão holandesa ao norte, depois das primeiras investidas contra a Baía e Pernambuco. Pois quem sacudiu o jugo estrangeiro, numa guerra mantida sem treguas e com espanto dos próprios holandeses, e acabou por restituir ao Brasil a terra de que o invasor se apoderára, foram as populações brasileiras, que, tocadas do espírito da nova pátria e constituídas dos índios de Camarão, dos pretos de Henrique Dias, e dos brancos de Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, e de voluntários que acodem de todos os pontos, dos engenhos e das povoações, se amalgamam numa demonstração poderosa de consciência comum, em que se preparava a unidade da nação. Acódem da Baía, em defesa do sólo e da fé, "os senhores que estão nas suas terras, assumindo o comando da reconquista o brasileiro Cavalcanti de Albuquerque; não tardam Afonso Rodrigues, da Cachoeira, com os seus índios, Melchior Brandão, de Paraguassú, e Lourenço Brito que encontra na população da terra um corpo de voluntários; e do proprio sul distante, o fluminense Salvador Corrêa que, à frente de uma força quase toda de brasileiros, mamelucos e índios, começa

a luta pelo Espírito Santo, donde desaloja os holandeses e prossegue até a Baía onde participa da vitória final". A defesa da Baía e de Pernambuco tornou-se "uma verdadeira substituição de valores humanos: a mãe pátria, a abater-se distante, na miséria da sua incapacidade, e uma nova pátria que lhe salva a tradição e a impõe contra todos", com o concurso decisivo, na crise final, de pernambucanos, baianos, fluminenses e paulistas".

Eis, pois, uma lição eloquente do passado que se projeta na grandeza do futuro. Brasileiros de todos os recantos acorrem ao chamamento cívico, defendendo, com surpresa do próprio inimigo, a integridade da pátria, que viam nascer. E aí está um episódio expressivo da nossa história, que a educação fará chegar às novas gerações. E é nela perfeitamente que se enquadra o pensamento de Renan:

"A lembrança das lutas empreendidas, dos triunfos alcançados, e, sobretudo, das derrotas sofridas em comum"... é o que devemos levar para a educação popular através da escola, a forja do espírito.

EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

A partir de 1937 a atualidade educativa no Rio Grande do Sul, assinala uma fase de intenso e indiscutível progresso, que marcará uma nova época, na vida cultural riograndense.

A instrução saiu do caos em que a conservára a política e entrou francamente no dia claro da técnica administrativa. Raiou a ourórea para uma instrução orientada à luz da pedagogia.

No ano de 1938, pela primeira vez, verificamos no Estado a nomeação de um coeficiente de 384 professoras estagiárias, para atender às necessidades do ensino, servindo às mais remotas cidades do nosso interior, vilas, zonas, núcleos de povoações, enfim, todos os recantos da gleba gaúcha, sedentos de instrução. Mas esse fato — que definiu a orientação segura e sábia da Secretaria da Educação e Cultura não ficou circunscrito a um período inicial, pois nos anos subsequentes as nomeações no magistério obedeceram à sua marcha normal e ascendente efetuando-se, assim, o seguinte quadro estatístico:

1938 — 384 estagiárias; 1939 — 413; 1940 — 278; 1941 — 183; 1942 — 252; que perfazem um total de 1.510 professoras, no discurso apenas de 5 anos de administração. E isto no que se refere apenas a professoras de letras, por isso que ha ainda a registrar nomeações de professoras de desenho, música e educação física, somando ao todo 115, para diversas escolas e todas com sua devida especialização.

A medida que se desenvolve o corpo do magistério estadual, na escala em que acima assinalamos, releva notar que o Poder Público pela sua Secretaria da Educação e Cultura intensifica a rede escolar

com a criação de novas unidades numa escala assim estabelecida: em 1938 — 31 grupos escolares e 56 escolas isoladas; 1940 — 60 grupos e 9 escolas; 1941 — 32 grupos e 7 escolas isoladas, elevando-se à soma de 323 unidades educativas.

No tocante à construção dos prédios que deveriam servir para a obra educacional, não foi sem cuidado especial que o Governo se dedicou à tarefa, mas, pelo contrário, prestou-lhe excepcional atenção, traçando para esse fim as seguintes normas:

“Como imperativo da pedagogia integral, punha-se de manifesto, a necessidade de construção de prédios escolares nas zonas urbana e rural,

a) pela construção de prédios por parte do Estado e das municipalidades com o máximo possível de condições higiênicas;

b) pela construção de novos edificios de acôrdo com o seguinte plano:

a) estudo de novo tipo de prédios escolares por uma comissão composta de D. E. S. e da Instrução Pública e técnicos dos mesmos e execução dos projetos da D. de Obras Públicas, da Secção de Obras Públicas;

b) organização do plano de construção que obedeçam 24 modalidades, conforme a condição do edificio, 1.º para 200 alunos (250); 2.º para 350; 3.º para 500; 4.º para 750 ou 1.000, adotando-se nos 3 primeiros o tipo de construção progressiva, isto é, suscetível de aumento, de conformidade com as necessidades da zona, em que se devem localizar.

c) desses prédios, 2 são conversíveis em colônias de férias: o de Torres, praia marítima, e o de Viamão, saudavel cidade nas proximidades da Capital”.

Os 50 anos de República legaram a atual administração apenas 30 prédios escolares urbanos, construídos sem plano.

A administração atual construiu 37 unidades de alvenaria e 42 de madeira com residência para professores.

No sentido econômico, não é sem preocupação que o problema educativo tem a sua execução. As verbas orçadas e despesas efetivadas atingem a cifras expressiva. Consignada a despesa, em 1937, em Cr\$ 18.184.317,00, atingiu a despesa efetuada a Cr\$ 24.000.786,00; e em 1940, orçada em 37.916.305,00, verifica-se uma despesa de Cr\$ 44.394.236,00, subindo a uma percentagem de 14,09 a 18,12, da despesa efetiva, conforme se vê da sinopse que acompanha o presente trabalho.

Temos ainda que a instrução pública não é totalmente ministrada pelo Estado, sendo, por isso, necessário acrescentar que as municipalidades dispendem de cotas orçamentárias para a manutenção do ensino.

Em 1941, estão, assim, dotadas as verbas da administração pública

com a instrução primária: Estado — Cr\$ 31.016.832,20; municipalidades — Cr\$ 8.815.475,30 num total de Cr\$ 39.832.089,50, reafirmando, dessa forma, o Rio Grande do Sul a sua situação de unidade especialmente progressista, no seio da Federação Brasileira.

Bastariam estes elementos altamente expressivos para significar o que vem sendo a obra educacional do Estado, na sua atualidade administrativa. É-nos grato, porém, irmos ao mais completo possível da obra que tanto admiramos e, por isso devemos integrar o nosso trabalho como apreciação de outros fatores, não sómente do ponto de vista quantitativo, mas ainda qualitativo.

O Rio Grande do Sul conta, atualmente, com 64 escolas de música, 28 de canto, dança 7, desenho e pintura 16, além de uma escola de bailes, junto ao teatro São Pedro, na Capital, mantido pela Secretaria da Educação. Escolas estaduais — 976; Municipais — 3.273 e particulares — 1.598, ao todo, 5.847 estabelecimentos educacionais. O corpo do magistério primário alcança a 4.032 professores, em 1941.

Das escolas primárias estaduais, 456 são grupos escolares e 526, aulas isoladas.

No período de 1937 a 1940 foram fechadas 241 escolas estrangeiras, ou melhor, desnacionalizadas; entretanto, o Governo do Estado criava e instalava 357 modernos grupos escolares em substituição.

Relanciando um pouco mais o olhar na obra educativa riograndense, temos ainda a consignar fatos de alta valia como a especialização do magistério primário, com viagens de estudos a outros Estados; a criação de jardins de infância e aprendizado agrícola; o desenvolvimento da cultura física, com a criação do respectivo Departamento; escolas normais rurais; escolas experimentais, “1.º de Maio”, “Fernando Gomes” e “13 de Maio”, na capital; delegacias regionais com orientadores de ensino. Mas, sem dúvida, o fato que mais evidencia o progresso educativo da comuna riograndense é a criação do Instituto de Educação, obra de real valor pedagógico, cujo decreto assim estatue:

“Para cumprimento de seus fins capitais, o “Instituto de Educação fica constituído de um conjunto de instituições perfeitamente articuladas a saber:

- a) Escola de educação
- b) Escola Secundária
- c) Escola Primária
- d) Jardim de Infância.

Na escola de educação, destinada a prover o preparo profissional dos professores primários, especializados e administradores escolares, o ensino será ministrado em cursos normais e extraordinários.

1.º — São cursos normais:

- a) o de formação de professores primários — 2 anos;
- b) o de formação de administradores escolares — 1 ano;
- c) o de professores especializados — 1 ano.

2.º — São cursos extraordinários:

- a) os de aperfeiçoamento;
- b) os de extensão cultural (art. 5.º).

Em cumprimento dessas disposições legais é que, em 1939, o ilustre Secretário da Educação e Cultura traz à Capital do Estado os notáveis pedagogos Lourenço Filho e Everardo Backeuser, os quais ministram ao professorado um curso de especialização pedagógica.

* * *

Como no passado, no presente e no futuro, o Rio Grande do Sul marchará sempre à vanguarda das grandes causas nacionais.

* * *

Rio Grande do Sul.

Ensino Primário Geral

DILATAÇÃO DA RÊDE ESCOLAR

UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS

ANOS	1937	1938	1939	1940	1941
Grupos Escolares	170	281	365	422	456
Escolas Isoladas	440	505	550	498	520
TOTAL	619	786	915	920	976

UNIDADES ESCOLARES CRIADAS

ANOS	1938	1939	1940	1941
Grupos Escolares	31	83	60	32
Escolas Isoladas	56	45	9	7

1) A diferença verificada entre o n.º de exc. Isoladas existentes em 1939 e 1940 provem da instalação de Aulas Reunidas e da incorporação de exc. Isoladas a Grupos Escolares. O aumento verificado em 1941 de 22 Escolas Isoladas quando apenas 7 foram criadas no mesmo período significa que 15 Escolas Isoladas foram desincorporadas dos Grupos Escolares em virtude do aumento de matrículas.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA E DESPESA EFETIVA COM A EDUCAÇÃO

ANOS	DESPESA COM A EDUCAÇÃO		PORCENTAGEM SOBRE A DESPESA DO ESTADO	
	Orçamentária	Efetiva	Da Despesa Orçamentária	Da Despesa Efetiva
1.937	Cr\$ 18.184.317,00	Cr\$ 24.000.786,00	13,19	14,09
1.938	Cr\$ 18.125.895,00	Cr\$ 28.440.865,00	12,69	14,26
1.939	Cr\$ 25.608.185,00	Cr\$ 33.681.040,00	13,45	16,48
1940	Cr\$ 37.916.305,00	Cr\$ 44.394.236,00	11,70	18,12

OBSERVAÇÃO: A Despesa Efetiva com a Educação, inclui os créditos especiais para construções escolares, auxílio do Governo Federal e verbas suplementares.

VELHOS DOCUMENTOS RIOGRAN- DENSES

Copiados e anotados pelo dr. Manuel Duarte

A DEFESA DO DISTRITO DOS PINHAIS

- (“Lista da Companhia da Cavalaria Auxiliar do Destricto de Vacaria”, primeira organizada, ali, a 14 de junho de 1778. (1)
- | | |
|----------|---|
| Cap.am | Joaq.m Jozé Pra.de Idade 36 a. Natural de Aleng.e Arsebisgado de Lisboa. (2) |
| Ten.te | Salvador B.s da Fon.ca de Idade 54 a.nl. de S. Paulo. (3) |
| Ten.te | Apolinario de Alm.da eRoris de Idade 39 a.Natural de Bemfica Bispado da Sedade de Lisboa. (4) |
| Foriel | Sepriano da Costa Montr.o de Id.e 36 a.Natural da V.a deSantos Bispado deS.Paulo. (5) |
| Cabos N. | 1 Felipe da Maja de Id.e 30 a.Nl.deCoritiba Bispado de S.Paulo. (6) |
| | 2 João Roiz Betim de Id.e de 35 a.Nl.da V.a destee Bispado de S.Paulo. (7) |
| | 3 Manoel Roiz de Jezus-de Id.e de 42 a.Nl.da V.a da Laguna Bispado do Rio de Janr.o. (8) |
| | 4 Julio da Costa Ribr.o de Id.e de 55 a.Nl. de Taubathe Bispado de Sam Paulo. (9) |
| Soldados | 5 Ing.io Manoel L.te de Id.e de 31 a.Natural de Parnahiba Bispado de Sam Paulo. |
| | 6 Jozé de Sá eAlm.da de Id.e 22 a.N.l de Curitiba Bispado de S.Paulo. |
| | 7 Jozé da Ley de Id.e de 50 a.Nl. de Curitiba Bispado de S.Paulo. |
| | 8 Jozé de Crasto Per.a de Id.e de 20 a.N.l de Jundiahi Bispado de S.Paulo. |
| | 9 José Per.a da S.a de Idade de 28 a.Nl.de Parathi Bispado do Rio de Jar.o. (10) |

- 10 João de Oliveira B.no de Id.e de 33 a.N.l de Curitiba
Bispado de S.Paulo.
- 11 Aleixandre Gomes de Id.e de 40 a.Natural de Parnagoa
Bispado de S.P.lo.
- 12 Manoel G.lz Carvalhais de Id.e de 32 a.N.l de V.Rica
Bispado da Sid.e de Mariana. (11)
- 13 Salvador Alves da Cruz de Id.e de 39 a.n.l da Laguna
Bispado do Rio de Janr.o. (12)
- 14 Leandro da S.a Soares de Id.e de 60 a.nl.de Braga.
(13)
- 15 Ventura José de Rezende de Id.e de 42 a.Nl.da V.a
da tr.a Bispado do Porto.
- 16 João Per.a dos S.os Id.e de 36 a.Nl de Curitiba Bis-
pado de S.Paulo. (14)
- 17 João Rodrigues de Sigr.a Id.e de 36 a.n.l de Curitiba
Bispado de S.Paulo. (15)
- 18 Baltazar Gomes de Escobar de Godoy de Id.e de 62
a.nl.de Pernahiba Bispado de S.Paulo. (16)
- 19 Jozé Grasia de Vas Con Selos Id.e 56 a.nl.da Ilha do
Pico Bispado de Angra.
- 20 Manoel de Candia de Id.e de 48 a.nl.de Curitiba Bis-
pado de S.Paulo.
- 21 José Alves da S.a de Id.e 54 a.nl.da Sid.de S.Paulo.
- 22 Joaq.m Ant.e de Oliveira de Id.e de 30 a.nl.de So-
rocaba Bispado de S.Paulo. (17)
- 23 Narsizo de Moura de Id.e de 16 a.nl.da Laguna Bis-
pado do Rio de Janr.o.
- 24 An.to Borges Vieira de Id.e de 14 a.Nl.de Laguna Bis-
pado do Rio de Janr.o. (18)
- 25 Ign.co Pais de Sigr.a de Id.e de 38 a.nl.da Sidade
de S.Paulo.
- 26 Vito Anto.de Arruda de Idade 25 a.nl.da V.a deytu
Bispado de S. Paulo.
- 27 Luis Anto.da Roxa de Id.e de 62 a.nl.da Sidade de
Braga. (19)
- 28 José Dumingues de Id.e de 44 a.nl.da Va.do Conde
de Braga.
- 29 José Grasiade Vas Com Selos Id.e 22 a.nl.do Rio de
Janr.o.
- 30 José de Campos Banderkur de Ide.des.a nl.daVa.,deytu
Bispado de S. Paulo. (20)
- 31 Fran.co Roiz de Jezus de Ide.27 a.nl.da Laguna Bis-
pado do Rio de Janr.o. (21)
- 32 Pedro de Barros L.te de Id.e de 49 a.nl.da Va.de Ytu
Bispado de S.Paulo. (22)

- 33 Manoel Ribr.da S.a de Ide.de 19 a.nl.de Viamão Bis-
pado do Rio de Janr.ó.
- 34 Ant.Rebro.da S.a de Ide.de 17 a.nl.de Viamão Bis-
pado do Rio de Janro.
- 35 João Ribr.da Sa. de Ide.de 14 a.nl.de Viamão Bis-
pado do Rio de Janro.
- 36 Felis Soares de Ide.de 18 a.nl.de Viamam Bispado do
Rio de Janro.
- 37 Salvador Roiz Penteado de Id.e de 30 a.nl.de S. Ama-
ro Bispado de S.Paulo. (23)
- 38 Jozé Per.a dos S.tos de Ide.de 28 a. nl.de Guimarães
Bispado de Braga.
- 39 Pascoal Veeira da Roza de Ide.40 a.da Ilha de S.Mi-
guel Bispado de Angra. (24)
- 40 Matheus José da Sa.de Ide.de 22 a.nl.da Ilha de S.
Catharina Bispado do Rio de Janeiro.
- 41 Anto.da Ponte de Ide.de 20 a.da Ilhá da Madeira Bis-
pado de Angra.
- 42 Fran.co de Candia de Ide.de 19 a.nl.de Coritiba Bis-
pado de S. Paulo. (25)
- 43 Fran.co M.el de Abreo de Ide.de 22 a.nl.da Ilha de
Santa Catharina Bispado do Rio de Janeiro.
- 44 Lusiano de Oliveira de Ide.20 a.nl.de Viamão Bispado
do Rio de Janro.
- 45 Fran.co Grasia de Ide.14 a.nl.de Curitiba Bispado de
S.Paulo.
- 46 Anto. Pompéo B.no de Ide.25 a.nl.da V.a de Ytu Bis-
pado de S.Paulo.
- 47 Thomé Roiz de Ide.de 32 a.nl.de Curitiba Bispado de
S.Paulo. (26)
- 48 M.el Roiz filho de Idade de 18 a.nl.de Curitiba Bis-
pado de S. Paulo.
- 49 Joaq.m fº de Ide.de 16 a.nl.de Curitiba Bispado de
S.Paulo.
- 50 João Roiz de Ide.25 a.nl.de Curitiba Bispado de
S.Paulo.
- 51 Joaq.m Borges de Ide.de 26 a.nl. de Portugal Bis-
pado do Porto.

Joaquim José Pereira
Capitam.

NOTAS :

Desde os primeiros dias de permanencia colonista portugêsa, no Planalto do Nordêste riograndense, foi tenaz a hostilidade constantemente oferecida pelo indio missioneiro, contra a conquista e dominação lusitana, na grandiosa rechã guaranítica.

Povoada a parte oriental do Planalto, refluuiu-se, propellido, o silvícola, para as bandas ocidentais da região (nos "Fundos de Vacaria") isto é, sôbre Lagôa Vermelha, cuja campanha só nos alôres da centúria XIX seria apossada por compacta massa de migrantes paulistanos. Nesse largo recanto planalteano se alojaram longamente os guaranis missioneiros, onde cuidavam seus rebanhos bovinos, restantes às devastações bandeirantes e às apropriações lagunistas.

De modo que, enquanto o oriente do Planalto, inclusive Cima da Serra, se agigantava na formação da estância vitoriosa, a partir de 1740, em cuja época se iniciaria a fundação das primeiras fazendas dos famosos "Frontereiros", — o atual territorio de Lagôa Vermelha só havia conhecido o único invasor de suas virgens terras baldias: — o "foriel" Sepriano da Costa Monteiro, acantonado à margem direita do histórico rio Santa Rita.

Por muito tempo, a administração do "Continente de Viamão" só se exauriria de incansáveis desvêlos pela arrecadação dos Dízimos Reais, para cuja fiscalização inexorável mantinha, de épocas imemoriais, o importante Registo de Santa Vitoria, fortemente policiado por numerosa cavalaria ligeira: partida volante, como chamavam, para evitar o contrabando.

Ao mesmo tempo, desde 1765 vinha sendo molestada aquela região de "Baqueria de los Pinares", graças à intrujice de Antonio Correia Pinto de Macedo, assessorado pela tôrva ambição territorial de D. Luiz Antonio de Souza, que visava dilatar os domínios paulistanos contra o "Continente de Viamão", a ponto de reclamar suas divizas históricas pela sombra da Serra Geral. Enfim, porém, se contentaria em ampliar seus limites até as barrancas do rio de Pelotas. E' D. Luiz quem assim se expressa, sentencioso, a repetir insinuações do arbitrário Correia Pinto:

"... sôbre os limites entre Curitiba e Viamão, a jurisdição de S. Paulo ia até o pico da Serra Geral (fundos de Cima da Serra) ao depois ficou pelo rio das Pelotas, dividindo-se pela Tapera do defunto Carvalho, que hé junto daquelle Rio". (D. Interessantes, vol. XXIII, p. 313) Seja repetido, de caminho: Tapera do defunto Carvalho fica sôbre a margem esquerda do rio Caveiras, último rio da Capitania de S. Paulo, além, cinco leguas, de Lages.

Entrementes, cresciam as ameaças do gentio missioneiro contra a nascente colônia lusitana e, porisso, começaria, em 1778, lênto êxodo de povoadores pinhalistas, cuja retirada tornaria deserta aquela amplidão pastorícia, em face do contínuo desassossêgo e sobressalto em que viviam aqueles moradores abandonados. Estes, segundo o juizo do grande Veiga Cabral, "tinham hoje em dia mto mays receyo dos Indios domesticos de Missóens com quem confinão, que dos proprios gentios de q.tem sido amiaçados..." e, logo depois, noutra correspondencia ao Vice-Rei Vasconcelos: "... a prova mais decisiva da dezordem acima expressada, a qual envolve nada menos que o risco immediato de perder hua das mais importantes Fronteiras deste Continente".

(1) Foi, graças ao seu espirito de providencia e energia que o insigne homem publico determinou a immediata formação da primeira Companhia da Cavalaria Auxiliar deste destrito de q.hé Cap.am Joaq.m Jozé Pra.

(2) Joaquim José Pereira foi vulto de grande projecção, ação e valor, no Planalto, onde appareceu em 1774. Ao mesmo tempo que atendia e vigiava as fronteiras ocidentais do Distrito, empregava-se na condução de tropas, adquiria imensos domnios e larga legião de

escravos, feito contínuo entreposto de compra e venda, assim de servís, como de terras.

Organizou a Companhia da Cavalaria Auxiliar, em 1778 e, já em 1779 ia ao encontro dos Índios missioneiros, aos quais impõe tremendo massacre e aos restantes enxota para além do Mato Português.

Dadas as complicações surgidas entre as duas corôas ibéricas, em razão desse morticínio, foi Pereira, logo depois, afastado do comando de sua Companhia. Joaquim José Pereira era natural de Alenquer, Bispado de Lisbôa, filho legítimo de Antonio Manuel da Silva e s/m Catarina Maria. A 11 de outubro de 1784, Pereira contraiu matrimônio com d. Ana Maria de Santa Rita, filha do capitão-mor João da Costa Moreira e s/m. Ana Maria de Jesus. Por licença especial, esse casamento se realizou no Oratorio particular da casa do sógro, no Passo Grande do Rio Tubarão.

Em 1800, era já viuvo o capitão Joaquim José Pereira e residia em Lages, e tinha em companhia seus tres filhos menores: — Umbelina, com 12 anos de idade; Paulo, com 10 e José, com 4 anos. Era ainda possuidor de grandes estâncias, em Lages e no Planalto riograndense.

Dos filhos desse ilustre sertanista, Umbelina se casou com Nicolau de Lins e Abreu, em Lages, onde viveu e deixou descendencia. Paulo e José casaram-se no Riogrande do Sul, em Cima da Serra, respectivamente com Ana Maria de Santa Rita e Maria da Conceição, filhas do coronel João da Costa Varela e s/m. Maria Joaquina de Santana. Aí viveram ambos e deixaram numerosa prole.

(3) Salvador Bueno da Fonseca, c/c Inacia Antonia de Araujo Rocha, filha de Luiz Antonio da Rocha e s/m. Gertrudes de Siqueira. Foi Salvador grande estancieiro no Planalto, onde foi, desde 1770, titular da Fazenda "Santo Antonio da Tapera", que vendeu, em 1785, a Inacio Vitorino de Oliveira, quando se mudou para o sul do Estado. Salvador Bueno da Fonseca era filho de João Bicudo de Brito e de Margarida da Silva Bueno. Eram os pais de Teotonia, mãe do general farroupilha Antonio de Souza Neto. (Na Genealogia Paulistana, de Silva Leme, vol. 6.º p. 349, não consta o nome de Salvador Bueno, nem o do irmão, Francisco José de Brito, que tambem veio para o Riogrande).

(4) Apolinario de Almeida Rodrigues. Português. Tropeiro e fazendeiro, no Planalto. Segundo o precioso Relato do comandante da Guarda do Registo de Vitoria, Manuel da Fonseca Pais, "O Ten.te Apolinario de Almeida Roriz haverá tres anos (o Relatorio é de 1781) com pouca diferenca foise Cazar a Laguna, e Lá tem estado morador Com sua familia..." Suas estâncias fôram arrematadas em Juizo de Auzentes. No Livro de Obitos de Santo Antonio da Guarda Velha, encontrei o seguinte assento: "O Ten.te Apolinario de Almeida Roriz faleceu a 18 de abril de 1784, com 40 annos de idade, quando em viagem, na Guarda do Registo de Santo Antonio. Era casado com Terêsa de Jesus, sem descendencia".

(5) Cipriano da Costa Monteiro era paulista. Extrapassou temerariamente o rio Santa Rita, onde fundou, em pleno domínio dos indios missioneiros, sua estância, à margem direita do histórico rio divizório. No Relatório do comandante Fonseca Pais se encontra a explicação do destino do "foriel" da Companhia da Cavalaria Auxiliar: — "Sipriano da Costa... homem Cazado mudouce p.ª as partes de Coritiba, vendendo a Sua fazenda ao Ten.te Apolinario de Alm.da".

(6) Felipe da Maia. No primeiro Livro de Batismos, de N.S. da C. Oliveira se acha o seguinte assento de batismo: — "Ana, filha de Felipe da Maia e s/m. Margarida de Oliveira. Avós paternos: Se-

bastião da Maia e Maria Veloso, gente da terra. Maternos: José da Luz e Suzana Xavier".

(7) João Rodrigues Betim era paulista, filho de João Bicudo e esposa. Foi casado com Francisca Maria de Escobar, filha de Baltazar Gomes de Escobar e Godoi e s/m. Joana de Godoi. Escreve Fonseca Pais que "Betim vendeo a seo (?) estavelecim.to a Joaq.m Jozê Per.^a e eLe foy p.^a S. Paulo com a tropa". (de muares) Mais tarde, 1782, se retirou para Santo Antonio, em companhia dos sôgros e cunhados.

(8) Manoel Rodrigues de Jezus, natural de Laguna, filho de Gabriel Rodrigues, natural de Lisboa, e de s/m. Vitoria de Jezus, natural de Laguna. Manoel Rodrigues de Jezus foi casado com Clara Jorge da Silva, filha de José de Campos Bandenburg, paulista, e de Escolastica Moreira, natural de Guaiazes. Antiquissimo povoador do Planalto, onde possuiu dilatados domfnios e deixou nove filhos, que representam a maior árvore genealógica daquela região, aí faleceu em 1821, com 87 anos de idade. (Revista do Inst., 2.^o semestre, do ano corrente, p. 169).

(9) Julio da Costa Ribeiro, paulista, c/c Vitoria de Jezus, natural da Ilha Terceira. Velho tronco planalteano, onde foi fazendeiro residente, desde o ano 1750.

(10) José Pereira da Silva, grande estancieiro e insaciavel negociista de terras, na região planaltina, onde aparece juntamente com o sôgro, Baltazar Gomes de Escobar e Godói e o cunhado, Antonio José de Freitas. José nasceu no Rio de Janeiro, filho do casal José Pereira Terra e Margarida de Jezus, que ali se achava em trânsito para a Colônia do Sacramento. Chamava-se sua mulher Felizarda Antonia, e seus numerosos filhos se radicaram em Santo Antonio da Patrulha, para onde se transferiram os pais e toda familia Escobar em 1781. Foi, com o Padre Bernardo Lopes da Silva, arrematante da grandiosa Fazenda dos Auzentes, em 1786.

(11) Manoel Gonçalves Carvalhais, natural de Mariana, Minas Gerais e casado com Rosa Maria do Rosario, viveu sempre no Planalto, onde foi estancieiro e deixou larga descendência.

(12) Salvador Alves da Cruz, natural de Laguna e casado com Maria Felicia de Jezus, foi fazendeiro em Cima da Serra, onde viveu. Aí, a sua descendência.

(13) Leandro da Silva Soares, n. de Braga, foi opulento fazendeiro no Planalto, nas vizinhanças do Registro de Santa Vitoria, onde a "Freguesia que fica na Fazenda do Leandro", como descreve Roscio, no seu inestimavel Compendio Noticioso. C/c Ana Joaquina de Godói, filha de Baltazar Gomes de Escobar e Godói e s/m. Joana de Godói, vendeu Leandro, em 1770, a Salvador Rodrigues Penteado, sua estância "Paragem de Santa Cruz dos Quatís da Freguesia Velha" e, mais tarde, transfere residencia para Santo Antonio, onde vai fixar-se e onde se acha a numerosa descendência. Eram pais de Leandro os bracarenses Agostinho Barbosa e s/m. Brígida Francisca.

Consigna o erudito pesquisador Aurelio Porto que Leandro foi dos primeiros retirantes planaltenses, quando da invasão dos indios missioneiros. Entretanto, em Santo Antonio, para onde foi residir, só depois de 1781 é que batiza ou crisma Leandro seus filhos naquela Paróquia, onde se radicaria a prole. (Nóta a)

Nóta a) — No inestimavel Compendio Noticioso, do Brigadeiro Roscio, cujo manuscrito inédito acaba de ser divulgado, desperta en-
I. H. — 5

(14) João Pereira dos Santos, de Curitiba, c/c Mariana de Jesus, de Parnaíba, fixou-se em Cima da Serra, onde foi estancieiro e deixou prole.

(15) João Rodrigues de Siqueira, de Curitiba, c/c Maria Barbosa do Amaral, de Lages, viveu no Planalto, onde a sua descendência.

(16) Baltazar Gomes de Escobar e Godói viveu longamente no Planalto nordestino, onde foi grande fazendeiro. Em 1781 se transferiu para Santo Antonio da Guarda Velha, com toda sua numerosa família, e ali faleceu a 30 de abril de 1786. Todos os seus filhos e genros

gano e confusão a descrição do seguinte trêcho, feita sobre o caminho de Viamão ao rio de Pelotas:

“Do Cédro ao rio das Antas 3 ½ leguas. Do rio das Antas à Freguesia contam tres leguas. Da Freguesia que fica na Fazenda do “Leandro ao Rezisto onde termina a largura destes campos no rio “Uruguay contam quatro leguas”. (Rev. do Inst. III e IV trimestre, p. 48, 1942)

Por muito tempo se supunha se referisse a expressão — Do rio das Antas à Freguesia — à então Capela de N. S. da Conceição da Oliveira, a qual fica do rio das Antas para o ocaso, cêrca de dez leguas.

Em verdade, **Freguesia**, na linguagem antiga, significa — Paragem, ponto de pernoite às tropas, poiso, parada, etc.

Para corroborar a assertiva e dilucidar para sempre esse engano, cumpre transcrever o resumo da escritura que se segue: “... de mil sete centos e setenta e cinco anos... Salvador Rodrigues Penteado e sua mulher d. Rosa Maria vendem ao capitam Joaquim José Pereira, a fazenda chamada “Paragem de Santa Cruz dos Quatis da Freguesia Velha”, sita neste distrito de Vacaria na estrada que vai para o passo das Antas debaixo, com os seguintes limites e confrontações: fazem frente para o Norte, ditos campos, fazendo diviza a rumo abeirando os Quatis, partindo com os campos de Pinto Carneiro; para a parte sul fazendo fundos no rio das Antas no passo de baixo; para a parte Leste faz extrema no Arroio de Santa Cruz da Fazenda Velha, dividindo o campo do Capão Bonito; para a parte do Este, partindo com os campos que foram de Baltazar Gomes de Escobar, fazendo diviza o segundo lageado vindo do Capão do Bento Soares, chamado; este lageado faz uma baixada funda com seu capão para a cabeceira perto do mesmo passo cuja vertente sai à cabeceira na estrada que vai para o Pinheiro Grosso, pegando da outra parte na mesma indireitura uma vertente que corre para detraz do Potreiro Grande fazendo fundo para o rio das Antas. Esta fazenda o dito vendedor houve por compra feita a Leandro da Silva Soares e sua mulher Ana Joaquina de Godói...”

“Da Freguesia que fica na Fazenda do Leandro ao Rezisto onde termina a largura destes campos no rio Uruguay...” descreve o magistral Compendio do insigne Francisco João Roscio.

Esse, o Registo de Santa Vitoria, à margem esquerda do rio de Pelotas, sobre a confluência do rio dos Touros. Foi, dos primórdios da fundação do Rio Grande, na centúria 48, até o epílogo da revo-

se fixaram em Santo Antonio, para onde fôram juntamente com Baltazar, em 1781.

(17) Joaquim Antonio de Oliveira, c/c Francisca Maria Teresa, transitou por Cima da Serra e Vacaria, a comprar e vender terras, bem como por varios outros setores do primitivo Riogrande do Sul. Mais tarde se tornou imenso fazendeiro em Cachoeira, onde se fixaria. Eram ambos paulistas.

(18) Antonio Borges Vieira, n.de Laguna, onde nasceu em 1765. Filho de Antonio Borges Vieira, n.de Lisboa, e de Teresa Rodrigues de Jezus, filha de Gabriel Rodrigues e de s/m. Vitoria de Jezus, n. de Laguna. O patriarca Antonio Borges Vieira, com sua familia e mais tres cunhados deixou Laguna, cêrca de 1767 e se acantonou em Vacaria, sôbre o centro do Planalto, em vastissima extensão de terras, onde formou grande fazenda. Ao lado e misticamente, aboletaram-se os cunhados Manoel Rodrigues de Jezus, José e Francisco Rodrigues de Jezus. Em 1780, os povoadores José e Francisco Rodrigues venderam suas pösses e retornaram para Laguna. Só ficou em seus domínios riograndenses Manoel Rodrigues de Jezus, dos tres irmãos advindos.

Quanto a Antonio Borges Vieira e esposa, faleceram ambos, muito moços ainda: ele, a 10 de dezembro de 1776; ela, falecida, a 8 de abril de 1777. Ficaram desse consórcio dez filhos, todos menores, dos quais o mais velho, Antonio Borges Vieira, da lista supra, teria, segundo consta da respectiva matricula, 14 anos de idade. Ditando o seu testamento, em 1849, declara Antonio Borges Vieira que tem 82 anos de idade. Ora, se assim é, segue-se que esse jóvem defensor das "Fronteras do Distrito de Vacaria" foi mobilizado aos 11 anos de idade!

Exceto Antonio Borges Vieira, que nasceu em Laguna, todos os nove irmãos nasceram em Vacaria. Dos irmãos Borges Vieira permaneceram em Vacaria: Antonio, João e Francisco, que aí são tron-

lução farroupilha, em pleno século 19, a maior estação arrecadadora riograndense.

Dai, o cuidado especial que todos os govêrnos consagravam ao célebre Registo de Santa Vitoria. Era ali a grande Repartição fiscal do govêrno gaúcho. Invariavelmente aparelhado de forte contingente de cavalaria, o respectivo Agente, afim de que não se permitisse contrabando de tropas, que batiam para São Paulo, pois que ageis partidas volantes vigiavam diurnamente até as alturas do Passo do Inferno, histórico e primitivo atravessadouro do rio de Pelotas, inicialmente chamado do — Inferno —.

Houve, até, naquelas ribas históricas, adiantado infcio de povoamento, — tal o número de praças e respectivas familias, que se acantonavam longamente, no Registo de Santa Vitoria.

Quando, em 1772, verificou o governador da Comandância do Continente que se tornavam deficientes as habitações ribeirinhas à acomodação da vigorosa guarnição do importante Registo de Santa Vitoria, determinou o tenente-coronel Antonio da Veiga de Andrade a immediata construção de novos quarteis e mais alojamentos e "precisos" no estabelecimento do Registo.

Os operários destinados a essas construções foram contratados em terras longinquoas, até de Portugal, já que no distrito não havia carpinteiros aptos a tão penoso trabalho de especialistas.

Era comandante do Registo o tenente Manoel Marques de Sou-

cos de grande parte da população planaltina. Retiram-se, casadas, da região, as irmãs e o irmão José.

(19) Luiz Antonio da Rocha, n. de Braga, c/c Gertrudes de Siqueira, n. de Parnaíba, e sógro de Salvador Boeno da Fonseca. Antes de ser sesmeiro no Planalto, Rocha serviu na Colônia do Sacramento, donde veio para o Riogrande. Faleceu no Planalto, onde ainda hoje existe a Tapera do Rocha, no atual 6.º distrito.

(20) José de Campos Bandenburg, n. de Itú, filho do capitão Domingos Jorge da Silva, casado, em 1708, com Margarida de Campos Bicudo. José de Campos Bandenburg é o pai de Clara Jorge da Silva, filha de Escolastica Moreira, n. de Goiazes, onde nasceu Clara, batizada no Arraial da Barra, em Minas.

Bandenburg casou-se, em 1749, em Itú, com Maria do Rêgo Melo, (ou Siqueira) filha de Pedro de Melo e Souza e s/m. Maria de Arruda de Siqueira. Foi grande estancieiro, no Planalto, titular da célebre Fazenda — N. Senhora do Socorro, de que alegou ter sido "o primeiro descobridor e fundador".

Segundo memorável petição do genro Manoel Rodrigues de Jesus, cuja esposa Clara Jorge da Silva foi herdeira universal de Bandenburg, sabe-se que seria Bandenburg possuidor da referida fazenda, desde 1753.

Bandenburg faleceu, já viuvo, em 1813, em sua estância do Socorro.

Sua esposa, que faleceu muito antes, deixou, em testamento, ao marido e testamenteiro, a determinação de alforriar metade de escravos daquele opulento solar planalteano. Talvez seja d. Maria do Rêgo de Siqueira a mais forte abolicionista do século XVIII, e a sua disposição, quiçá, representa o mais largo gesto emancipacionista, daquele ciclo longínquo e despiadoso.

za, avô do Conde de Porto Alegre, que foi incumbido de acompanhar e fiscalizar a grandiosa renovação daquele centro administrativo-militar.

Consta no Arquivo Público a descrição desse empreendimento oficial, onde, também, a relação dos primeiros operários que nele trabalharam, de 1.º de janeiro a 31 de março de 1772, e respectivos salarios, assim discriminados:

Carpinteiro chefe, — Ventura José, 54 dias, à razão de 560 réis a diária;

José Domingues, que trabalhou só 14 dias, à razão de 150 réis por dia;

Servente, — Manoel da Costa, 44 dias, a 160 réis;

Agostinho de Crasto, 17 dias, a 160 réis;

José da Costa, 23 dias, a 160 réis;

Antonio Nunes, 43 dias, a 160 réis;

Luiz de Santiago, 25 dias, a 140 réis; e

Constantino de Moura, 42 dias, a 150 réis.

Com o desenvolvimento da indústria de condução de tropas de muares e cavaleiros para São Paulo, aumentaria consideravelmente o movimento de passageiros, no grande rio. Assim que, de 1800 a 1802, foi arrematante do contrato de passagens daquele passo, o Sargento Anacleto Elias da Fonseca, pela respeitável importância de 20.400\$000 réis.

(21) Francisco Rodrigues de Jezus, n. de Laguna e irmão de Manoel Rodrigues de Jezus. Vindo para o Planalto com o cunhado A. Borges Vieira e os irmãos Manoel e José Rodrigues de Jezus, mais ou menos em 1767, aí viveu Francisco até 1780, quando se desfêz de suas posses e retornou para Laguna.

(22) Pedro de Barros Leite, paulistano, antigo tropeiro do Rio-grande. Era filho de Antonio Bicudo de Barros e de s/m. Josefa de Arruda Leite. Antigo morador planalteano, aí teve a grande fazenda da "Chácara", cuja metade vendeu, em 1778, a Julio da Costa Ribeiro. A metade restante doaria à filha Inacia Joaquina de Andrade, c/c o cabo de esquadra do Registo de Santa Vitoria, Antonio Fernandes Lima, natural de Porto Alegre, filho de Manuel Fernandes, n. de Lamego e de s/m. Vitoria da Conceição, n. da Ilha do Faial. Este casal pertence ao núcleo de migrantes povoadores de Porto Alegre.

Segundo Silva Leme, (Geneal. Paulistana, vol. 6.º) no ano de 1791, tinha Inacia Joaquina de Andrade 18 anos de idade. Logo, ter-se-ia casado Inacia muito criança, pois, em 1784, batizava o primeiro filho, nome Manoel.

Conforme relata Pais da Fonseca: — "Pedro de Barros Leite vendeo a Sua Fazda. a Julio da Costa, e eLe foy p.^a S. Paulo Com a Sua tropa deixando a Sua familia", em 1780.

A filha Inacia Joaquina transferiu residencia para o Socorro, onde faleceu em 1844. Deixou numerosa descendencia. Viuva, contraiu segundas núpcias com Gabriel Rodrigues de Campos, filho de Manoel Rodrigues de Jezus. Deste consórcio houve a filha Maria Gabriela de Andrade.

Pedro de Barros Leite era n. de Itú, c/c Maria Joaquina de Araujo, de Currais da Baía. De seu casal ficaram os filhos: Inacia Joaquina, Antonio e Francisco, segundo Silva Leme.

(23) Salvador Rodrigues Penteado, paulista, n. de Santo Amaro, c/c Rosa Maria. Em 1775 vende ao capitão Joaquim José Pereira a estância de Santa Cruz dos Quatis da Freguesia Velha e, mais ou menos, em 1783 retira-se para Lages, onde passa a residir. (Nota b).

(24) Pascoal Vieira da Rosa, n. da Ilha de S. Miguel, viveu algum tempo no Planalto, onde foi agregado do capitão Antonio da Costa Ribeiro e, na residencia que teve, deixou vinculado o proprio

(Nota b) — Salvador Rodrigues Penteado viu-se envolvido na tentativa de homicidio cometido contra o Padre dr. João Ferreira Róriz, à noite de 24 de maio de 1783, em Cima da Serra, cura das Capelas de N. S. da Oliveira e Cima da Serra. Daf, a sua fuga para Lages.

Segundo se lê na correspondencia de Veiga Cabral, que immediatamente mandou para Cima da Serra a abrir devassa o Juiz Ordinario, Antonio Ferreira Leitão, ficou apurada a culpabilidade de Salvador, Antonio Quadros, Antonio Lopes, escravo do capitão Joaquim José Pereira, o Padre José da Silva Leal Leme e o tenente comandante do Distrito de Vacaria, Manoel da Fonseca Pais, que foi recolhido prêso à cadeia da vila do Riogrande. Este official foi, afinal, julgado pelo então coronel Rafael Pinto Bandeira, que o absolveu da imputação indiciária.

Como se sabe, o Padre Leal Leme era filho do capitão Pedro Chaves, fundador de Cima da Serra e inimigo acerrimo de Antonio Correia Pinto.

nome: — “Fazenda do Pascoal”. Posteriormente veio residir no litoral, onde foi estancieiro, sôbre a costa do oceano.

(25) Francisco pe Cândia, n. de Curitiba, veio com diversos irmãos residir sôbre os Auzentes. Sua descendência é em Cima da Serra.

(26) Tomé Rodrigues de Almeida, n. de Curitiba, foi antigo sesmeiro em Cima da Serra, da leva à qual pertenciam Pedro Chaves, Manuel de Barros, Cristóvão de Abreu, Antonio Correia Pinto e numerosos outros Fronteiros e povoadores dos Campos de S. Francisco de Cima da Serra. Aí deixaria o apelido ao rio, em cujas margens se acantonára, — Passo do Tomé —.

*

Da relação dessa Companhia da Cavalaria Auxiliar, a primeira conclusão que se tira é a de que, a-pesar-de se haver iniciado o povoamento da vasta região de Baqueria de Los Pinares, por lusitanos, em 1740, ainda em 1778 nem-umsó e único filho do lugar existia em idade de serviço militar. Entretanto, releva notar que, entre os mobilizados, crianças havia de apenas 14 anos de idade, mas, naturais de outras localidades.

Em verdade, longamente sesmeiros e apossadores ali viviam entre escravos, enquanto as famílias ficavam nos lugares donde partiam aqueles povoadores ousados. Porque era absoluta a insegurança, nos primeiros tempos.

Outra observação dilucidativa: — Cima da Serra, que àquela época já era povoada, não contribuiu na formação daquela unidade defensiva. Porque...estava longe do perigo, vindo do ocidente...

Outro registo deve ser feito: — nos primitivos movimentos de migração povoantista, entre os nacionais, que se iniciavam através do desconhecido, era instintivo costume de se deslocarem, unidas e associadas, na incerteza do féro destino, que afrontavam, — famílias inteiras, que se partim juntamente e juntamente se alojavam na amplidão derelita. E aí se auxiliavam e defendiam mutuamente, vicinalmente, contra perigos errantes, a cotio. Em cabo, triunfariam e prosperariam, ou desanimariam e decampariam, resignadas, estóicas, a encher o longo ciclo de instabilidade e deslocamento...

A FUNDAÇÃO DE SÃO GABRIEL

Pede-nos nosso ilustre confrade sr. **Celso Martins Schroeder**, autor do excelente trabalho cujo título encima estas linhas, publicarmos a correção abaixo ao trecho — linha 9.^a — “Ignoramos qual o parentesco...” etc. à página 90 do n.º 93 (I Trim. de 1944).

Atendendo a solicitação damos, a seguir, a correção enviada para substituir o acima referido :

Ignoramos qual o parentesco porventura existente entre José Alves Trilha e Antônio Alves Trilha. A esposa de José, Maria Inácia da Pureza, já aparece viúva em 1814 e Antônio Alves Trilha era, no mesmo ano, lideiro de campos de propriedade de sua filha Maria Alvares Trilha, na costa do rio Santa Maria.

SECÇÃO DE ESTUDOS GENEALÓGICOS

O PATRIARCA DO RIO GRANDE DO SUL

Reproduzimos o presente trabalho do nosso consócio JORGE G. FELIZARDO, que foi publicado pelo Instituto Heráldico Genealógico, de São Paulo, em sua "Revista", N.º 8, Ano IV e V. Devemos declarar que as NOTAS são da autoria de nosso também consócio, WALTER SPALDING. (N. da R.)

A 29 de junho de 1940 transcorreu o 80.º aniversário do nascimento de Júlio Prates de Castilhos, o grande estadista e riograndense de maior projeção política na mudança do regime monárquico para o republicano.

Na fase inicial de construção da nossa primeira república foi o político que soube impôr-se e manter-se no seu Estado natal, não só pela pureza de seus princípios doutrinários, como pela inquebrantável energia que sempre antepunha aos embates das paixões dominantes.

A homenagem à sua memória, determinada pelo governo estadual e simbolizada no monumento cívico erguido na nossa principal praça pública, é a mais significativa expressão do grande valor do eminente homem público.

Coube a Décio Vilares, o escultor e pintor primoroso e já falecido no Rio de Janeiro, a árdua tarefa de perpetuar no bronze, a concepção da vida e da obra do estadista emérito (*).

(*) — "Monumento executado na França pelo escultor brasileiro Décio Vilares. O pedestal foi feito em Porto Alegre com granito do Município sob a direção do engenheiro da Secretaria das Obras Públicas dr. Afonso Hebert, francês naturalizado. Obra ordenada pelo governo do Estado foi inaugurada na praça Marechal Deodoro a 24-10-1914. Por ocasião da inauguração, o governo distribuiu artística medalha, obra de Décio Vilares, reproduzindo o monumento. Foi, também, publicado um folheto comemorativo com os discursos, artigos da imprensa e explicação dos diversos símbolos que ornaram o monumento, concepção puramente positivista". (Do "Boletim Municipal" de Porto Alegre, N.º 12, de 1942).

No monumento magnífico acha-se Júlio de Castilhos cercado pela Coragem portadora dos louros da vitória, a Prudência a deter a Coragem, indicando o Perigo, simbolizado em um dragão, a Firmeza e o Civismo, com o lábaro da Pátria. Em outras faces encontram-se a Imprensa, a Experiência e o Gaucho, como símbolos da força numérica.

Júlio Prates de Castilhos nasceu na antiga Vila Rica, iniciando os estudos das primeiras letras com sua mãe (**). Fez o curso primário num colégio, em Santa Maria da Boca do Monte, transferindo-se, depois, para o Colégio Gomes em Porto Alegre, onde fez o curso de humanidades que o habilitou a prestar exames em São Paulo, afim-de poder matricular-se na Faculdade de Direito daquela cidade, no ano de 1877, bacharelando-se em 1881.

Durante o tempo que permaneceu em São Paulo fez parte do Clube Vinte de Setembro, do qual chegou a sócio benemérito. Ali iniciou sua brilhante ação de propaganda em prol do regime republicano, em artigos políticos que eram publicados em vários jornais da época.

De regresso à então Província do Rio Grande do Sul, abriu banca de advocacia mas pouco tempo tinha a dispensar-lhe, por estar inteiramente votado à propaganda da causa política que abraçara, coroada de êxito, com a proclamação da república, a 15 de novembro de 1889.

No novo regime ficou o Rio Grande do Sul, sob o governo do Visconde de Pelotas, sendo Castilhos escolhido seu secretário, cargo que pouco depois deixava, justificando em manifesto público a razão da sua conduta.

Com a demissão do Visconde de Pelotas, em 1890, Castilhos foi nomeado seu substituto, na chefia do governo do Estado, não aceitando, porém, o cargo.

Neste mesmo ano de 1890 Castilhos é eleito representante, pelo Rio Grande do Sul, à Constituinte Nacional, onde se fez chefe da corrente que elevou o marechal Deodoro da Fonseca à presidência da República, o qual, depois, o convidara para Ministro de Estado, o que ainda não aceitou, regressando ao Rio Grande.

Logo após seu regresso abre-se a dissidência no Partido Republicano, motivada pela organização da chapa de candidatos a Constituinte Estadual e, no pleito de 5 de maio de 1891, Castilhos vence seus adversários políticos, com a eleição de todos os candidatos republicanos.

(**) — É engano. Como veremos adiante, iniciou os estudos com as primeiras letras do alfabeto com a professora Francisca Carolina Miller Willington. (W. Sp.)

Pouco depois Castilhos envia à Assembléa sua grande obra política, a Carta Constitucional, cujo projeto é exclusivamente seu.

Devido à revolta da armada, provocada pelo golpe de estado do marechal Deodoro, dissolvendo o Congresso a 3 de novembro, Castilhos deixa o governo, expondo novamente, em manifesto, o motivo do seu proceder, concitando seus correligionários a permanecerem em seus postos, fieis a seus ideais políticos.

Restaurada a legalidade, a 17 de junho de 1892, assume o governo, nomeia vice-presidente o dr. Vitorino Rego Carneiro Monteiro, resignando em seguida.

Candidato ao novo pleito, em novembro do mesmo ano, foi eleito com significativa votação, empossando-se a 25 de janeiro de 1893.

Surge, então, a revolução federalista, em fevereiro do mesmo ano, que finalizou em agosto de 1895, pela pacificação. E pairando sobre tudo a serenidade da sua conduta nos transe mais difíceis da incipiente vida política do Estado, no regime republicano, soube, com nobreza de ânimo, fazer uma administração fecunda e irrepreensível, salientando-se no cenário político nacional, como estadista emérito, conquistando, merecidamente, o titulo de Patriarca do Rio Grande do Sul.

ASCENDENCIA DO DR. JÚLIO PRATES DE CASTILHOS

- 1 — *João Rodrigues Prates*, natural de Estremóz, distrito e arcebispado de Évora, Portugal, e já falecido em 1770, foi dos primitivos povoadores do Rio Grande de São Pedro, vindo da vila da Laguna, Santa Catarina, onde exercera o alto posto de capitão-mór, por patente de 1752, de Gomes Freire de Andrada, sendo substituído por seu filho Paulo Rodrigues Xavier Prates, posteriormente nomeado capitão-mór da Aldeia dos Anjos (Gravataí).

Casou João Rodrigues Prates na Laguna com dona *Izabel Gonçalves Ribeiro*, natural da mesma freguesia de Santo Antonio dos Anjos da Laguna tornando-se, assim, tronco da família RODRIGUES PRATES, que mais tarde espalhou-se pelo Rio Grande e São Paulo.

Era dona Izabel Gonçalves Ribeiro filha de Manuel Gonçalves Ribeiro, natural da cidade do Porto, Portugal, e fundador da Laguna e de sua primeira mulher dona Maria de Passos Duarte, natural daquela vila.

Do casal de João Rodrigues Prates foram filhos: Francisco Rodrigues Xavier Prates, sacerdote; João Rodrigues Xavier Prates, sacerdote que foi vigário da Aldeia dos Anjos; Catarina Rodrigues Ribeiro, casada com Manuel Carvalho de Oliveira, natural de Guimarães, filho de José Carvalho de Oliveira e de dona Maria da Silva; Francisca Rodrigues, casada com Manuel de Souza Gomes, natural da cidade do Porto; IZABEL ANTONIA RIBEIRO, que continua a geração; Antonia Rodrigues, casada com o sargento-mór Manuel de Souza Porto; Brigida Caetana Xavier Prates, casada com o tenente de Infantaria Manuel Gonçalves Leite de Barros; capitão-mór Paulo Rodrigues Xavier Prates, casado com dona Joana Marques de Souza, natural do Rio Grande de São Pedro, filha de Antônio Simões e dona Quitéria Marques.

- 2 — *Izabel Antônia Ribeiro*, batizada na Laguna a 22-2-1730, onde casou a 26-6-1745 com o alferes do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro, *Antonio Nunes da Costa*, natural e batizado na freguesia de Santa Cruz do lugar de Pombal, termo da vila de Santarém, patriarca do de Lisboa Oriental, e filho de Manuel Nunes da Costa e de dona Gracia Duarte.

Do casal Antonio Nunes da Costa foram filhos: MARIA LEOCA'DIA XAVIER PRATES, que continúa a geração; Rodrigo Antonio da Costa Prates, casado com dona Josefa Maria, natural de Santa Catarina, filha de João de Souza da Horte e de dona Izabel Felícia.

- 3 — *Maria Leocádia Xavier Prates*, nascida na freguesia do Rio Grande de São Pedro a 19 e batizada a 27-XI-1761; casou na matriz de Nossa Senhora dos Anjos de Aldeia a 2-XI-1777, com *João Nepomuceno de Carvalho*, nascido e batizado na freguesia do Santíssimo da Praça da Colônia do Sacramento, a 22-XI-1755 e falecido em Rio Pardo a 6-VI-1803, filho do tenente José Rodrigues de Carvalho, natural de Lisboa, que casara na Colônia do Sacramento, a 12-XII-1747 com dona Teodózia Maria Faustina Carneiro, natural daquela praça; neto materno de Manuel do Couto e de dona Maria Faustina Carneiro.

Do casal João Nepomuceno de Carvalho foram filhos: Dom Feliciano José Rodrigues Prates, 1.^o Bispo de São Pedro do Rio Grande do Sul, nascido na Aldeia dos

Anjos a 13 de julho de 1781; Flaubiana Fausta da Costa Prates, casada com o alferes Manuel Carvalho da Silva, natural de Cachoeira, filho do capitão Manuel Carvalho da Silva e de dona Faustina Pires; capitão FIDELIS NEPOMUCENO DE CARVALHO, que continúa a geração; Florêncio Nepomuceno de Carvalho, casado com dona Izabel Antônia da Silva, natural de São Gabriel e viuva de Jerônimo Francisco Soares; Florinda da Costa Prates; Francisco de Carvalho Prates, sacerdote; Felisberta Dorotéa da Costa Prates, casada com o alferes Zeferino Antônio da Silveira, natural do Rio Pardo, filho do sargento-mór João Antônio da Silveira e de dona Tereza Angela do Amor Divino; Francisca Fausta da Costa Prates, casada primeiro com Francisco da Paula Pacheco, natural de Triunfo, filho de Luiz Vicente Pacheco de Miranda e de dona Gertrudes Barbosa de Menezes, e segundo com Francisco José de Almeida, também natural de Triunfo e filho de Jerônimo de Almeida e de dona Jerônima de Santa Terêza; Feliciano Fausta da Costa Prates, casada com Antônio José de Carvalho Jr., natural do Rio Pardo a 27-X-1786; casou em segundas nupcias em São Paulo e de dona Domiciana Antônia de Oliveira.

- 4 — *Fidelis Nepomuceno de Carvalho*, capitão, batizado em Rio Pardo a 28-X-1786; casou em segundas nupcias em São Gabriel a 5-III-1832, com sua sobrinha dona *Candida Fausta de Carvalho Prates*, nascida em Rio Pardo a 11-IV e batizada a 1-V-1814, filha do capitão-mór Manuel Carvalho da Silva e de dona Flaubiana Fausta da Costa Prates, de quem houve dois filhos: Otávio e Francisca.

O capitão Fidelis Nepomuceno de Carvalho casou em primeiras nupcias com dona Clara Florinda de Avelar, cuja ascendência é a seguinte :

- A — *Francisco Machado Fagundes*, natural da freguezia das Velas da ilha de São Jorge, Açores, e falecido em Triunfo a 28-IX-1762, com 70 anos; casou com dona *Úrsula de Bittencourt*, natural da mesma freguezia (*). Do casal foram filhos: Rita Josefa de

(*) — O apelido comumente grafado BITTENCOURT, à francesa, quer parecer-nos, quando originário dos Açores, errado. Naquelas ilhas existia a família BETHENCOURT, ou BETENCOURT, da qual emigraram alguns descendentes para o Rio Grande do Sul onde, ainda no século passado, encontramos o apelido grafado com leves modificações, algumas vezes: Bétencourt, Bethencourt, Bétancur e Béthaneurt. (W. Sp.).

Bittencourt, casada com o capitão de cavalos (cavalaria), Francisco Machado Fagundes, natural dos Açores, filho de Manuel Machado da Silveira e de dona Maria do Rosário; *Izabel Francisca de Bittencourt*, que continua a geração; alferes João Machado de Bittencourt, casado com dona Rita Josefa da Silveira, natural dos Açores, filha de Manuel Machado da Silveira e de dona Maria do Rosário; Antonio Machado Fagundes, casado com dona Ana Maria Siqueira, natural da vila de Parnaíba, bispado de São Paulo, filha de João Nunes de Siqueira, natural de Parnaíba, e de dona Gertrudes Maria de Assunção, natural de Santos.

- B — *Izabel Francisca de Bittencourt*, natural da freguezia das Velas da ilha de São Jorge, Açores; casou com o alferes *Jacinto Mateus da Silveira*, também natural da ilha de São Jorge, filho de Pedro Silveira e Souza e de dona Maria de São Pedro, naturais da mesma ilha.

Do casal do Alferes Jacinto Mateus da Silveira, foram filhos: Francisca Maria de Bittencourt, casada com Mateus Teixeira Fagundes, natural dos Açores, filho de Amaro Dias da Cunha e de dona Izabel Teixeira; Maria; *Antônia Maria de Bittencourt*, que continua a geração; Maria Jacinta de Bittencourt, casada com Manuel Antônio da Silveira, natural dos Açores, filho de Manuel Teixeira de Andrade e de dona Maria Angélica; Francisco Machado Fagundes, casado com dona Joana Maria de Jesus, natural de Viamão, filha de Manuel Teixeira de Quadros e de dona Mariana de Jesus; Antônio Machado de Bittencourt, casado com dona Juliana Maria de Jesus, natural de Taquari, filha de Francisco Pereira da Luz e de dona Rosa Maria de Jesus; José Jacinto de Bittencourt, casado primeiro com dona Cristina Maria da Conceição, natural de Taquari, filha de Antônio Teixeira Fagundes e de dona Maria do Rosário, e segundo com dona Inocência Maria da Conceição, natural de Rio Pardo, filha de José Pereira Garcia e de dona Angélica Maria; João Machado da Silveira, porta-estandarte, casado primeiro com dona Francisca Clara do Nascimento, natural de Rio Pardo, filha de Antônio da Silveira Ávila e Matos e de dona

Clara Maria Mância, e segundo com dona Joana Rodrigues de Valença, natural de Cachoeira, filha de Francisco Rodrigues Machado e de dona Eugênia Maria de Valença.

- C — *Antônia Maria de Bittencourt*, natural e batizada na freguezia de Santo Ângelo da vila de Rio Pardo a 26-VIII-1755, e falecida em Taquarí a 19-VII-1796; casou em Taquarí a 27-XI-1769, com Manuel da Silva Jorge natural e batizado na freguezia de Santa Catarina de Castelo Branco, na ilha do Faial, e falecido em Taquarí, a 31-X-1825, com 81 anos, filho de Inácio da Silveira, natural da ilha de São Jorge, e de dona Ana Silveira, natural da ilha do Faial. Por morte de sua mulher casou Manuel da Silva Jorge em segundas núpcias com dona Bernarda Joaquina do Nascimento, natural de Santa Catarina, já viuva de Jacinto Rocha e filha de Diogo Inácio de Barcelos, natural da ilha Terceira, e de dona Ana Felícia do Nascimento, natural da ilha do Faial, de quem houve um filho: Alexandre Luiz da Silva.

De Manuel da Silva Jorge e sua primeira mulher foram filhos: Genoveva Maria de Bittencourt, casada com o alferes José Jacinto Pereira, natural de Taquarí, filho de André Jacinto Pereira e de dona Felícia Maria do Sacramento; *Inocência Maria de Bittencourt*, que continua a geração; Maria (1.^a); Marai (2.^a); João da Silva Machado, barão de Antonina, casado com dona Ubaldina do Paraizo Guimarães, natural do Paraná, filha de Manuel Gonçalves Guimarães e de dona Maria Madalena de Lima; Alexandre; Maria Angélica da Silva, casada com o furriel Dionisio Inácio de Barcelos, natural de Viamão, filho de Diogo Inácio de Barcelos e de dona Ana Felícia do Nascimento; Juliana; Joana Felícia da Silva, casada com João Francisco Ilha; Izabel; Francisco de Paula e Silva, barão de Ibicuí, casado com dona Felicidade Perpétua de Magalhães, natural de Cachoeira, filha do tenente Ricardo José de Magalhães e de dona Maria Mância de Avelar.

- D — *Inocência Maria de Bittencourt*, nascida em Taquarí a 17 e batizada a 27-VIII-1755; casou em Rio Pardo a 24-VII-1790, com *Raimundo da Silveira Santos*, natural da mesma vila, filho do alferes Antônio da Silveira Avila e Mattos, natural da freguezia do Ro-

sário da Vila-Nova do Topo, na ilha de São Jorge, bispado de Angra, e falecido no Rio Pardo a 24-VI-1803, com 73 anos, e de dona Clara Maria Mâncio, natural da freguezia do Desterro da ilha de Santa Catarina, e falecida em Cachoeira a 15-VIII-1798, com 60 anos; neto paterno de Manuel da Silveira Matos e de dona Maria de Mendonça, naturais da ilha de São Jorge; neto materno de Antônio Coelho Nunes, natural de Santos, e de dona Maria Nunes, natural do Desterro, ilha de Santa Catarina.

Do casal Raimundo da Silveira Santos foram filhos: *Clara Florinda de Avelar*, que continua a geração; Constantino; Constança Antônia da Silva, casada com Antônio José da Mota e Silva, natural de Porto Alegre, filho de Bento da Mota e de dona Maria de São José; Emerenciana; Venâncio; Maria Inocência; Genoveva; João Raimundo da Silva Santos, casado com sua sobrinha dona Cândida Nepomuceno Prates, filha do capitão Fidelis Nepomuceno de Carvalho e de dona Clara Florinda de Avelar; Francisco.

- E — *Clara Florinda de Avelar*, nascida em Cachoeira a 12-VII, batizada a 15-VIII-1791, onde casou a 17-VII-1810, com o capitão *Fidelis Nepomuceno de Carvalho*, refrido em -4- acima.

Do casal capitão Fidelis Nepomuceno de Carvalho foram filhos: comendador Fidelis Nepomuceno Prates, casado com dona Ana da Silva Machado, e dr. Fidêncio Nepomuceno Prates, casado com dona Inocência Julia da Silva, ambas filhas do barão de Antonina, já referido acima; Flaubiano de Carvalho Prates; Feliciano de Carvalho Prates; CAROLINA DE CARVALHO PRATES, que continua a geração; Cândida Nepomuceno Prates, casada com seu tio João Raimundo da Silva Santos, já referidos; Clara Nepomuceno Prates, casada com o tenente-coronel Domingos José Alves da Cunha, natural de Porto Alegre, filho de Geraldo José Alves da Cunha e de dona Manuela de Melo.

- 5 — *Carolina de Carvalho Prates*, batizada em Caçapava a 17-VIII-1827 e falecida em Santa Maria às 3 horas da manhã de 22-VIII-1890, casou com o depois comenda-

dor *Francisco Ferreira de Castilhos*, cuja ascendência é a seguinte :

- A — *Manuel Rodrigues de Alvarenga*, natural de Lamego, Portugal, e posteriormente residente no Rio de Janeiro (Silva Leme, vol. V, 431); dele foi filha:
- B — *Guiomar de Alvarenga*, natural do Rio de Janeiro; foi a segunda mulher de *Francisco Alvares Corrêa*, natural de Vila Real e provedor da fazenda real da Capitania de São Vicente (S. L., V, 431). Houve:
- C — José de Castilho Moreira, falecido em Taubaté em 1684 (S. L., V, 434). Foi o primeiro marido de dona *Izabel Fragoso* (S. L., VIII, 10), com a ascendência seguinte:
 - a) — *Peãro Dias*, natural de Portugal e falecido em São Paulo, onde fora juiz ordinário, em 1590; casou em primeiras núpcias com dona *Maria da Grã*, segunda filha do cacique *Tibiriçá*, e que se chamava, antes de batizada, *Terebé*; em segundas núpcias casou com dona Antônia Gomes da Silva, filha de Pedro Gomes e de dona Izabel Afonso (S. L., VIII, 3); houve do primeiro matrimônio:
 - b) — *Clara Parente*, falecida em 1635, com avançada idade, foi casada com *Gonçalo Madeira*, natural de Portugal e falecido em São Paulo em 1626 (S. L., VIII, 4). Houve:
 - c) — *Pedro Madeira*, falecido em São Paulo em 1644; casou em primeiras núpcias com dona *Violante Cardoso*, já falecida em 1620, filha de Gaspar Vaz Guedes e de dona Izabel Bicudo, filha de Antônio Luiz Grou e de dona Guiomar Bicudo (S. L., VIII, 4). Houve do primeiro matrimônio:
 - d) — *Mariana Cardoso* que casou em primeiras núpcias com *Baltazar Lopes Fragoso*, natural de Lisboa e falecido em 1635; em segundas núpcias casou com Antônio de Barros de Alcassova, falecido em 1642, filho de Luiz de Barros de Alcassova e de dona Maria da Silva de Pedrosa (S. L., VIII, 4). Houve do primeiro matrimônio:

e) — *Maria Fragoso*, falecida em Taubaté em 1687; casou com o coronel *Sebastião de Freitas*, natural de São Paulo e falecido em 1690 (S. L., VIII, 5). Houve:

f) — *Izabel Fragoso*, casada em segundas núpcias com Antônio Rodovalho (S. L., VIII, 10), e em primeiras núpcias, como vimos acima, com *José de Castilho Moreira*; houve do primeiro matrimônio:

D — *Salvador Moreira de Castilho*, (S. L., V, 435); foi casado com dona *Izabel de Miranda*; houve:

E — *Carlos Moreira de Castilho*, batizado em Taubaté a 5-XI-1713 (Livro 3.º de batismos, pag. 60). É obséquio do dr. Carlos da Silveira, ilustrado genealogista e historiador paulista, a ligação genealógica entre Carlos Moreira de Castilho e a linhagem dos Alvarenga, descrita por Silva Leme na sua "Genealogia Paulistana".

Carlos Moreira de Castilho foi casado com dona *Quitéria Loureira de Jesus*, viuva de João de Barros Pereira, falecido a 9-VI-1743, primo 3.º de seu segundo marido. Era ela filha de João da Silva Lima e de dona Delfina do Nascimento, sendo esta "enfeitada na casa de Antônio Velho Cabral" e pelo que dizem as testemunhas, "filha de um religioso". (Nota do dr. Carlos da Silveira, extraída de um processo de 1745, relativo à dispensa de impedimento de 4.º grau de parentesco de afinidade lícita). Houve:

F — *Salvador Ferreira de Almeida*, natural da freguezia de São Francisco das Chagas de Taubaté, bispado de São Paulo e falecido em Porto Alegre a 15-V-1796; casou com dona *Ana Joaquina de Azevedo*; houve:

G — *Carlos Moreira de Castilho*, natural da freguezia das Lages, Santa Catarina; foi casado em primeiras núpcias com dona *Felipa Néri*, natural da freguezia de Santo Antônio da Patrulha, filha de Agostinho Garcia e de dona Maria Moreira, havendo, que descobrimos, 2 filhos: FRANCISCO FERREIRA DE CASTILHO, que continúa a geração e Antônio, nascido em Santo Antônio da Patrulha a 15-II-e batizado a

12-III-1815. Em segundas núpcias casou com dona Maria Eufrazia do Nascimento, filha de Francisco Xavier de Souza e de dona Ana Maria do Nascimento, havendo um filho: Demétrio, nascido em Santo Antônio da Patrulha a 3 e batizado a 11-IV-1818.

H — *Francisco Ferreira de Castilho*, que por insinuação de seu filho Júlio acrescentou um —s— ao seu sobrenome, passando a assinar-se *Francisco Ferreira de Castilhos*, assim conservando-se em toda a sua descendência. Era natural de Santo Antônio da Patrulha tendo falecido em Santa Maria a 8-V-1871, com 75 anos, sendo casado, como vimos em —5— acima, com dona *Carolina de Carvalho Prates*.

NOTA: — “Quer parecer-nos que ha engano nessa afirmativa que, dizem, ser tradição, pois já em 1866, quando Júlio tinha 6 anos apenas, em documento firmado na Fazenda da Reserva pela professora dos seis filhos mais moços, o sobrenome ou apelido, tanto do pai como dos filhos está grafado com o —s— final. A corruptela deve ter sido feita em data bastante anterior. Castilho, é, aliás, a forma clássica do nome. (W. Sp.)”

Do casal comendador Francisco Ferreira de Castilhos, foram filhos: Inocência Prates de Castilhos, casada com Salvador Martins França, filho de Salvador Martins França e de dona Querubina do Espírito Santo Rezende; Carlos Prates de Castilhos, casado com dona Luiza Borges Fortes, filha de João Pereira da Silva Borges Fortes e de dona Francisca de Paula Vale; Francisco Prates de Castilhos, casado com dona Virgínia Rocha, filha de N. Rocha e de dona Ludovina Rocha; dr. JÚLIO PRATES DE CASTILHOS, que continúa a geração; Maria Cecília Prates de Castilhos, casada com o dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, filho de Francisco de Assis Brasil e de dona Joaquina Teodora de Bem Salinas; Rita de Cássia Prates de Castilhos, casada com o dr. José Carrillo de Revoredo Barros.

NOTA: — “São nove, e não apenas seis, os filhos de Francisco Ferreira de Castilhos-dona Carolina de Carvalho Prates:

- 1 — Carlos Prates de Castilhos, c.c. Luíza Borges Fortes, filha do dr. João Pereira da Silva Borges Fortes e dona Francisca de Paula Vale. — Com descendência. Viveu e faleceu em Vila Rica.
- 2 — Maria Cecília, c.c. o dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, do qual foi a primeira esposa. Não deixou descendência desse matrimônio.
- 3 — Rita de Cássia, c.c. José Carrilho do Revoredo Barros. — Com descendência. — O dr. José Carrilho do Revoredo Barros nasceu na cidade de Natal (Rio Grande do Norte), sendo filho de Braz Carrilho do Rego Barros, bacharel, e de dona Emília Cândida Freire do Revoredo. Formou-se em direito, em 1874, pela Faculdade do Recife. Pouco depois veio para Pôrto Alegre como Auditor de Guerra.
- 4 — Francisca, c.c. o dr. Joaquim Ferreira de Albuquerque, magistrado. — Com descendência.
- 5 — Adelaide, c.c. o dr. Hermínio Francisco do Espírito Santo que foi membro do Supremo Tribunal Federal e o primeiro Juiz Federal em Pôrto Alegre, em 1890. — Com descendência.
- 6 — Clara, faleceu solteira.
- 7 — Inocência, c.c. o dr. Salvador Martins França Junior, natural de Pôrto

Alegre, formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1862. Faleceu em Pôrto Alegre onde foi grande proprietário de terrenos.

8 — Francisco Prates de Castilhos, c.e. dona Virgínia Rocha. — Com descendência.

9 — Júlio Prates de Castilhos, c.c. dona Honorina da Costa, como adiante.

Damos, a seguir, o “mapa” da professora dos seis últimos filhos de Francisco Ferreira de Castilhos e pelo qual se vê que o nome já deveria ser Castilhos — com S — :

**MAPA DEMONSTRANDO O PROGRESSO QUE TEM FEITO OS FILHOS DO ILMO. SNR. FRANCISCO FERREIRA DE CASTILHOS NOS ESTUDOS,
DESDE O DIA 12 DE SETEMBRO DE 1864 ATE' 9 DE ABRIL DE 1866, DIA QUE PRESTARAM EXAME.**

N O M E S	M A T E R I A S Q U E A P R E N D E M									O Q U E S A B I A M E M 12 D E S E T E M B R O D E 1864
	Leitura	Escripta	Arithmetica	Grammatica Nacional	Doutrina	Geographia	Historia	Francez		
D. Francisca Prates de Castilhos	Lê muito bem	Tem boa letra e boa orthographia	Sabe bem as quatro especies em inteiros e fracções	Está prompta	Sabe bem	Sabe bem a geographia d'Europa e d'America	Estuda a historia antiga	Lê e traduz bem	Conhece bem a muzica, toca e canta soffrivelmente	Lia e escrevia soffrivelmente, tocava e cantava mal.
D. Adelaide Prates de Castilhos	Lê bem	Tem boa letra e orthographia regular	Sabe bem as quatro especies em inteiros, e tem principio de fracções	Rege bem	Sabe bem	Sabe bem a geographia d'Europa e d'America	Estuda a historia antiga	Lê e traduz soffrivelmente	Conhece bem a muzica, toca e canta soffrivelmente	Lia soffrivel, escrevia mal, e pouco sabia de muzica.
D. Clara Prates de Castilhos	Lê soffrivelmente	Tem boa letra e orthographia regular	Sabe bem as quatro especies	Rege regularmente		Estuda a geographia da Europa			Conhece a muzica e toca soffrivelmente	Lia e escrevia mal.
D. Innocência Prates de Castilhos	Lê corrido	Escreve bastante regularmente	Sabe somar regularmente		Estuda			Está nas 1.ªs lições	Está nas 1.ªs lições	Nada sabia.
Francisco Prates de Castilhos	Lê bem	Escreve bem cursivo	Sabe bem as quatro especies em inteiros e fracções	Rege regularmente		Estuda a geographia da Europa			Conhece a muzica regularmente e principia a tocar	Lia soffrivelmente, escrevia bastardo, e sabia as quatro especies em inteiros. Principiou em novembro de 1864.
Julio Prates de Castilhos	Conhece bem as letras e principia a ajunta-las									Analphabeto. Principiou em fins de Julho de 1865.

Fazenda da Reserva, Rio Grande do Sul, 11 d'Abril de 1866.

A Professora FRANCISCA CAROLINA MILLER WELLINGTON

- 6 — *Júlio Prates de Castilhos, o PATRIARCA DO RIO GRANDE DO SUL*, nascido na "Fazenda da Reserva", em Vila Rica, a 29-VI-1860 e falecido em Porto Alegre às 6 horas da tarde do dia 24-X-1903.

Do livro 2.^o de batismos da freguezia de São Martinho, página 335, extraímos o seguinte assentamento: "JULIO — Aos vinte e oito dias do mez d'Agosto de mil oitocentos e sessenta e dous annos na Caza de Francisco Ferreira de Castilhos desta Freguezia de São Martinho baptizei e puz os Sanctos Oleos ao innocenté Julio, nascido a vinte e nove de Junho de mil oitocentos sessenta, filho legitimo de Francisco Ferreira de Castilho, natural de Santo Antonio da Patrulha e Dona Carolina Prates de Castilho, natural de Caçapava, neto paterno de Carlos Moreira de Castilho e Dona Felippa de Castilho naturaes de Santo Antonio da Patrulha, e neto materno do Capitão Fidelis Nepomuceno Prates Junior natural do Rio Pardo e Dona Clara Maria de Bittencourt natural de Cachoeira. Foram padrinhos Felisberto Nepomuceno Prates e Dona Innocencia da Silva Prates por procuração que apresentou Francisca Prates de Castilho, do que para constar fiz este assento. Pro Parocho o Vigario Antonio Gomes Coelho do Valle".

Júlio Prates de Castilhos casou na capela de N. S. da Luz em Pelotas a 17-V-1883, com dona *Honorina da Costa*, filha de Francisco da Costa Pelado e de dona Ana da Costa; neta paterna de Manuel Portugal Guimarães, natural da Freguezia de N. S. de Oliveira, bispado de Braga, que casara em Piratini a 13-VIII-1813, com dona Joana Maria da Costa, natural de São José do Norte; por estes bisneta paterna de Pedro Portugal Guimarães e de dona Joana Maria da Ressurreição; e de Francisco Antônio da Costa e de dona Inocência Maria da Trindade.

NOTA: — "Francisco da Costa PELADO: O nome desse cidadão era, apenas, FRANCISCO DA COSTA. "Pelado" foi alcunha que lhe puzeram, mas que ele nunca adotou. O nome de sua esposa era Ana Martins". (W. Sp.)

DESCENDÊNCIA DO DR. JÚLIO DE CASTILHOS

- 1-1 *Júlia Prates de Castilhos*, nascida, em Porto Alegre, a 22-IV-1884, batizada a 12-XII-1885; casou com o dr. Artur Franco e Souza, médico, falecido em Porto Alegre, filho do dr. James

de Oliveira Franco e Souza, natural de Morretes, Paraná, e de dona Angélica Cândida de Macedônia, natural de Alegrete; neto paterno do capitão Manuel José de Souza e de dona Carlota Angélica de Oliveira Franco; neto materno de Leonardo da Costa Carvalho Macedônia, natural da cidade do Porto, Portugal, que casou em Alegrete a 29-VI-1848, com dona Virginia Rosarina Vilela, natural do Rio Grande; bisneto paterno de Antônio da Costa Carvalho e de dona Ana Augusta da Trindade; bisneto materno de Urbano José Vilela e de dona Lucrecia Silvana. Houve q.d. :

- 2-1 Artur de Castilhos Franco, casou com dona Maria Helena Torelli, filha do dr. Carlos Torelli e de dona Maria Helena Ygartúa.
- 2-2 Ilca de Castilhos Franco.

NOTA: — Os filhos de dona Júlia Prates de Castilhos — dr. Artur Franco e Souza são os seguintes:

- 2-1 Artur de Castilhos Franco, nascido em Porto Alegre, c.c. dona Maria Helena Torelli, filha do dr. Carlos Torelli e de dona Maria Helena Ygartúa. Filhos:

3-1 Suzana

3-2 Artur

- 2-2 Ilca de Castilhos Franco, c.c. Teodoro Perlhefter, já falecido. Sem descend.

- 2-3 Paulo de Castilhos Franco, nascido em Porto Alegre, c.c. dona Moema Borges Fortes, filha do general Jônatas Borges Fortes e dona Serafina Rego Monteiro. Filhos:

3-1 Flavio José

3-2

O dr. Artur Franco, médico humanitário e muitíssimo estimado em Porto Alegre, nasceu em Cachoeira (Rio Grande do Sul) a 29-III-1874 e faleceu em Porto Alegre a 31-VII-1923. Era formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi Professor da Escola de Medicina e Farmácia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre, professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito de Porto Alegre, ofi-

cial médico da Brigada Militar do Estado e da Reserva do Exército Nacional. — O desembargador James de Oliveira Franco e Souza foi, também, presidente do Superior Tribunal do Estado". (W. Sp.)

- 1-2 *Eugénia Prates de Castilhos*, nascida em Porto Alegre a 3-XI-1885, batizada a 12-XII-1885; casou com Daniel de Mendonça, ex-diretor do Banco do Brasil e filho do notável jurista dr. Lucio de Mendonça.

NOTA: — "O casal tem tres filhas:

2-1 Maria de Castilhos Mendonça.

2-2 Maria Consuelo de Castilhos Mendonça, c.c. seu primo Júlio de Castilhos Penafiel.

2-3 Maria Lucí de Castilhos Mendonça, c.c. seu primo Álvaro de Castilhos Penafiel. (W. Sp.)"

- 1-3 *Otilia Prates de Castilhos*, nascida em Porto Alegre a 13-II-1888, batizada a 25-III-1891; casou com o dr. Antonio Carlos Penafiel, médico, ex-deputado federal pelo Rio Grande do Sul, filho do dr. Conrado Alvaro de Campos Penafiel, natural do Rio de Janeiro e de dona Antônia Celeste da Fontoura Duclos, natural de Porto Alegre; neto paterno de Antônio Custódio Penafiel e de dona Maria Silveira; neto materno de João Batista Alfredo Duclos, natural da França, e de dona Fausta Izabel de Macedo Fontoura, natural do Rio Pardo. Título Silveira Casado da Genealogia Riograndense. Houve q.d.:

2-1 Júlio de Castilhos Penafiel

2-2 Édulo de Castilhos Penafiel

2-3 Álvaro de Castilhos Penafiel

2-4 Maria de Castilhos Penafiel

NOTA: — "O dr. Carlos Penafiel foi, também, jornalista — diretor da "A Federação" — e alienista do Hospital São Pedro de Porto Alegre. Nasceu no Rio de Janeiro, onde atualmente é notário, a 31-1-1883. — Sobre seus filhos devemos acrescentar:

2-1 Júlio de Castilhos Penafiel, bacharel em direito, c.c. sua prima Maria Consuelo, filha do casal Eugénia Prates de Castilhos-Daniel Mendonça.

- 2-2 Édulo de Castilhos Penafiel, atuário e professor da Escola de Comercio da Universidade do Rio de Janeiro, c.c. dona Dagmar Duarte, filha do desembargador Manuel Duarte, do Distrito Federal.
- 2-3 Álvaro de Castilhos Penafiel, criador, c.c. sua prima Maria Luci, filha do casal Eugênia Prates de Castilhos-Daniel Mendonça.
- 2-4 Maria de Castilhos Penafiel, c.c. Kleber..... Tem um filho". (W. Sp.)
- 1-4 *Honório Prates de Castilhos*, casado e residente em São Paulo.

NOTA: — "Honório Prates de Castilhos, nasceu em Porto Alegre, em 1889. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde ficou residindo e casou com dona Marieta Ribas, filha do dr. Emilio Ribas, médico distintíssimo, que foi Diretor Geral de Higiene, do Estado de São Paulo. Tem apenas uma filha:

2-1 Nazaré Ribas de Castilhos". (W. Sp.)

- 1-5 *Ambrosina Prates de Castilhos*, nascida em Porto Alegre a 14-V-1889, onde faleceu a 22-VIII-1922; casou na mesma cidade a 12-V-1908 com o dr. Arnaldo Ferreira, bacharel em direito, nascido em Porto Alegre a 9-VI-1884, filho de Emilio da Silva Ferreira e de dona Maria Raquel de Azambuja e Silva, natural de Porto Alegre; neto paterno de João Guilherme Ferreira, natural de Portugal e de dona Maria Antunes, natural de Belem; neto materno de José Afonso e Silva, natural de Pedras Brancas e de dona Ana Rafaela do Rosario. Titulo Ornelas e Vasconcelos da Genealogia Riograndense. Houve q.d.:

- 2-1 Mario Ferreira, bacharel em direito.
- 2-2 Nei Ferreira, bacharel em direito.
- 2-3 Neda Ferreira, casou com Plinio Couto, filho de Heraclides Couto
- 2-4 Jaime Ferreira, acadêmico de medicina
- 2-5 Neli Ferreira, casou com Milton Franco, filho de Harmódio Franco e de dona Alcina Franco.

NOTA: — "Dona Ambrosina Prates de Castilhos nasceu a 14-V-1890 e casou a 15-10-1908 com o dr. Arnaldo da Silva Ferreira, nascido a 19-VI-1885. O dr. Arnaldo da Silva

Ferreira foi professor das Faculdades de Direito de Pelotas, e de Porto Alegre e da de Ciências Políticas e Econômicas; Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul; Diretor do Ginásio do Estado do Rio Grande do Sul; fundador e presidente honorário do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul. — Aos filhos do casal devemos acrescentar:

2-1 Mario de Castilhos Ferreira, nasc. na cidade do Rosário a 17-7-1909. Bacharel em Direito pela Faculdade de Porto Alegre. C.c. dona Celina Braescher, filha de Luiz Afonso Braescher e de dona Maria Luiza Schaun. Filhos:

3-1 Ivone Braescher Ferreira

3-2 Ivan Braescher Ferreira

3-3 Iara Braescher Ferreira.

2-2 Ieda, nasc. em Pelotas a 23-8-1910 e fal. a 10-9-911.

2-3 Zilá, nasc. em Pelotas a 30-8-1911 e fal. a 12-12-1911.

2-4 Nei de Castilhos Ferreira, nasc. em Pelotas a 12-2-1913, bacharel em direito pela Faculdade de Porto Alegre. Solteiro.

2-5 Neda de Castilhos Ferreira, nasc. em Pelotas a 27-3-1914, c.c. Plinio Gonçalves Couto, filho de Heraclides Couto e dona Júlia Gonçalves. Filhos:

3-1 Rui Ferreira Couto

3-2 Rejane Ferreira Couto

3-3 Raquel, falecida.

2-6 Jaime de Castilhos Ferreira, nasc. em Pelotas a 30-10-1915, médico pela antiga Escola de Medicina do Rio Grande do Sul. C.c. dona Marília Gonçalves, filha de Armando Gonçalves e de dona Lucília Freitas. Filhos:

3-1 Sandra Maria Gonçalves Ferreira

3-2 Arnaldo Ferreira Neto.

2-7 Neli de Castilhos Ferreira, nasc. em Porto Alegre a 24-1-1917, c.c. Milton

de Araujo Franco, filho de Harmódio Franco e de dona Alcina Araujo. Filhos:

3-1 Wilson Ferreira Franco

3-2 Weimar Ferreira Franco". (W. Sp.)

BIBLIOGRAFIA :

Otelo Rosa — Júlio de Castilhos — Escritos Políticos com Perfil Biográfico.

Décio Vilares — O Patriarca do Rio Grande do Sul.

Livros de assentamentos eclesiásticos do *Arquivo do Arcebis-pado de Porto Alegre* e do *Bispado de Santa Maria*.

NOTA: "Para as notas que juntamos ao excelente trabalho do nosso presado amigo dr. Jorge G. Felizardo, consultamos:
— Os Fortes, — pelo general *João Borges Fortes*.
— Notas e documentos de nosso Arquivo particular.
— Dr. Leonardo Macedônia Franco e Souza que foi amigo pessoal do dr. Júlio de Castilhos tendo sido, os pais de ambos, amigos pessoais também, desde os velhos tempos de Vila Rica (hoje Júlio de Castilhos)". — (W. Sp.)

NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS

GUERRA DOS FARRAPOS — Ordens do Dia do General Barão de Caxias. — (1842-1845) — Rio de Janeiro, 1943.

Este interessante e valioso volume encerra, nas suas 430 páginas as Ordens do Dia do Barão de Caxias durante sua primeira presidência e comandância das armas do Rio Grande do Sul.

Devemos a presente publicação à benemerita Bibliotéca Riograndense, que tantos e tão assinalados serviços tem prestado à cultura do Rio Grande do Sul e às letras históricas de nossa terra.

Guerra dos Farrapos com que hoje nos brinda, através a publicação dos Anais da Biblioteca Nacional, é régio presente na hora justa em que trabalhamos para a condigna comemoração da data centenária da pacificação do Rio Grande em 1845 e da vitória brilhante dos sentimentos brasilistas e da unidade nacional, despertada e incentivada pelo ímpeto reivindicador da gente gloriosa e bemdita da República de Piratini ou República Riograndense.

A Biblioteca Riograndense pioneira impoluta do desenvolvimento cultural de nossa terra, e em véspera de, também, comemorar seu centenário de vida eficiente e laboriosa, os nossos melhores agradecimentos pela magnificente obra que tão generosamente fez publicar, doando copia dessas Ordens do Dia de Caxias, carinhosamente arquivadas e conservadas sob seu venerando tecto, à Biblioteca Nacional. — W. Sp.

ESBOZO PARA UNA HISTORIA DEL DESCUBRIMIENTO Y CONQUISTA DE CÓRDOBA. — Prof. Antonio Serrano. — Córdoba, 1944.

Encerra este trabalho editado pela Universidade Nacional de Córdoba, — Instituto de Arqueologia, linguística y Folclore Dr. Pablo Cabrera — excelente trabalho do insigne prof. Antonio Serrano, diretor do Instituto, no qual estabelece um rumo seguro, para o estudo histórico de Córdoba, na Rep. Argentina. É um esboço magistral, claro e preciso que prestará ao historiador relevantes serviços. — W. Sp.

EL KESEWE O YAMJATRRAWICH. — Prof. Tomas Harrington. — Córdoba, 1943.

As palavras difíceis que intitulam o folheto de que nos ocupamos, editado pela Universidad de Córdoba, como o anterior, referem-se a um instrumento destinado a trabalhar o couro. E' composto de duas pedras encravadas num pedaço de madeira, roliço, também preparado. Keñewe é o nome desse instrumento em araucano, e yamjatrrawich em lingua gūnūna yajitch. E' um estudo interessante do curioso objeto da época do couro na América. — W. Sp.

EL DISTRITO DE LA AUDIENCIA DE SANTO DOMINGO en los siglos XVI a XIX. — Javier Malagón Barceló. — Ciudad Trujillo, 1942.

Interessante e bem elaborado estudo sobre as velhas audiências comuns à America espanhola e que foram estabelecidas em diversos pontos, do México ao Prata.

Recomenda-se sobremodo a monografia do sr. Malagón Barceló pela concisão e precisão com que elaborou a ótima e bem documentada história das Audiencias de Santo Domingo, que nos apresenta. — W. Sp.

O RIO GRANDE DO SUL E SUAS RIQUEZAS. — Fortunato Pimentel. — s/l. — s/d. (Porto Alegre, 1944).

Trabalhador, ativo e cheio da máxima boa vontade, o dr. Fortunato Pimentel nos tem dado, ultimamente, uma série de volumes interessantes, coletâneas bem organizadas, sobre a vida de diversos dos Municípios gauchos. Não satisfeito, contudo, com essa meritória atividade, oferece-nos, agora, alentado volume sobre as riquezas do Rio Grande do Sul. Inicia o volume com uma resenha histórica seguida das efemérides principais do Estado. Infelizmente, nestas, entre outras pequenas cousas que mereceriam retificação, figura a fundação de Porto Alegre no ano de 1742. Debatida como foi essa questão e comemorado como foi o bicentenário de fundação em 1940, ficamos realmente surpresos quando vemos a erradíssima data de 1742 que nada significa para a cidade. Entretanto, os demais aspectos estão bem tratados e a obra é digna de todos os encômios pois nos oferece excelente visão de conjunto da capacidade produtiva e das riquezas de nosso torrão. Não regateamos aplausos ao ilustre autor. — W. Sp.

LAGUNA DE 1880. — Saul de Ulysséa. — s/l. — 1943.

A história de Laguna está estreitamente ligada à história do Rio Grande do Sul, em seus primórdios. Difícil é dissociá-las.

O sr. Saul Ulysséa não se quiz referir ao velho passado da gloriosa terra dos "bandeirantes" de Santa Catarina, e inicia, porisso, seu trabalho, aliás excelente, em 1880. Sua finalidade é demonstrar a evolução de Laguna, confrontar a de 1880 com a de 1940. Mas bem poderia ter iniciado antes e mostrar sua evolução desde o início, passando por um período de estagnação para reiniciar a vida progressista com o advento da República. São cousas próprias de todas as cidades, ou quasi todas, os periodos de estagnação que não raro chegam a ser de decadência. Foi o que aconteceu com Laguna de 1839 a 1886 mais ou menos.

O trabalho do sr. Ulysséa é interessante e meritório, pintando-nos com cores vivas a Laguna de 1886 e a de nossos dias, cheia de viço, graça, fulgor. — W. Sp.

ARCHIVO EPISTOLAR DEL GENERAL DOMINGO CAYCEDO. — Tomo I. — Publicacion de la Academia Colombiana de la Historia. — Editorial A.B.C. — Bogotá, 1943.

Comemorando a grande vida de seus heróis gloriosos a Rep. da Colômbia não tem poupado esforços, através seus insignes intelectuais, na divulgação de seus feitos e obras.

O general Domingo Caycedo pertence à grei seleta dos pró-homens da grande República irmã. Sucessor, com o douto Joaquim Mosquera, do Libertador — "el Padre Libertador" Simón Bolívar, — numa das horas mais difíceis da vida Colombiana, Caycedo foi ba-luarte invicto da Patria livre. Bondoso e enérgico, justo sempre, ao falecer puderam dele dizer: "Caycedo ha muerto sin haber hecho mal a nadie!"

Publicando, agora, a correspondencia do grande prócer, a Academia Colombiana de la História presta a mais indelevel homenagem ao grande filho e heroi da magnífica terra de Florez e Isaacs. — W. Sp.

CAPTURA E PREPARAÇÃO DE PEQUENOS MAMÍFEROS PARA COLEÇÕES DE ESTUDO. — João Moojen. — Museu Nacional — Rio de Janeiro, 1943.

Compêndio claro e metódico de como capturar e preparar pequenos mamíferos para coleções de estudo, escrito com simplicidade e precisão. E' obra de valor e preciosa a quantos se dedicam aos estudos da zoologia e, em particular, aos preparadores particulares e de Museus. — W. Sp.

CATALOGUS FLORAE DOMINGENSIS. — R. M. Moscoso, Diretor del Instituto Botánico. — Parte I: Spermatophyta. — New York, 1943.

Notável obra metódica sobre as Spermatophytas da República Dominicana, esse catalogo que acaba de publicar o dr. R. M. Moscoso.

Além do Catalogo propriamente dito (693 pags.) contem o volume valiosa introdução (pags. XI a XLVIII), e mais o utilíssimo "Index nominum latinorum" das plantas catalogadas (pag. 695 a 724) e outro dos nomes vulgares haitianos (pag. 725 a 732).

Foi, essa grande obra publicada pela Universidade de Santo Domingo com o patrocínio altíssimo do "benefactor de la Patria y Presidente de la República, generalíssimo doctor Rafael Leonidas Trujillo Molina";

Obra valiosíssima e digna de todo aplauso o que reconheceu, patrocinando sua publicação, o generalíssimo presidente da República Dominicana. — **W. Sp.**

FORRAGEIRAS PARA O SUL DO BRASIL. — Anacreonte Ávila de Araujo. — Secretária de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. — Porto Alegre, s/d. (1944).

Valioso estudo sobre as forrageiras proprias e adaptadas ao Sul do Brasil, a obra do sr. Anacreonte Ávila de Araujo é magnífica e preciosa contribuição, além do mais, aos estudos de botânica de nosso Estado.

Citando a origem e introdução, os diversos nomes por que é conhecida, faz sua descrição e modo de plantar, solo, adubação, cuidados, como devem ser colhidas e, ainda, um exame do valor forrageiro de cada planta examinada. — **W. Sp.**

MINISTÉRIO PÚBLICO RIOGRANDENSE. (Subsídios para sua história). — Dr. Abdon de Melo. — Porto Alegre, 1943.

O dr. Abdon de Melo, procurador geral do Estado, com a publicação da presente obra, presta relevante serviço aos estudiosos do Brasil e em particular do Rio Grande do Sul.

Obra como esta fazia falta nas estantes dos estudiosos pois o ilustre autor tudo reuniu na obra em apreço, com cuidado e método.

Basta examinar o sumário para, desde logo se ter idéia do grande valor de "Ministério Público Riograndense":

1. — Síntese histórica da evolução do Ministério Público.
 2. — O Ministério Público na 2.^a instância.
 3. — O Ministério Público na 1.^a instância.
 4. — Comarcas extintas.
 5. — Documentos legislativos referentes à vida judiciária.
- E', como se vê, obra digna do ilustre autor. — **W. Sp.**

TUPINOLOGIA. — Obras ultimamente aparecidas.

A tupinologia dia a dia aumenta sua bibliografia e com obras realmente valiosas.

Rosário Frani Mansur envia-nos, agora, seu excelente estudo **Novos Rumos da Tupinologia** (Curitiba, 1935) que é valioso guia para o estudioso da lingua tupí. Passando pelo proto-tupí e proto-guaraní, classifica essas linguas, estuda-lhes o parentesco com outras linguas e encerra seu valioso opúsculo com a aplicação de seu metodo comparativo.

Mestre, sem duvida, e dos maiores na tupinologia é o sr. professor dr. Plínio Ayrosa, de São Paulo. Varias obras de mérito inconfundivel já nos deu ele sobre tupí - guaraní, quer originaes, quer em eruditos e sabios comentarios à cimélios e obras clássicas. Agora oferece-nos, nos Boletins da Universidade de São Paulo, (Boletim XXXIII, Etnografia e lingua Tupí-Guaraní — n.º 4. — São Paulo, 1943) — preciosíssimos **Apontamentos para a Bibliografia da lingua tupí-guaraní**. E', essa alentada obra (303 pág., — com illustrações varias) o que de bom se pode desejar na matéria, não só pelos apontamentos bibliográficos, como pela apreciação erudita que faz em cada verbete, elucidando e orientando o estudioso nos seus trabalhos. Contribuição invulgar que será, por certo, completada em outro volume, o sr. Professor Plínio Ayrosa é, sem favor, grande benemérito da tupinologia e "benefactor" das letras indígenas do Brasil. — **W. Sp.**

MARCILIO DIAS — Imperial marinheiro. — Dídio I. A. da Costa. — Rio de Janeiro, 1943.

Incontestavelmente o sr. Comandante Dídio Costa é dos maiores estudiosos das cousas de nossa gloriosa Marinha de Guerra e da história marítima nacional. Redator-chefe da Revista Marítima Brasileira já com quasi meio século de existência, autor de obras de vulto, como "Nas aguas da Gasconha" e tradutor-anotador erudito de "As Famosas Armadas Portuguesas" de Simão Ferreira Pais, não dá tréguas ao seu constante labutar.

Acabamos de receber, com atrazo de um ano (a dedicatória é de 27-5-1943) mais uma obra sua — **Marcílio Dias**, — illustrada por Carlos Garrido.

A figura do brilhante herói da **Paranaíba**, do mulatinho travesso que foi jogado para dentro da classe dos marinheiros por castigo, aí está magnificamente descrita e estudada. O herói surge com brilho invulgar das páginas cintilantes da pequena obra do ilustre comandante Dídio Costa, a quem rendemos as nossas homenagens. — **W. Sp.**

ANAIIS DO MUSEU PAULISTA. — Tomo XI —
São Paulo, 1943.

Como os anteriores, está excelente este novo tomo dos Anais do Museu Paulista, publicado sob a direção do egregio confrade dr. Afonso de E. Taunay.

Compõe-se o presente volume de tres ótimas monografias do dr. Taunay: "Amador Bueno e outros ensaios"; "No Rio de Janeiro dos Vice-Reis", e "Acheegas à biografia de Bartolomeu de Gusmão".

Ao lado do ensaio sobre Amador Bueno, figuram: "Viagem do Barão de Tschudi pela Província de São Paulo", "Uma superstição paulista de origem alcacerquibiriana", "História do primeiro filme bandeirante", "Comemoração do 4.º centenário da aportada martim-afonsina a Cananéa", "Comemoração do 4.º Centenário da fundação de São Vicente" e "Comemoração do 4.º Centenário natalício anchietano".

Os assuntos, pelo que se vê, são empolgantes e o dr. Taunay tratou-os como de hábito, com superior visão, erudição e alto senso histórico.

O tomo XI dos Anais do Museu Paulista é, sem favor, um grande livro. — **W. Sp.**

ANAIIS — ARQUIVO DA MARINHA. — Ministério
da Marinha, Rio de Janeiro. — Ano III — Dez.º de
1943. — N.º 4.

Publicação oficial de grande mérito destinada, em particular, à divulgação da documentação existente no Arquivo de nossa Marinha.

Encerra o presente fascículo preciosa documentação concernente à Guerra do Rio da Prata em 1825, documentação verdadeiramente valiosa a todos os historiadores e estudiosos de nosso passado brilhante. — **W. Sp.**

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS E ATOS OFICIAIS
de exercício da Engenharia, Arquitetura e Agri-
mensura. — Organizada e comentada pelo Prof.
Adolfo Morales de los Rios (F.º). — Rio de Janeiro,
1942.

Volume precioso aos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, visto conter, com comentários, toda a legislação referente a essas profis-

sões liberais. E note-se que o comentador é o prof. Adolfo Morales de los Rios Filho, presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. — W. Sp.

CONFERENCIAS, — pronunciadas por sus autores en la sala de la Academia Colombiana de Historia en el año de 1943. — Bogotá, 1943.

Magnífico volume contendo 16 conferências pronunciadas pelos academicos de história da Academia Colombiana. Trabalhos bem elaborados, escritos com clareza, são, para nós, de grande utilidade, pois que nos servirão de guia aos estudos detalhados de certos pontos da História da grande República irmã. Entre eles, porém, ha uma conferência que nos merece especial menção: "D. Pedro I y la Independencia del Brasil", por Carlos Lozano y Lozano.

O autor mostra-se familiarizado com nossa história e sua conferência é excelente, digna de figurar entre o que de melhor (e é tão pouco!) se tem escrito sobre o Brasil no exterior. Notamos, apenas, que o autor se apegou em demasia a autores pouco simpáticos à figura singular de homem, cavalheiro e heroi, que foi D. Pedro I. — W. Sp.

CAPÍTULOS DA HISTÓRIA NACIONAL — Alfredo Gomes — Edições e Publicações Brasil — São Paulo — 1944.

O ilustrado homem de letras que é o sr. Alfredo Gomes, reuniu neste volume 3 conferencias que proferiu em São Paulo no Batalhão para oficiais da Ativa e da Reserva, com um brilho invulgar.

O trabalho que nos apresenta o eminente professor é de uma esplendida madureza de ensinamentos e de atualidade confirmando assim, mais uma vez seus altos méritos de intelectual e homem de pensamento.

Estudando os acontecimentos do primeiro imperio em todos os seus angulos, quer político quer economico, até o desenvolvimento do programa republicano e seus chefes de governo, tanto na primeira como na segunda conferência, o autor se mostra profundamente conhecedor da matéria.

Na sua terceira e ultima conferência trata o professor Alfredo Gomes das fronteiras do Brasil, com muito brilho e erudição. — Todo o grande panorama nacional da sua territorialidade, formação, expansão geografica, ação diplomatica, espirito de nacionalidade jénese do ideal republicano e sua evolução e significação no concerto do novo homem definido nas terras sul-americanas, foi estudado com singular observação sociologica.

"Capítulos da História Nacional" é um trabalho de grande ex-

pressão mental que muito se recomenda e que todos os brasileiros devem ler. — O. S.

“BASES CRISTÃS PARA A ORDEM MUNDIAL”

— Preleções Merrick de 1943. — Livraria Liberdade

— São Paulo — 1943.

Que ótima consolação para os dias de positiva materialidade porque atravessa o mundo de hoje, representam as páginas desse documentario “Bases Cristãs para a Ordem Mundial” que acaba de ser publicado em São Paulo pela Livraria Liberdade — Nele são estudados, por diversos pensadores, os mais transcendentais problemas que tanto interessam ao homem contemporaneo, como às coletividades que se vêm cercadas por círculos de ferro, despídas de todo o recurso de humanismo e de uma espiritualidade renovadora não podendo ser salvadora.

Os temas abordados nessa obra representam um esforço moral no sentido de melhor se movimentar a sociedade moderna do mundo. E’ a humanidade de amanhã que deve preparar-se para dias melhores e mais felizes, dias de esperança que os governos devem delinear para os povos descrentes e sofredores.

Os fundamentos espirituais terão que surgir dentro de princípios seguros e sabios pelo proprio conceito cristão da Natureza brilhantemente exposto por Willis J. King sem esquecer a força subterranea que se condensa no liberalismo organizado das classes.

“Bases Cristãs para a Ordem Mundial” é um estudo meditado através de diversas inteligencias que associaram essa idéia necessaria e inadiavel de incutir um pouco de humanismo entre as massas conturbadas do mundo moderno. — O. S.

LINCOLN — Nathaniel Wright Stephenson —

Tradução de M. Lobato — Cia. Editora Nacional
S. Paulo — 1942.

Da União Cultural Brasil — Estados Unidos de São Paulo acabamos de receber a admiravel biografia, ilustrada e bem impressa, de Abrahão Lincoln, o eminente e inolvidavel presidente estadunidense que passou á história de um modo glorioso não só como martir mas principalmente pelas suas virtudes de homem altamente liberal e resoluto.

O grande personagem americano é estudado em todas as suas facetas, quer como homem publico quer como cidadão privado. E’ o homem que aparece, o individuo com suas variadas modalidades mentais, de pura tempera, bravo, complacente, humano, revestido de um carater raro e perfeito. Toda a evolução desse espirito extra-

ordinário, desse pacato e sombrio aldeão reaparecendo no estadista, no literato, no homem puro e corajoso. Com os seus fracassos inevitáveis mas amparado por triunfos cheios de mérito e esplendor. O teorista, o sonhador, talvez místico, cedo tornou-se herói, homem prático e de ação. Hoje a história bem o pode apresentar como símbolo.

Nesta biografia Abrahão Lincoln é apresentado como de fato é tido na tradição histórica das Americas — Um estudo completo e magistral. — **O. S.**

REAJUSTE DE LA DEUDA EXTERNA — Rafael L. Trujillo — Editorial El Diario — Santiago — Republica Dominicana — 1937.

“Reajuste de la Deuda Externa” é um alentado e excelente estudo economico referente á situação da prospera Republica Dominicana — Nele são ventilados amplamente os problemas decorrentes das diversas medidas financeiras e operações de crédito do país com a repercussão economica internacional.

Independente dos fenomenos verificados no cenario da intermediação especulativa ha ainda analyses das leis, promulgadas, quadros graficos, sistema monetario, estudo com referência aos portadores de bonus estrangeiros. Seus efeitos na balança comercial com os direitos e obrigações da Republica e todos os demais informes para uma orientação mais nitida e eficiente da situação presente.

O sr. Rafael L. Trujillo, não faz apenas uma exposição ampla dos negócios financeiros do seu país como o estuda com alto critério de um conhecedor profundo da matéria.

Sempre ha alguma cousa a aprender com a leitura dessa ótima obra. — **O. S.**

ASPECTOS GERAIS DE LIVRAMENTO — Fortunato Pimentel — Livraria Continente — 1943.

O sr. Fortunato Pimentel é, indubitavelmente, um espirito infatigavel como pesquisador e comentador dos atos e fatos economicos do Rio Grande do Sul. Sua atividade intelectual é constante, e seus trabalhos são uma confirmação da sua inteligencia paralelamente a uma indiscutivel e valiosa contribuição que presta à história economica do nosso Estado em seus diferentes setores de atividade e produção.

Com seu recente trabalho “Aspectos Gerais de Livramento” o sr. Fortunato Pimentel põe em realce a prosperidade do rico municipio fronteiriço quer pela compilação de dados quer pela analyse que o autor faz do conjunto com abundantes elementos históricos enrique-

cendo assim sua excelente obra. O livro apresenta inumeras illustrações no texto, estatísticas e observações de grande utilidade aos estudiosos da nossa história. — O. S.

**“DISCURSO” E “LUCROS EXTRAORDINARIOS
E CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS”** — Artur de
Souza Costa — Jornal do Comércio — Rio de Ja-
neiro — 1944.

Os opusculos que temos em mão são dois documentos de grande relevo para a história economica do Brasil de amanhã. Sua palpitante atualidade mais os enriquece. O sr. Ministro Artur de Souza Costa tem estudado com profundo carinho e proeficiente conhecimento a situação financeira do país de tal forma e acerto, que suas exposições referentes à matéria são ouvidas e acatadas em todos os angulos da nossa industria e comércio.

Em sua conferência realizada a 11 de Março deste ano na Associação Commercial de Porto Alegre, o ilustre titular das finanças nacionais abordou com raro senso a nova tributação a que estão sujeitos os lucros extraordinários. O tema não deixa de ser extremamente delicado e a applicação da nova lei tributaria exige efetivamente um estudo aprofundado de tal monta que não sendo assim, bem pode acarretar uma tremenda debacle no complexo economico nacional, notadamente na nossa industria que está a exigir desenvolvimento, a proteção para que tudo se aperfeiçoe e progrida em lugar de tributações desalentadoras que se afastem de um principio científico. O futuro será o verdadeiro mestre e diante da intelligencia indiscutivel do eminente Ministro que conduz a maquina económica do país, é de se esperar que tudo marche satisfatoriamente atendendo assim o excepcional momento histórico que está vivendo nossa grandiosa patria. — O. S.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS :

— Boletim Bibliográfico — Biblioteca Pública Municipal de São Paulo — Vol. I — 1943 e Vol. II — 1944.

— Boletim do Museu Nacional — Rio de Janeiro — Zoologia n.º 1 a 14; Antropologia n.º 1; Geologia n.º 1.

— Boletim Municipal — Porto Alegre — N.º 15, 1943 e Índice Analítico e Remissivo; n.º 16, 1944.

— Boletim Geográfico — Rio de Janeiro — n.º 5 — 1943.

— Boletim de Historia y Antigüedades — Academia Colombiana de Historia — Bogotá — ns. 344 a 346 — 1943.

— Boletim del Archivo General de la Nación — Ciudad Trujillo, Rep. Dominicana — Vol. 6 — ns. 28-29 — 1943.

— Boletim del Archivo General del Gobierno — Guatemala, C. A. — Tomo VIII — n.º 3 — 1943.

— Boletim do Serviço de Economia Rural — Ministério da Agricultura — Rio — Ano I — n.º 2 — 1943.

— Boletim del Museu Nacional de História Natural — Santiago de Chile — Tomo XXI — 1943.

— Revista del Instituto de Antropologia de la Universidad Nacional de Tucuman — Vol. 2 — n.º 12, 1942 e Vol. 3 — n.º 1, 1943. — Tucuman, Rep. Argentina. (O primeiro traz excelente trabalho folclórico quechua e o segundo, ótimo trabalho antropológico).

— Revista del Museu Nacional de Lima — Rep. del Perú — Tomo XI — n.º 2.

— Boletim de la Academia Argentina de Letras. — Buenos Aires — 1943 — Tomos XI, n.º 44 e XII, n.º 45.

— Revista da Academia Matogrossense de Letras. — Cuiabá — Ano XI — 1943 — Tomos XXI-XXII.

— Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. — 1942 — Vol. XXXVII.

— Revista de Economía, Finanzas y Administración. — Montevideo — n.º 1 — Año 3 — 1944.

— Revista Marítima Brasileira — Rio de Janeiro — Ano LXIII — 1943 — ns. 1, 2 e 3.

— Revista de la Universidad de Buenos Aires — Buenos Aires — Tercera Epoca — Año I — n.º 2 — 1943.

- Revista Americana de Buenos Aires — ns. 225 a 228 — 1943.
- Revista do Arquivo Municipal — São Paulo — 1943 — ns. 88 e 93.
- Revista Brasileira de Estatística — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro — Ano IV — n.º 16.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Vol. 181 — Rio de Janeiro — 1943.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe — Aracaju — n.º 17 — Vol. XII — Anos de 1941 e 1942.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina — Florianópolis — Ano de 1943 — 2.º semestre.
- Revista do Instituto do Ceará — Tomo LVI — 1942 — Fortaleza.
- Revista do Ministério Público — Porto Alegre — 1944 — Ano III — n.º 10.
- Universidad Católica Bolivariana — Vol. IX — n.º 33 — 1943 — Medellín — Colombia.
- Acta Americana — Revista da Soc. Interamericana de Antropologia e Geografia — Vol. I — n.º 2 e n.º 3 — 1943 — University of California — U.S.A.
- American Literature — Duke University, Durham — N. Carolina — Vol. 15 — n.º 3 e n.º 4 — 1943-1944.
- The Catholic Historical Review — Vol. XXIX — n.º 4 — The Catholic University of America — 1944.
- The Southwestern Historical Quarterly — The Texas State Historical Association — Vol. XLVII — n.º 3 — Jan. 1944.
- The American Journal of Sociology — March 1944 — The University of Chicago — Vol. XLIX — n.º 5.
- The Hispanic American Historical Review — Duke University — Nov. 1943 — Vol. XXIII — n.º 4.
- Quarterly Journal — The Library of. Congress — 1943.
- Geographical Review — Published by The American Geographical Society of New York — January and April 1944 — Index of 1943.
- Annals of the Association of American Geographers — Recebemos e muito agradecemos os vols. XXXII, XXXIII e, agora, o n.º 1 do vol. XXXIV — Lancaster, Philadelphia.
- Cadernos, n.º 10, da Academia Carioca de Letras.
- Publicações (Relato do 2.º Semestre de 1943) da Academia Carioca de Letras.
- Prorsus — organo del Instituto Superior de Pedagogia y Letras de Guayaquil — Ecuador — Año I — n.º 1 — 1943.
- Museu Nacional: — Da Direção do Museu Nacional recebemos 22 volumes e folhetos, inclusive o n.º 1 dos Arquivos do Museu Nacional, publicado em 1876, sob a direção de Ladislau Neto. — Os nossos melhores agradecimentos pela preciosa oferta.

ÍNDICE DO VOLUME (ns. 93 e 94)

Gastão Penalya — Prof. Walter Spalding	3
A Estância — General João Borges Fortes	8
General João Borges Fortes — Saudação de Aurélio Porto	27
Os Alves Valença — João Belem	32
A Obra da Constitucionalização do Brasil (1823-1934) — Dr. Leonardo Macedônia	40
Transadores e Retirantes — Dr. Manuel Duarte	55 e 168
Nemigalhas Toponímicas — Dr. Manuel Duarte	66
As Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo — Ante- nor de Oliveira Monteiro	76
A Fundação de São Gabriel — Celso M. Schroeder	85 e 205
Passo Fundo na Revolução de 1835 — Antonino Xavier de Oliveira	96
Reminiscências Históricas da Guerra do Paraguai — Coronel J. O. Pinto Soares	116
Saudação de Bagé — Coronel Danton Teixeira	120
IV Congresso Sulriograndense	135
João Cândido Máia — Dr. Olinto Sanmartin	141
Áreas culturais do Rio Grande do Sul — Dr. Tales de Aze- vedo	143
Os dois Padrões — Dr. Manuel Duarte	173
A' margem da Educação Nacional — Álvaro O. Caetano	176
Velhos documentos Riograndenses, — copiados e anotados pelo Dr. Manuel Duarte:	
a) A Defesa do Distrito dos Pinhais	194

SECÇÃO DE ESTUDOS GENEALÓGICOS :

O Patriarca do Rio Grande do Sul: Júlio de Castilhos —

Dr. Jorge G. Felizardo e Prof. Walter Spalding.... 206

Nótulas Bibliográficas — L. G. J. — W. Sp. — O. S. 122 e 231

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

— Séde Social: — Rua Riachuelo n.º 1307 —

* * *

DIRETORIA :

Presidente: **Dr. Manuel Duarte**
Vice-Presidente: **Cel. Luiz Carlos de Moraes**
Secretário Perpétuo: **Dr. Eduardo Duarte**
2.º Secretário: **Dr. Jorge Godofredo Felizardo**
Tesoureiro: **Prof. A. G. Lima**
Bibliotecário: **Dr. Olinto Sanmartim**
Orador: **Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.**

* * *

COMISSÃO DA REVISTA :

Dr. Eduardo Duarte
Dr. Adroaldo Mesquita da Costa
Dr. Jorge Godofredo Felizardo
Dr. Edgar Luiz Schneider.

* * *

A Revista está registrada de acôrdo com a lei

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
foi reconhecido de utilidade Pública pelo Decreto n.º 4373,
de 24-XI-1921.

* * *

ASSINATURA DA REVISTA

Ano Cr\$ 30,00
Número avulso Cr\$ 8,00
Números atrasados: preços especiais.

* * *

Toda a correspondência deverá ser remetida para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — Rua Riachuelo, 1307 — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.